



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

JOANA RITA FERREIRA VEIGAS

**A Receção do Concílio Vaticano II em Portugal,
No caso da Acção Católica Rural (ACR)**

Dissertação Final
sob orientação de:
Prof. Doutor Peter Damian Francis Stilwell

Lisboa
2014

Índice

Siglas	3
Introdução	5
CAPÍTULO I Antecedentes do Concílio Vaticano II.....	9
1. Fundação da Acção Católica Portuguesa e o seu percurso.....	9
2. A Acção Católica no meio rural: objetivos e implantação	14
3. Anos 50.....	15
4. Acção Católica Rural e a Encíclica «Mater et Magistra» do Papa João XXIII... 18	
CAPÍTULO II Acolhimento do Concílio nos Organismos Rurais da Acção Católica ..	22
1. Anos 60.....	22
2. Transformações durante o Concílio.....	27
3. Concílio Vaticano II, Laicado e Acção Católica	30
CAPÍTULO III Os organismos rurais da Acção Católica no pós-Concílio	36
1. O surgimento da Acção Católica Rural (ACR)	36
2. Marcos da Acção Católica Rural	39
3. Um olhar sobre a atualidade da Acção Católica Rural.....	42
Conclusão	48
Bibliografia.....	51

ANEXO I Entrevista a Maria Helena Inês	54
ANEXO II Entrevista a Maria Clarisse Sousa.....	67
ANEXO III Entrevista a Dália Nunes	77
ANEXO IV Entrevista a Flausino Silva.....	82
ANEXO V Entrevista a Maria Cândida Silva	86
ANEXO VI Entrevista a Maria José Reis	89
ANEXO VII Entrevista a Ana Irene Rocha.....	96
ANEXO VIII Entrevista a Maria de Lurdes Leal.....	100
ANEXO IX Entrevista a Isaura Branco.....	104
ANEXO X Entrevista a Silvino Amaral.....	107
ANEXO XI Entrevista a Teresinha Santos.....	110
ANEXO XII Equipas Nacionais da Acção Católica Rural	114
ANEXO XIII Equipas Nacionais da JACF	127
ANEXO XIV Equipas Nacionais da JAC	141
ANEXO XV Hino da Acção Católica	147
ANEXO XVI Hino da Acção Católica Rural.....	149
ANEXO XVII Oração da Acção Católica Rural	151

Siglas

AA	<i>Apostolicam Actuositatem</i>
ACP	Acção Católica Portuguesa
ACR	Acção Católica Rural
CL	<i>Christifideles Laici</i>
GS	<i>Gaudium et Spes</i>
JAC	Juventude Agrária Católica
JACF	Juventude Agrária Católica Feminina
JAC/F	Juventude Agrária Católica/Feminina
JEC	Juventude de Estudantes Católica
JECF	Juventude de Estudantes Católica Feminina
JIC	Juventude Independente Católica
JICF	Juventude Independente Católica Feminina
JOC	Juventude Operária Católica
JOCF	Juventude Operária Católica Feminina
JUC	Juventude Universitária Católica
JUCF	Juventude Universitária Católica Feminina
LAC	Liga Agrária Católica
LACF	Liga Agrária Católica Feminina
LAC/F	Liga Agrária Católica/Feminina
LEC	Liga de Educadores Católicos
LECF	Liga de Educadores Católicos Feminina
LIC	Liga Independente Católica

LICF	Liga Independente Católica Feminina
LOC	Liga Operária Católica
LOCF	Liga Operária Católica Feminina
LUC	Liga Universitária Católica
LUCF	Liga Universitária Católica Feminina
<i>MM</i>	<i>Mater et Magistra</i>

Introdução

«A receção do Concílio Vaticano II em Portugal, no caso da Acção¹ Católica Rural (ACR)», foi o tema escolhido para esta dissertação. A escolha deste tema deve-se ao facto de ser membro do Movimento desde 2003, exercendo atualmente funções numa equipa diocesana e na equipa nacional.

Desde o início do seu pontificado, em 1922, que o Papa Pio XI desejava que acontecesse, com o devido empenho, a restauração cristã da sociedade. Assim apoiou a ideia de «ação católica», como proposta para o apostolado laical². A ideia de «ação católica» já existia, numa versão embrionária antes do pontificado de Pio XI, embora não tivesse aprovação papal. Em Portugal, esta ideia de «ação católica» surge no contexto do «catolicismo integral», que é a afirmação renovada do cristianismo na sociedade.

A Acção Católica insere-se naquilo que é a reestruturação da Igreja em Portugal. O Concílio Plenário Português decorreu em 1926, momento em que o episcopado decidiu criar a Acção Católica Portuguesa, ao reconhecer a necessidade da colaboração dos leigos, bem como da sua formação³.

A sociedade portuguesa encontrava-se na recente separação da Igreja do Estado, havendo assim alguns conflitos com o Estado republicano. Por outro lado, a Igreja portuguesa recebia a proposta externa de restaurar a cristandade na sociedade portuguesa.

¹ Ao longo do trabalho, o nome Acção Católica Rural constará sempre sem a aplicação do Acordo Ortográfico, visto tratar-se do nome próprio do Movimento, não sofrendo alterações com o mesmo acordo.

² Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 63.

³ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 63.

Como já foi referido, o Episcopado Português tinha como objetivo revitalizar o cristianismo no país, e por isso, a 16 de novembro de 1933, são aprovadas as bases orgânicas da Acção Católica. A Acção Católica já tinha sido aprovada, na Itália, em 1922, pelo Papa Pio XI, com o fim de criar um apostolado organizado, para gerar uma nova cristandade⁴. Atendendo ao objetivo de renovar a cristandade portuguesa, optou-se por criar uma Acção Católica constituída por diversos organismos, vinte no total, devido ao facto de homens e mulheres se apresentarem em organismos separados aquando da sua constituição. Assim, surgem quatro organismos agrários: JAC (Juventude Agrária Católica), JACF (Juventude Agrária Católica Feminina), LAC (Liga Agrária Católica), LACF (Liga Agrária Católica Feminina), com o objetivo de levar a Igreja e a sua mensagem mais próximo dos meios rurais. Para além de serem organismos especializados, apresentavam uma estrutura semelhante à estrutura da Igreja: local, diocesana e nacional⁵.

A Acção Católica na sua origem marcava a sua presença num vasto campo do território português, de modo que, no final dos anos 30, era já a grande organização de apostolado laical, estando «sob a dependência direta da hierarquia eclesiástica»⁶.

Após a separação da Igreja do Estado, era necessário que fossem compreendidos os direitos da Igreja na sociedade⁷.

Na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), por ocasião da comemoração do quadragésimo aniversário da *Rerum Novarum*, o Papa Pio XI aponta algumas linhas que conduzem à «nova ordem social». Havia necessidade de ser renovado o espírito cristão,

⁴ Cfr. FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, pp. 319, 320, 322, 328.

⁵ Cfr. FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, p. 6.

⁶ Cfr. FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, p.11.

⁷ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 64.

bem como a inserção nas várias áreas laborais (política, economia, cultura, organização social), dando uso à doutrina e aos princípios católicos. A Acção Católica tinha como objetivo auxiliar na formação do laicado, para que aqueles que exerciam funções nas várias áreas laborais pudessem levar para este campo o magistério da Igreja⁸. A Acção Católica tornou-se num dos «instrumentos privilegiados pela Igreja na sua estratégia de “reconquista cristã da sociedade”»⁹.

Segundo Paulo Fontes, a Acção Católica Portuguesa (ACP) é uma instituição cuja análise é importante para compreender o catolicismo contemporâneo e o papel da Igreja em Portugal nas décadas de 30 a 60 do século XX. Não realça só a sua importância na Igreja, mas também o seu papel na sociedade¹⁰. A nível pastoral, havia uma ideia teológica que via a ação organizada dos leigos, a Acção Católica, como o «braço estendido» da hierarquia, pois chegava aonde o clero sozinho não conseguiria chegar. Foi exatamente esta definição que Pio XI deu à Acção Católica, em que os bispos enviam os leigos em missão, que é mandato do próprio Cristo para a evangelização. Por isso, para compreendermos a receção do Concílio Vaticano II na Igreja Católica em Portugal, optámos por analisar um dos organismos da Acção Católica Portuguesa no período de 1950 até aos anos 80¹¹.

A presente dissertação está estruturada em três partes. A primeira fala sobre o que antecedeu o Concílio Vaticano II, abordando assim a fundação da Acção Católica

⁸ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 66.

⁹ FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 67.

¹⁰ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 61.

¹¹ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 67.

Portuguesa, e por consequência, fala-se também do aparecimento dos organismos rurais, que, mais tarde, e na maior parte das dioceses, se vão congregar num só, a Acção Católica Rural (ACR). Esta primeira parte aborda também os factos ocorridos nos anos mais próximos do Concílio, a década de 1950, bem como a encíclica «Mater et Magistra» (15/05/1961), do Papa João XXIII, na qual se valoriza o contexto agrícola e se dá maior fundamento aos organismos antecedentes da ACR para exercerem o seu apostolado no meio rural.

A segunda parte da dissertação prossegue com o tempo do Concílio, abordando os organismos rurais existentes nos anos 60 e aprofundando a forma como estes organismos da Acção Católica Portuguesa receberam as mudanças provocadas pelo Concílio.

A última parte da dissertação apresenta a reestruturação da Acção Católica Portuguesa, a união dos organismos e o surgimento da Acção Católica Rural. Realça-se também a importância da ACR nos dias de hoje, as formas como se incorpora na atualidade e como continua ainda a acolher as alterações provenientes do Concílio.

Pretendemos, com esta dissertação contribuir para a história da ACR, no âmbito do território nacional português, isto é, continente e ilhas, excluindo portanto as colónias. Não se trata de uma história exaustiva, mas antes de uma perspectiva em que se procuram assinalar os marcos mais significativos do Movimento, desde a sua criação até aos dias de hoje. Pretende-se apresentar uma história vivida; daí, serem apresentadas entrevistas feitas a algumas das pessoas que há mais tempo pertencem ao Movimento. Ou seja, as nossas fontes não são apenas documentos escritos, mas também o testemunho de vida de alguns dos militantes que conosco quiseram partilhar a sua experiência de participação na ACR.

CAPÍTULO I

Antecedentes do Concílio Vaticano II

1. Fundação da Acção Católica Portuguesa e o seu percurso

A 10 de novembro de 1933, o Papa Pio XI endereça uma carta ao Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, intitulada «Ex Officiosis Litteris». Menciona que a Acção Católica é a forma mais eficaz de apostolado laical, conforme as necessidades dos tempos. Naquela época, a Igreja portuguesa estava inserida numa sociedade descristianizada, devido ao laicismo e à indiferença religiosa. A Igreja atravessava um momento em que os católicos estavam divididos, que se traduzia numa ausência de intervenção da Igreja na sociedade. A proposta da Acção Católica visava criar um agrupamento de leigos católicos, o qual tornaria a Igreja mais visível. Era este o objetivo assumido pela Acção Católica Portuguesa, a que o Papa Pio XI se referia. Esta organização do apostolado laical formaria os seus militantes, levando-os à ação na família, na sociedade e na vida pública¹².

A autonomia do pensamento religioso, isto é, a garantia da «presença autónoma da Igreja no mundo moderno»¹³, marca o século XX português. Como garantia da autonomia de pensamento, bem como da ação da Igreja, são conjugados diversos meios: a atividade pastoral, a catequese e o ensino da religião nas escolas, bem como o desenvolvimento do associativismo católico. É aqui que a Acção Católica Portuguesa tem lugar,

¹² Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 70-72.

¹³ FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 73.

sendo também auxílio na relação da Igreja com o Estado Novo, conferindo ao catolicismo um novo peso na sociedade¹⁴.

A criação da Acção Católica Portuguesa teve um papel decisivo, que levou os leigos a assumir a acção da Igreja na sociedade. Assim, combateu a tentativa totalitarista do Estado moderno, e iniciou a mobilização e organização dos católicos, tendo em vista a restauração cristã na sociedade¹⁵. Para aquela restauração, e para que a Acção Católica chegasse a todos, esta organizou-se segundo o sexo, a idade e a profissão, criando assim uma diversidade de especializações¹⁶.

A Acção Católica agrupou-se em quatro grandes organizações: Liga dos Homens da Acção Católica (LHAC); Liga das Mulheres da Acção Católica (LMAC); Juventude Católica (JC) e Juventude Católica Feminina (JCF). Cada uma delas tinha uma Direção Nacional, sendo todas elas dependentes da Junta Central da Acção Católica, que era o órgão de direcção superior. Dentro das quatro organizações mencionadas, surgiram organismos especializados, conforme os cinco setores sociais: agrário, escolar, independente, operário e universitário¹⁷. Assim surgiram as siglas:

- JAC/F (Juventude Agrária Católica/Feminina)
- JEC/F (Juventude de Estudantes Católica/Feminina)
- JIC/F (Juventude Independente Católica/Feminina)
- JOC/F (Juventude Operária Católica/Feminina)
- JUC/F (Juventude Universitária Católica/Feminina)

¹⁴ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 73-74.

¹⁵ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 76.

¹⁶ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 78.

¹⁷ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 79.

- LAC/F (Liga Agrária Católica/Feminina)
- LEC/F (Liga de Educadores Católicos/Feminina)
- LIC/F (Liga Independente Católica/Feminina)
- LOC/F (Liga Operária Católica/Feminina)
- LUC/F (Liga Universitária Católica/Feminina)

Cada um dos vinte organismos, contando com a divisão entre masculino e feminino, tinha uma Direção Nacional, por sua vez submetida à respetiva organização federativa¹⁸. A Acção Católica congregava então vinte estruturas autónomas, tendo cada uma a sua organização nacional, diocesana e paroquial, havendo também outros serviços associados. À semelhança da estrutura nacional, a nível diocesano e paroquial existia uma Junta Central diocesana e paroquial, sendo que os organismos se articulavam entre si. Este tipo de organização visava abarcar a totalidade das iniciativas e organizações de leigos, garantindo uma ação eficaz na diversidade de grupos e meios da sociedade. Esta unidade transmitia a preocupação da vivência em conjunto da Acção Católica, como testemunhava o lema da Acção Católica Portuguesa: «Cor unum et anima una»¹⁹.

A Acção Católica, entre 1933 e 1971, tinha nos seus quadros superiores membros da Hierarquia, sendo o diretor Nacional da Acção Católica Portuguesa, por indicação do Episcopado, o Cardeal-Patriarca de Lisboa. O Presidente da Junta Central era um bispo, e o cargo de Secretário-Geral era atribuído a um presbítero. Apenas o último Se-

¹⁸ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 79.

¹⁹ FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 79-80.

cretário-Geral foi um leigo, o Eng. Sidónio de Freitas Branco Pais²⁰. Nesse momento, a Junta Central passou a ser constituída apenas por leigos, sendo acompanhada por um Assistente Geral – na época, o Pe. Dr. Orlando Leitão²¹.

Os leigos que desempenhavam cargos na Junta Central eram nomeados pelo Episcopado diretamente para os cargos, mas as escolhas feitas pelos organismos para exercer os cargos de secretário, tesoureiro e vogal tinham que ser homologadas pela Hierarquia. O assistente eclesiástico, em cada um dos níveis de organização, tinha grande importância para a estrutura da Acção Católica, pois era o garante da relação do laicado com a Hierarquia da Igreja²².

No âmbito da missão da Acção Católica Portuguesa, eram realizadas diversas atividades: reuniões de grupo, conferências, cursos, palestras, campanhas, peregrinações, retiros, publicações, festas, congressos, entre outras. Nestas atividades, era utilizado o método de Revisão de Vida²³ (Ver, Julgar e Agir), que não foi desde o princípio assumido por todos os organismos, mas cuja dinâmica geral aos poucos se alargou a

²⁰ Sidónio Pais terá assumido a Junta Central entre 1966 e 1970. Cfr. FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, pp. 355-356.

²¹ Os presidentes da Junta Central foram: D. Ernesto Sena de Oliveira (1933 a 1941), D. Manuel Trindade Salgueiro (1941 a 1955) e D. José Pedro da Silva (1956 a 1971). O cargo de Secretário-Geral foi ocupado por: Cón. Dr. Avelino de Jesus Gonçalves (1934 a 1947), Pe. Domingos d'Apresentação Fernandes (1948 a 1953) e Pe. Sezinando de Oliveira Rosa (1954 a 1965). Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 81.

²² FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 82.

²³ O Método de Revisão de Vida, Ver-Julgar-Agir, foi criado pelo padre belga, Joseph Cadjin, fundador da JOC (Juventude Operária Católica). O método é constituído por três fases, tendo cada uma a sua função específica, embora bastante interligadas. O objetivo da Revisão de Vida é chegar a um estilo de vida, visando um crescimento humano e da fé. Analisando brevemente o método: VER: estarmos atentos à realidade que nos rodeia. Ao estarmos atentos, vamos encontrar casos ou acontecimentos que nos interpelam a realizar uma transformação como cristãos. JULGAR: perante o que foi analisado, somos chamados a procurar as causas e consequências do caso ou acontecimento. É necessário ter em conta os valores e contravalores. Assim, faremos uma leitura segundo os ensinamentos de Cristo, tendo por base a Sagrada Escritura e os documentos eclesiais. AGIR: encontrado um caso ou acontecimento, analisa-se, visando um compromisso que tem por fim realizar uma ação, quer a nível individual, quer em grupo. Simplificando: VER o que nos rodeia, JULGAR segundo a Palavra de Deus e os Documentos da Igreja, AGIR para melhorar o que encontramos. Todas as fases do método nos conduzem para a ação, para o AGIR. Sem realizar os três passos, não estamos a colocar em prática a Revisão de Vida. E se não conseguimos desenvolver nenhuma ação que vise transformar o caso em análise, é porque o método não foi devidamente colocado em prática.

todos. O método facilitou a intervenção na realidade de cada meio. Não era só o método, mas também a diversidade de momentos marcantes, os hinos de cada organismo, as festas litúrgicas e a grande celebração da festividade de Cristo-Rei, que levavam a que as pessoas aprofundassem e exprimissem um sentido de pertença e comunhão²⁴.

Em 1945, sente-se a necessidade de uniformizar as normas dos vários organismos. Assim, foi elaborado um Regulamento Geral, que mais tarde viria a ser usado por todos os organismos. Em 1953 houve uma nova revisão das Bases Gerais, que tentou definir o dinamismo da Acção Católica. Era um desejo do Episcopado português que houvesse uma renovação da Acção Católica, sendo-lhe dado um período de cinco anos para se reorganizar e revitalizar.

Na vigência da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, presidida pelo Eng. Sidónio Pais (1966-1970), foi elaborada uma proposta de renovação dos movimentos, como normas mais flexíveis e adaptadas à época. Não foi um processo fácil, e levou à extinção da Equipa Executiva da Junta Central que, a 22 de novembro de 1974, pediu que as suas funções fossem suspensas de modo a que cada Movimento fosse autónomo e se coordenasse independentemente. O passo seguinte foi a fusão entre os organismos masculinos e femininos, conforme a especificidade do meio²⁵.

Para terminar esta breve abordagem do percurso da Acção Católica Portuguesa, há que realçar, no que toca à sua dinâmica, várias atividades.

As Semanas Sociais funcionaram como uma espécie de sessão anual de formação, que visava preparar os militantes para a intervenção na vida civil. Realizaram-se quatro Semanas Sociais, com os seguintes temas: «Aspetos fundamentais da Doutrina

²⁴ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994. P. 82-83.

²⁵ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994. Pp. 84-85.

Social Cristã» (Lisboa, 1940), «Bases Cristãs duma Ordem Social» (Coimbra, 1943), «O problema do trabalho» (Porto, 1949) e «O problema da educação» (Braga, 1952)²⁶.

Também se realizaram Congressos, que visavam aprofundar a reflexão sobre a sociedade. Estes Congressos tiveram um grande impacto a nível sociopolítico, de forma a consciencializar os militantes para os problemas que a sociedade atravessava²⁷. A partir de meados da década de cinquenta, porém, em vez dos Congressos, criaram-se novas formas de intervenção da Igreja, tais como: Jornadas, Encontros, Semanas de Estudo²⁸.

2. A Acção Católica no meio rural: objetivos e implantação

Como já foi referido, existiam quatro organismos rurais que marcaram o início da história específica da Acção Católica no meio rural: JAC, JACF, LAC, LACF, sendo os dois últimos os impulsionadores da atual Acção Católica Rural (ACR).

Estes organismos nasceram com o objetivo imediato de evangelizar o meio rural, anunciando e testemunhando Jesus Cristo aos habitantes do meio. Esta evangelização acontecia através dos militantes, que trabalhavam na formação cristã das consciências, de modo a aprofundar as razões e o agir cristão. Esta formação, por sua vez, tornava-se visível pela promoção da solidariedade do meio rural, visando o desenvolvimento integral da pessoa humana como filho ou filha de Deus.

²⁶ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 86.

²⁷ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 87.

²⁸ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 89.

Os organismos rurais chegaram a todas as Dioceses do país. Ao longo dos tempos, no entanto, como iremos observar, foram-se extinguindo em algumas Dioceses.

3. Anos 50²⁹

Uma análise do estado social do meio nos anos 50 revela a importância dos organismos rurais para a melhoria das condições de vida das pessoas.

Uma das grandes preocupações desses anos foi o início das emigrações para França, que viriam a aumentar ao longo daquela década. Os organismos rurais tiveram a preocupação de encontrar soluções para este problema.

Outro problema notável daquela década era a habitação. Assim, promoveu-se uma grande campanha, com o intuito de melhorar as habitações existentes, bem como construir novas. Foi graças a esta campanha que muito se desenvolveram as aldeias onde existia a JAC/F e a LAC/F.

Naquela década, ocorreram diversas mudanças, e surgiram várias tensões, que levaram a que a Acção Católica contribuisse para algumas alterações na forma do apostolado dos leigos.

Ao longo dos tempos, a Acção Católica foi evoluindo, passando da «participação no apostolado hierárquico», para a «colaboração com o apostolado hierárquico», o que revela um reconhecimento da missão do apostolado laical. Mesmo com a evolução do apostolado laical, em que surgem novos Movimentos, foi sempre reservada à Acção Católica a definição de apostolado «oficial». Esta evolução é acompanhada por Congressos Mundiais para o Apostolado dos Leigos, dois dos quais ocorreram naquela dé-

²⁹ Cfr. ACÇÃO CATÓLICA RURAL – ACR Documentos, pp. 5-7.

cada, respetivamente em 1951 e 1957, e o terceiro, após o Concílio Vaticano II, em 1967³⁰.

Além de contribuir para o reconhecimento do valor do apostolado dos leigos, a Acção Católica contribuiu para que se diversificassem as formas de apostolado laical. O aparecimento de novos movimentos e a nova eclesiologia do Vaticano II, levaram a que a Igreja questionasse o mandato hierárquico dos movimentos laicais, o que deu origem a uma longa reflexão de Bispos e de Assistentes. Concluiu-se que havia uma necessidade de redefinição da Acção Católica perante o novo quadro eclesial, visto existirem novos caminhos de exercício do apostolado³¹.

Em maio de 1957, teve lugar, em Fátima, a «I Semana Nacional de Estudos Rurais», congregando os quatro Organismos. Em todos eles teve grande impacto. D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, fez uma conferência sobre «A Miséria Imerecida do Meio Rural». Nesta mesma semana, na conferência proferida por Maria Adriana Lima – grande marco para a ACR pelo seu empenho e dedicação até ao fim da sua vida –, foi referido que, num inquérito realizado alguns anos antes, havia sido colocada a seguinte questão: «Se na tua terra terminasse a JACF, faria falta?». Maria Adriana recorda nesta intervenção que nem uma das respostas afirmou que este organismo não faria falta, tendo sido confirmada a necessidade e os benefícios que o organismo trazia para o meio rural³².

Em 1958 e 1959, celebraram-se as Bodas de Prata da Acção Católica Portuguesa, sob o tema «Mobilização dos Leigos para uma presença da Igreja no Mundo de Hoje». Foi uma grande celebração a todos os níveis do Movimento. Neste âmbito, a nível

³⁰ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 68-69.

³¹ Cfr. FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, pp. 69-70.

³² Cfr. LIMA, Maria Adriana – Problemas do Apostolado Rural. In *Semana de Estudos Rurais*. Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957, p. 37.

nacional, ocorreu, de 31 de março a 5 de abril de 1959, a «Semana Nacional dos Estudos da Acção Católica» e a «Peregrinação Nacional».

O número de filiados dos Organismos Rurais cresceu durante a década de 1950, contando, em 1954, com doze mil membros; também o número de Paróquias em que os organismos estavam presentes aumentou. Devido ao crescimento de filiados e ao aumento de adesão das paróquias, em 1954 criou-se a «Folha de Dirigentes da LACF»³³, para, com maior facilidade, se chegar a todos os grupos. Ainda nesse ano, organizou-se o Movimento Familiar Rural, formado por casais, que esteve integrado na LAC e LACF até 1972, após o qual prosseguiu o seu caminho e formou um movimento autónomo com o nome de Casais de Santa Maria.

A Acção Católica Portuguesa esteve sempre em crescimento até 1956. Entre 1940 e 1956, duplicou o número de associados, ultrapassando os cem mil militantes. Mas em 1959, ano da celebração das Bodas de Prata da Acção Católica Portuguesa, era já visível um decréscimo, registando então 94 885 associados. Outros dados do Anuário Católico desta época revelam que, à semelhança do que acontecia na Igreja portuguesa em geral, a maioria dos associados eram do sexo feminino, e que são os organismos juvenis que mais associados têm. Naquela época, a pertença à Igreja Católica era marcada essencialmente pelo batismo e pela participação individual nos sacramentos. Em contrapartida, a Acção Católica constituía uma forma de associativismo cívico e religioso³⁴.

³³ Também nesta época, para além do seu jornal, a LAC produzia as seguintes publicações: *O Boletim do Militante Agrário* – para dirigentes e militantes –, e a *Acção Agrária*, para os filiados.

³⁴ FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994, p. 92.

4. Acção Católica Rural e a Encíclica «Mater et Magistra» do Papa João XXIII

Manifestando a importância da encíclica «Mater et Magistra», escrita pelo Papa João XXIII, na vida da Acção Católica Rural, Maria Helena Inês, militante de longa data da ACR, afirma que aquela encíclica:

«foi especialmente aprofundada pelos Movimentos Agrários, talvez por ser a primeira encíclica que dedicou um capítulo à questão Rural e à necessidade de promoção das comunidades rurais»³⁵.

Maria Helena Inês relembra que, para celebrar os vinte e cinco anos da encíclica, se reuniram os vários Organismos da Acção Católica. Na publicação da Acção Católica Rural, preparada para o biénio 2011-2012, aquando dos cinquenta anos da encíclica, diz-se que:

«foi este Papa, filho de agricultores e nascido numa aldeia, que se apercebeu da miséria dos trabalhadores do campo, das dificuldades da sua atividade e da pobreza do setor agrícola face à indústria e aos serviços. As suas orientações são ainda hoje atuais, não apenas para os agricultores, mas para todos os que vivem no meio rural e se preocupam com o seu desenvolvimento equilibrado»³⁶.

Remetemos agora para as palavras do Papa João XXIII, autor da encíclica publicada a 15 de maio de 1961, terceiro ano do seu Pontificado. Trata-se de uma encíclica que apresenta preocupações sociais e os princípios relevantes da Doutrina Social da Igreja, com vista a defender os direitos dos trabalhadores e a tornar possível o bem comum.

No número 3 da encíclica, o Papa refere que a Igreja se preocupa com a santificação das almas, mas que «não deixa de preocupar-se ao mesmo tempo com as exigências da vida quotidiana dos homens» (MM 3). A preocupação com a vida quotidiana implica necessariamente também uma preocupação com a agricultura e com o meio

³⁵ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

³⁶ Acção Católica Rural – *Da Missão à Acção* – Acção Católica Rural, 2011-2012.

rural, ambos muito presentes em Portugal e na atenção dos Organismos Rurais da Acção Católica Portuguesa.

Na terceira parte da encíclica, João XXIII dedica alguns pontos da sua reflexão à agricultura. No número 120, diz não lhe parecer que a população rural do mundo tenha diminuído em termos absolutos, mas que é visível nos vários países a deslocação de rurais para as cidades. No número 121, diz-se que «o êxodo da população, do setor agrícola para outros setores produtivos, não é provocado somente pelo progresso económico» (*MM* 121). Segundo João XXIII, este fenómeno deve-se à vontade de escapar a um ambiente que aparenta não ter futuro. Mário Santos, comentador desta edição da encíclica, refere que «para o Papa, o principal fator é o crescente atraso do setor agrícola, quer relativo ao índice de produção quer no que respeita ao nível de vida dos agricultores»³⁷.

João XXIII refere ainda, no número 128, a necessidade de uma «política económica hábil»:

«Para se obter progresso económico harmonioso entre todos os setores produtivos, requer-se uma política económica hábil no campo agrícola no que se refere ao regime fiscal, ao crédito, à previdência social, à defesa dos preços, ao fomento das indústrias complementares e à modernização dos estabelecimentos» (*MM* 128).

No número 131, refere a necessidade de uma política de crédito especial que não prejudique os agricultores: «Exige o bem comum que se aplique à agricultura uma política especial de crédito que assegure aos lavradores esses capitais a uma taxa razoável de juros» (*MM* 131).

João XXIII, no número 140, diz que para que a agricultura familiar permita obter uma vida digna, é necessário que as pessoas recebam instrução:

³⁷ Mário SANTOS, “Introdução”, in JOÃO XXIII, Papa – *Mater et Magistra*. Lisboa: Edições Paulistas, 1990, p. 67.

«É oportuno, aliás, insistir em que a empresa de dimensões familiares será viável somente se dela puder obter-se um nível de vida digno para a família. Para isso, torna-se indispensável que os cultivadores sejam instruídos, modernizados continuamente e assistidos na técnica da sua profissão. É também indispensável que eles estabeleçam ampla rede de instituições, cooperativas, estejam profissionalmente organizados, e tomem parte ativa na vida pública, tanto nos organismos administrativos como nos movimentos políticos» (MM 140).

O número 141 diz que os lavradores:

«Podem facilmente convencer-se de quanto é nobre o seu trabalho: vivem no templo majestoso da criação; estão em relações frequentes com a vida animal e vegetal, inesgotável nas expressões e inflexível nas leis, a qual lembra constantemente a Providência do Criador; das suas mãos, por assim dizer, brotam, em toda a sua variedade, os alimentos que sustentam a família humana; e com elas proporcionam à indústria um número cada vez maior de matérias-primas» (MM 141).

Conforme se pode depreender daquele texto, nele o Papa elogia a proximidade dos agricultores em relação às maravilhas do Criador.

No número 143, o Papa apela à associação dos agricultores, porque hoje «as vozes isoladas quase não têm possibilidade de chamarem sobre si as atenções, e muito menos de se fazerem atender» (MM 143).

O número 146 refere os incentivos para se ser agricultor, aludindo à atividade agrícola como uma vocação:

«O homem encontra no trabalho agrícola mil incentivos para se afirmar, progredir e enriquecer, mesmo na esfera dos valores do espírito. É, portanto, um trabalho que se deve considerar e viver como vocação e missão; isto é, como resposta ao convite recebido de Deus para colaborar na realização do Seu plano providencial na história, como compromisso tomado de se elevar cada um a si e elevar aos outros, e ainda como auxílio para a civilização humana» (MM 146).

Com a análise dos presentes números da encíclica, constatamos que, para João XXIII, a atividade agrícola não é só a execução de mais um trabalho, é também uma vocação, uma missão e uma forma de colaborar na obra do Criador, através da qual os agricultores têm direito a uma vida digna e a um padrão de desenvolvimento semelhante aos trabalhadores de outros setores.

CAPÍTULO II

Acolhimento do Concílio nos Organismos Rurais da Acção Católica

1. Anos 60

No momento em que decorria o Concílio Vaticano II, os organismos rurais já manifestavam alterações, sendo algumas delas impulsionadas por aquele evento.

No ambiente do Concílio, o Papa Paulo VI referiu que «A Igreja em Concílio, era a Igreja em estado de Revisão de Vida»³⁸. Nas palavras do Papa denota-se a importância dada ao método de Revisão de Vida, valorizando-se também a forma de agir da Acção Católica. Em 7 de dezembro de 1963, o Papa Paulo VI falou à Junta Central da Acção Católica Italiana, fazendo a seguinte referência:

«Ficaremos gratos àqueles filhos do Nosso Laicado que quiserem reconhecer na Acção Católica a via mestra para professar a adesão à Igreja, para aumentar em si mesmos a plenitude do seu empenhativo significado, “o sentido da Igreja” e para lhe oferecer um testemunho e uma colaboração que tendam por si mesmos, a excluir toda a ambiguidade, toda a intermitência e toda a limitação»³⁹.

Em 1962, ano de início do Concílio Vaticano II, decorreu a II Semana de Estudos Rurais, em Coimbra, congregando os Organismos Agrários da Acção Católica (LAC, LACF, JAC, JACF), durante a qual se revelou o dinamismo e a capacidade de iniciativa, organização e mobilização destes Movimentos. O objetivo principal deste encontro era apresentar e estudar, de forma profunda, a encíclica «Mater et Magistra», do Papa João XXIII. Esta, como já tivemos oportunidade de referir, apresentava temas

³⁸ LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966, p.34.

³⁹ LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966, p.38.

interpeladores relativamente ao meio rural. Do encontro realizado em Coimbra surgiu a publicação «Alguns Problemas do Meio Rural».

Nos anos de 1962-1963, dá-se início ao «Serviço de Expansão da LACF», sendo o crescimento uma das prioridades do Movimento. Perante tal problema, decorreu em Fátima, em fevereiro de 1964, o 1º Curso Nacional de Expansão, no qual participaram cinquenta Dirigentes Diocesanos e Delegados Regionais, provenientes de todo o país. Decorreu ao longo de quatro dias, e «foi o ponto de partida para uma grande campanha de expansão em profundidade e extensão»⁴⁰. Após o sucesso daquele primeiro curso, decidiu-se, agora no Conselho Geral de julho de 1965, também realizado em Fátima, organizar Cursos Diocesanos, Regionais e Inter-Regionais de Expansão, para que fosse possível chegar a mais Paróquias, congregando assim mais dirigentes e militantes das Secções. Foram cursos que contaram com a colaboração da Equipa Nacional de Expansão. Os Cursos de Expansão Regionais e Inter-Regionais tiveram como lema «A luz não se acende para pôr debaixo do alqueire...» (Mt 5, 15), sendo este concretizado com «Assim a vossa luz brilhe diante dos homens para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai que está nos céus!» (Mt 5, 16).

O Curso de Expansão apresentava os seguintes objetivos:

- «1º Descobrir, interessar e preparar maior número de pessoas;
- 2º Penetrar em maior número de freguesias rurais ainda não atingidas pela LACF;
- 3º Dar uma consciencialização maior a todas as participantes e comprometê-las na realização dum trabalho concreto de expansão;
- 4º Comprometer cada [membro da LACF] pessoalmente na realização do curso da sua região, através da vivência das várias atividades e campanhas a que é chamada e por meio dele a sentir-se responsabilizada no problema grave da expansão;

⁴⁰ ACCÇÃO CATÓLICA RURAL – ACR *Documentos*. p. 7.

5º Levar todas as Secções duma região a um trabalho de interajuda e a assumir um compromisso maior no problema da expansão na região, através do lançamento, preparação e participação no Curso e doutras atividades»⁴¹.

Com os cursos, queria chegar-se a pessoas com capacidade de liderança e que tivessem desejo de colaborar na promoção humana e cristã do meio, sendo este destinado também aos seus dirigentes, militantes e filiados.

Salientando um dos pontos que revelam a necessidade da expansão, destaca-se o ponto quarto, que apresenta um excerto de um apelo aos leigos, proferido pelo Papa Paulo VI, na catedral de Frascati, a 1 de setembro de 1963:

«Porque o meio precisa e espera a sua ação salvadora “... Chegou a hora de agir. É preciso agir e hoje mesmo; assim o exige a consciência cristã. Quando alguém descobre que tem um dever a cumprir, não dirá: fá-lo-ei amanhã. É preciso agir e agir imediatamente. Este imperativo de agir hoje mesmo, de agir imediatamente, é ditado pelas necessidades que são grandes, para quem sabe ver claro. Não se diz a quem tem fome: volte amanhã ou depois”»⁴².

Para a expansão, torna-se necessário dar utilidade aos seguintes elementos: ação pessoal, ação de grupo, publicações, atividades, encontros, campanhas, inquéritos, elementos de contacto, pontos de apoio⁴³.

Uma bela imagem da expansão é esta: ser apresentada através do milagre da multiplicação dos pães, devendo acontecer do mesmo modo, à semelhança do que Jesus ordenou:

«Mandou averiguar; Distribuiu tarefas; Foi ao encontro das necessidades; Deu-lhes solução; Serviu-lhes do que havia. Não partiu do nada ou de elementos estranhos; Aproveitou os elementos existentes; Pediu contas»⁴⁴.

⁴¹ LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966, p.3.

⁴² LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966, p.42.

⁴³ LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966, p.45.

⁴⁴ LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966, p.54.

No caderno da expansão, publicado em 1966, pedia-se

«Que neste Ano Santo do Concílio, em que nos é pedida uma renovação e uma união maior a todos os irmãos, saibamos dar tudo para a expansão da LACF no nosso meio rural, contribuindo assim com a nossa parcela para “acelerar” a marcha do Povo de Deus a caminho da Unidade, para que em breve chegue a hora em que haja um só rebanho e um só Pastor!»⁴⁵.

Voltando um pouco atrás, em janeiro de 1963 é lançada uma publicação, denominada «Mundo Rural»⁴⁶. Com este título, era justificado, no seu primeiro número, que aqueles que vivem no meio rural são uma parte importante do nosso país, sendo «quase metade da população ativa que trabalha no campo», e que «mais de metade da população portuguesa vive em ambiente rural». Também é manifesto, neste editorial de apresentação, que são pouco valorizadas as pessoas deste meio. A revista «Mundo Rural», bem como os seus antecedentes, revelam a preocupação do Movimento com o meio rural. Esta publicação é também um reforço da encíclica «Mater et Magistra», cujas preocupações com meio rural foram já referidas no capítulo anterior⁴⁷.

Relativamente à década de 60, Paulo Fontes refere que a Acção Católica Portuguesa sofreu algumas dificuldades, procurando responder com outro tipo de iniciativas. Assim, em 1963 realiza o Grande Encontro da Juventude, que «foi uma das mais visíveis e espetaculares expressões desse esforço de revitalização a nível dos organismos juvenis, o qual, sintomaticamente, viria depois a ser considerado por alguns observado-

⁴⁵ LACF, Direção Geral da – Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais. Fevereiro de 1966, p.1.

⁴⁶ O «Mundo Rural» é uma revista que surge da junção da revista da LACF – “Boa Semente” – e da revista da LAC – “Vida Agrária”. Houve necessidade de unir as revistas, congregando os seus diversos conteúdos. A revista da LAC, “Vida Agrária”, dedicada aos homens que trabalhavam no campo, não perdeu a sua força ao ser inserida no “Mundo Rural”, tendo uma secção dedicada à agricultura e ao seu desenvolvimento, mantendo-se até hoje, cinquenta anos depois. O “Mundo Rural” iniciou com uma tiragem de 30 mil exemplares.

⁴⁷ Para informações sobre a encíclica do Papa João XXIII, “Mater et Magistra”, consultar o ponto 4 do capítulo I: «Acção Católica Rural na Encíclica “Mater et Magistra”, de João XXIII».

res como o “canto do cisne” da ACP»⁴⁸. Maria Helena Inês, militante do Movimento há mais de 40 anos, recorda com entusiasmo o Grande Encontro da Juventude, realizado a 20 e 21 de abril de 1963, organizado pelos dez Movimentos Juvenis da Acção Católica Portuguesa, que congregaram em Lisboa cerca de 50 mil jovens de todo o país, bem como militantes de dioceses de África. Foi um marco para o Movimento, e foi o último evento do género realizado com tamanha dimensão⁴⁹. Esta iniciativa foi promovida pelas Direções Gerais dos Organismos Juvenis da Acção Católica Portuguesa, coordenados por uma Comissão Executiva, presidida pela Dra. Maria de Jesus Vassallo Santos e pelo Dr. João Salgueiro.

Nos anos de 1963-1964, os Organismos Rurais estavam implantados no seguinte número de Freguesias⁵⁰:

- JACF: 1012
- LACF: 598
- JAC: 420
- LAC: 336

A partir de 1965, passa a realizar-se a Semana Nacional da Expansão, a primeira das quais iniciada em junho de 1965. Em 1967 já decorre em comum com a LAC. A partir de 1968, a IV Semana Nacional da Expansão, passou a realizar-se juntamente com os Organismos afins, jovens e adultos.

Com o objetivo de preparar Delegados Regionais para realizar a expansão, em agosto de 1966 teve lugar o 1º Campo de Férias Nacional de Expansão, atividade que se desenvolveu ao longo dos anos.

⁴⁸ FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, p. 17.

⁴⁹ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁵⁰ ACÇÃO CATÓLICA RURAL – *ACR Documentos*. p. 8.

Em 1964, em Fátima, é criada a FIMARC (Federação Internacional dos Movimentos Adultos Rurais Católicos), sendo os Organismos Agrários adultos membros fundadores. Foi eleita Vice-Presidente da FIMARC a Presidente Nacional da LACF, Maria Adelaide Formigal⁵¹. Durante vários anos os Organismos Agrários fizeram parte do Comité Executivo da FIMARC. E hoje, quase meio século depois da sua fundação, a ACR permanece como seu membro.

A FIMARC realizou em Portugal algumas das suas atividades, tais como: Assembleia Geral de 1964 (Fátima), Reuniões do Comité Executivo (1971 e 1974), Sessão Atlântico Norte (1985 em Penafirme, Torres Vedras) e a Assembleia Mundial de 1990 (Albergaria-a-Velha, Aveiro).

2. Transformações durante o Concílio

Clarisse de Sousa, militante há mais de 60 anos, relembra que «a Acção Católica desta época [do Concílio] era uma Acção Católica de massas. Não havia outros Movimentos na Igreja, pelo menos com tanta pujança como a Acção Católica. [...] Era um Movimento de massa, mas organizado à medida»⁵².

Com o Concílio Vaticano II, diversificaram-se muito mais os movimentos eclesiais laicais. A valorização do apostolado laical levou a que a Igreja tivesse uma nova visão sobre a identidade e a missão da Igreja⁵³. A Constituição Dogmática «Lumen Gentium», aprovada a 21 de novembro de 1964, apresentou uma inovação sobre quem faz parte da Igreja, ao referir que a Igreja é Povo de Deus, exercendo cada um o seu ministério. Assim, falamos em povo sacerdotal, que é composto pelos fiéis leigos e pelos sacerdotes, que são complementares e não contrários. Deste modo, dá-se fim à ideia

⁵¹ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁵² Cf. Entrevista a Maria Clarisse Sousa (ANEXO II).

⁵³ Cfr. FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, pp. 11-12.

de que os sacerdotes são superiores aos leigos. Foi por essa razão que, antes de se falar da Hierarquia da Igreja, o capítulo II da «Lumen Gentium» recebeu o título de «Povo de Deus», colocando todos os cristãos ao mesmo nível. Somente nos capítulos seguintes se faz uma referência em particular aos sacerdotes (capítulo III), e seguidamente aos leigos (capítulo IV).

Na Acção Católica, «é possível reconhecer a preocupação e os esforços desenvolvidos pela Igreja Católica com a formação das suas elites, tanto a nível do clero como dos leigos, nos mais diversos setores de vida da sociedade»⁵⁴.

Maria José Leal, militante desde a adolescência, recorda que, após o Concílio, a Acção Católica teve a preocupação de estudar os documentos conciliares que estavam mais diretamente dirigidos aos leigos, de modo a tornar os militantes cristãos «mais conscientes e ativos na Igreja e no mundo»⁵⁵. Com vista a instruir os seus militantes, a JACF elaborou «uma campanha para o uso do missal que tinha, de um lado o texto em latim e do outro, em português; assim, respondíamos ao sacerdote em latim e acompanhávamos as orações e leituras lendo, para nós, em português»⁵⁶.

Sobre a formação que provinha dos documentos conciliares, Clarisse Sousa recorda que as alterações ocorreram «na medida em que recebemos formação, no estudo aprofundado dos documentos conciliares; talvez mais a nível de equipas diocesanas do que nos grupos de base. Mas um legado recebe-se e transmite-se, através das campanhas de cada ano»⁵⁷.

Flausino Silva, militante do Movimento há mais de 60 anos, refere que a «Acção Católica e a ACR, em particular, deram sempre muito relevo, na formação dos militantes, à Doutrina Social da Igreja e, quer as Constituições que saíram do Concílio,

⁵⁴ FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011, p. 13.

⁵⁵ Cf. Entrevista a Maria José Reis (ANEXO VI).

⁵⁶ Cf. Entrevista a Maria José Reis (ANEXO VI).

⁵⁷ Cf. Entrevista a Maria Clarisse Sousa (ANEXO II).

quer a Exortação que se lhe seguiu, foram objeto de estudo, nos cadernos do militante e nas ações de formação desenvolvidas»⁵⁸.

No que diz respeito aos documentos do Concílio, relembra Maria de Lurdes Leal, militantes do Movimento desde os anos 60, que a ACR «estudou, partilhou e refletiu nas Equipas de Base e viu com grande alegria as grandes reformas, especialmente na Liturgia, o papel dos leigos na Igreja e no mundo, bem como os documentos na linha social»⁵⁹.

Também Isaura Branco, militante desde 1975, refere que o Movimento teve sempre a preocupação de «apresentar e estudar os Documentos Conciliares, para que os seus membros tivessem conhecimento e consciência deste grande acontecimento»⁶⁰. Maria Helena Inês afirma que o Movimento fez o acompanhamento do Concílio «à medida que os documentos iam sendo publicados. Alguns foram objeto de estudo detalhado, como a Constituição Dogmática sobre a Igreja, a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno e o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos»⁶¹.

Apesar de todas as grandes mudanças decorridas no Movimento, estas não foram imediatas. No entanto, o Concílio Vaticano II «abriu novas esperanças à Igreja e ao mundo, que viviam um pouco de costas viradas. Foi uma lufada de ar puro numa Igreja que não acompanhou as mudanças da História e estava mais virada para o passado»⁶². Isaura Branco refere que a Acção Católica dos anos que se seguiram ao Concílio revela um «sentimento de maior responsabilidade, incentivando a que cada membro, cada leigo, participasse de modo mais ativo e responsável na Igreja. A Acção Católica sente também a responsabilidade de dar uma resposta à descristianização da Europa»⁶³. O Pe.

⁵⁸ Cf. Entrevista a Flausino Silva (ANEXO IV).

⁵⁹ Cf. Entrevista a Maria de Lurdes Leal (ANEXO VIII).

⁶⁰ Cf. Entrevista a Isaura Branco (ANEXO IX).

⁶¹ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁶² Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁶³ Cf. Entrevista a Isaura Branco (ANEXO IX).

Silvino Amaral, militante há mais de 50 anos, que acompanhou e continua a acompanhar a Acção Católica Rural na ilha de S. Miguel (Açores), refere que «a ACR não entrou no núcleo dos muitos que não se aperceberam da eficácia do Concílio», tendo-se tornado cada vez mais num «veículo de aplicação prática da mensagem complexa do Concílio»⁶⁴.

Embora tenha havido uma grande transformação da Igreja, que agora se voltava para o mundo ao dar novas responsabilidades aos leigos, após o Concílio dá-se uma redução do número de militantes na Acção Católica Portuguesa. As ideias de revolta, provenientes de França, do maio de 1968, haviam chegado a Portugal, e estavam a alterar as mentalidades – embora só se venham a sentir as suas consequências após 1974.

3. Concílio Vaticano II, Laicado e Acção Católica

Como foi possível constatar no ponto anterior, o Concílio Vaticano II motivou uma revolução na teologia do laicado, e assim também nos movimentos rurais da Acção Católica.

Ao identificar a Igreja com «as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os aflitos» (GS 1), o Concílio deu, nos organismos rurais, «novos fundamentos ao método “Ver, Julgar e Agir”, dando origem à Revisão de Vida do Meio, pondo militantes mais atentos aos problemas das pessoas e levando-as a um compromisso apostólico para lhes dar resposta»⁶⁵.

No Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, fala-se que «o apostolado dos leigos é consequência da própria vocação cristã e, por isso, nunca poderá faltar à Igreja» (AA 1). Esta afirmação e todo o Decreto, deram «uma certa autonomia ao apostolado da Ac-

⁶⁴ Cf. Entrevista a Silvino Amaral (ANEXO X).

⁶⁵ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

ção Católica, que estava muito dependente da Hierarquia»⁶⁶. Deste modo, «o Concílio veio revelar que o apostolado dos leigos tinha a sua fonte no Batismo e não no mandato da Hierarquia»⁶⁷.

«A Acção Católica Rural consegue desenvolver a sua identidade própria, ao ponto de vir a receber, mais tarde, um reconhecimento oficial, no Concílio Vaticano II»⁶⁸. Relativamente a este reconhecimento, diz-se que os padres conciliares, «na sua reflexão pastoral, não quiseram apagar a especificidade da Acção Católica. Pelo contrário, quiseram conservar, como “a menina dos olhos da Igreja”, o carisma gerador que tem sido característica deste Movimento»⁶⁹. Relembremos o n.º 20 do Decreto do Apostolado dos Leigos, que faz referência específica à Acção Católica:

«Há bastantes dezenas de anos, em muitas nações, os leigos, entregando-se cada vez mais ao apostolado, reuniram-se em variadas formas de ação e de associações que, mantendo uma estreita relação com a Hierarquia, visavam e visam ainda objetivos claramente apostólicos. Entre as instituições mais antigas, merecem particular destaque aquelas que, servindo-se, embora, de métodos de trabalho diferentes, produziram abundantes frutos para o Reino de Cristo. Devidamente recomendadas e promovidas pelos Papas e por muitos Bispos, foram por eles denominadas por Acção Católica e muitíssimas vezes definidas como colaboração dos leigos no apostolado hierárquico.

Estas formas de apostolado quer se chamem Acção Católica quer tenham outro nome, desenvolvem nos nossos tempos um precioso apostolado e caracterizam-se pelos seguintes elementos:

a) os seus objetivos são os objetivos apostólicos da Igreja, isto é, evangelizar e santificar os homens e formar cristãmente as suas consciências, de modo a que possam impregnar do espírito do Evangelho as várias comunidades e ambientes;

⁶⁶ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁶⁷ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁶⁸ ACÇÃO CATÓLICA RURAL – *ACR Documentos*, p. 18.

⁶⁹ ACÇÃO CATÓLICA RURAL – *ACR Documentos*, p. 29.

b) os leigos, colaborando da maneira que lhes é própria com a hierarquia, contribuem com a sua experiência e assumem a responsabilidade:

- da direção destas organizações;
- da apreciação das condições em que deve exercer-se a ação pastoral da Igreja;
- da elaboração e execução dos planos de ação;

c) os leigos trabalham unidos, à maneira de um corpo orgânico, de modo a manifestar melhor a comunhão da Igreja e tornar mais eficaz o seu apostolado;

d) os leigos, quer se tenham oferecido espontaneamente quer tenham sido convidados para a ação e para a colaboração direta com o apostolado hierárquico, atuam sob a orientação superior da hierarquia que pode confirmar esta colaboração por um mandato expresso.

As organizações que, na opinião da hierarquia, reúnam todas estas características, devem considerar-se Acção Católica, mesmo quando, por exigências de lugar e de povos, adoptem outras formas ou designações.

O Concílio recomenda vivamente estas instituições que correspondem certamente às necessidades do apostolado em muitas nações e convida os sacerdotes e os leigos, que nelas trabalham:

- a satisfazer cada vez mais os requisitos atrás referidos;
- a colaborar, sempre fraternalmente, com as outras formas de apostolado da Igreja» (AA 20).

Este número do Decreto «veio clarificar os objetivos e limites dos Movimentos da Acção Católica, de que alguns se estavam a desviar, empenhando-se numa transformação social e até política dos meios»⁷⁰.

Maria Helena Inês refere o meio rural e os seus organismos como mais conservadores, não tendo acontecido excessos ou desvios dos objetivos mencionados no n.º 20 do Decreto do Apostolado dos Leigos, mas diz também que os organismos rurais tive-

⁷⁰ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

ram «dificuldade em acompanhar as profundas mudanças no meio rural para as evangelizar»⁷¹.

Os textos do Concílio «eram consultados com frequência nos cursos e nas revisões de vida. A sua linguagem atual, clara e aberta era compreendida pelas militantes que sentiam reconhecido o seu apostolado»⁷². Estes documentos foram «tema de reflexão e de muitas ações de formação. O início das reuniões, quer de base, quer diocesanas, quer nacionais, tinham sempre um largo tempo de discussão sobre estes temas»⁷³.

Flausino Silva considera: «Se houve Movimento que acolheu e traduziu na sua ação apostólica as deliberações do Concílio Vaticano II, foi a Acção Católica, particularmente a ACR que, com as Jornadas Sociais, assumiu corajosamente o seu papel de Sal da Terra e Luz do Mundo»⁷⁴.

Referente à receção do Concílio, que ainda decorre, Clarisse Sousa declara que a «Acção Católica Rural não é só recetora da mensagem do Concílio, mas ela própria deve fazer-se mensagem, palavra, diálogo»⁷⁵. E Dália Nunes, com mais de 60 anos de militância, sublinha a «consciência clara que a ACR tem de estar no mundo, com outro tipo de abordagem, mas nunca com menos exigência e menos consciência do papel dos seus militantes dentro da Igreja e do meio. E esta consciência terá de ser de novo adquirida, estudando e debatendo a doutrina conciliar e aplicando-a à vida, utilizando o seu método de trabalho, que é a Revisão de Vida»⁷⁶.

Após a realização do Concílio Vaticano II, o tema do laicado continuou. A 22 de setembro de 1973, o Papa Paulo VI fala aos delegados da Acção Católica Italiana, tendo como tema «Missão e Atualidade da Acção Católica». Naquela alocução, reforça a mis-

⁷¹ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁷² Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁷³ Cf. Entrevista a Dália Nunes (ANEXO III).

⁷⁴ Cf. Entrevista a Flausino Silva (ANEXO IV).

⁷⁵ Cf. Entrevista a Clarisse Sousa (ANEXO II).

⁷⁶ Cf. Entrevista a Dália Nunes (ANEXO III).

são e a atualidade da Acção Católica com base nos documentos do Concílio Vaticano II, revelando que então, mais do que nunca, a Acção Católica não poderia ser indiferente à sua missão, pois são os leigos que estão presentes no mundo.

Naquela alocução, Paulo VI, manifestou a confiança que a Igreja tem na Acção Católica:

«A própria Igreja tem confiança em vós. Não exige de vós apenas uma presença vaga, um testemunho nebuloso ou um compromisso puramente verbal. Ela confia-vos a sua própria realidade, o seu futuro. Com efeito, a Acção Católica foi chamada pelo Concílio a colaborar “para implantar a Igreja e também para colaborar no desenvolvimento da comunidade cristã”, com outros tipos específicos de ministério – sacerdotes, diáconos, catequistas, religiosos e religiosas –, ministérios estes que são suscitados por vocação divina, dentro da própria assembleia dos fiéis, e que devem ser solícitamente fomentados e cultivados por todos»⁷⁷.

Após o Sínodo dos Bispos, realizado em 1987, foi publicada a Exortação Apostólica Pós-Sinodal «Christifideles Laici», de 30 de dezembro de 1988, pelo Papa João Paulo II, sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo. O n.º 31 daquele documento refere que

«Entre as várias formas de apostolado dos leigos, que têm uma particular relação com a Hierarquia, os Padres sinodais expressamente mencionaram vários movimentos e associações de Acção Católica, onde “os leigos se associam livremente de forma orgânica e estável, sob o impulso do Espírito Santo, na comunhão com o Bispo e com os sacerdotes, de forma a poderem servir, no estilo próprio da sua vocação, com um método particular, o crescimento de toda a comunidade cristã, os projetos pastorais e a animação evangélica de todos os âmbitos da vida, com fidelidade e operosidade”» (CL 31).

⁷⁷ PAULO VI – *Missão e Atualidade da Acção Católica. Texto Integral da Alocução aos Delegados da Acção Católica Italiana, em 22 de setembro de 1973*. Edição: LAC/F, Viseu, p. 10.

As palavras de João Paulo II são mais um reconhecimento do valor da Acção Católica no mundo, mais de 20 anos após a realização do Concílio Vaticano II. Esta Exortação vem, mais uma vez, dizer que a Acção Católica continua a ser necessária no mundo, e o facto de ser referida especificamente, o que não aconteceu em relação a outros Movimentos, revela a sua validade, bem como a importância da sua acção no mundo actual, o que salienta que a Acção Católica continua a ter um papel importante na sociedade, em cada meio, e que não está ultrapassada.

CAPÍTULO III

Os organismos rurais da Acção Católica no pós-Concílio

1. O surgimento da Acção Católica Rural (ACR)

Olhando para o Portugal da época em que surgiu a Acção Católica, é possível constatar que existiam diversos problemas no meio rural, tais como: analfabetismo, des-cristianização, isolamento, escassas vias de comunicação e atraso em relação ao meio citadino. O meio rural era assim um ambiente ao mesmo tempo rico e pobre, pois contemplava toda a beleza da criação, mas era pobre porque estava isolado, bem como pelo nível de riqueza material das pessoas que nele viviam.

Aqueles problemas foram agravados pelo difícil período que devastou a Europa, nomeadamente: «as sequelas da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), a expansão do comunismo implantado na Rússia em 1917, as perseguições religiosas e anticlericais, a Guerra Civil de Espanha (1933-1939) e a 2ª Guerra Mundial 1939-1945)»⁷⁸, bem como, para Portugal, a Guerra Colonial em África – em Angola, Moçambique e Guiné (1961-1974). Estes fatores levaram a que o país sofresse profundas consequências. A Guerra Colonial levou os rapazes, enfraquecendo todo o país e, conseqüentemente, também a JAC.

Os Organismos que deram origem à ACR criaram, por isso, estruturas (a nível Nacional, Diocesano, Regional e de Base) com o objetivo de formar os associados nas vertentes espiritual, humana e cristã, de modo a prepará-los para a ação apostólica no meio rural. A sua ação foi, desde sempre, baseada nos problemas concretos do meio, buscando dar-lhes resposta à luz da Palavra de Deus e do Magistério da Igreja.

⁷⁸ ACCÇÃO CATÓLICA RURAL – ACR Documentos, 2000, p. 3.

Os Movimentos da Acção Católica começaram a sofrer um declínio mais acentuado na década de 70. No entanto, a reestruturação da Acção Católica Portuguesa, operada pela Junta Central presidida pelo Eng. Sidónio Pais, responsabilizou os organismos não só pelos setores pré-juvenis e os organismos juvenis, mas também pelos organismos de adultos afins. Por esta razão, a pedido das Direções Diocesanas, a LAC e a LACF, entre 1972 e 1974, dedicaram-se aos adolescentes. Foi a partir desta época uma preocupação do Movimento, procurando formar animadores que pudessem acompanhar os mais novos na sua caminhada.

Deste modo, a década de 1980 ficaria marcada pela forte presença do setor juvenil da ACR⁷⁹, pois foi naquela época que os jovens começaram a tornar-se mais presentes na formação promovida pelo Movimento, mostrando um grande interesse em integrarem-se na ACR. A partir de 1982, e sobretudo a nível diocesano, iniciaram-se atividades para jovens, como resposta aos pedidos dos mais novos.

No Conselho Nacional de 1983, realizado em Lamego, decidiu-se que se realizariam cursos interdiocesanos para animadores de jovens, pois era fundamental para o trabalho que se pudesse desenvolver com estes jovens interessados. Assim, em 1984, é publicado um caderno de temas destinado aos animadores de jovens.

O trabalho de pré-jovens no Movimento levou à criação de uma publicação específica para esta idade, a folha «Sou Gente», que mais tarde veio a fazer parte integrante da revista «Mundo Rural». Todas estas iniciativas foram o ponto de partida do trabalho com os pré-jovens no Movimento pois, ano após ano, novos jovens foram aderindo, começando a integrar-se e a participar de forma ativa na dinâmica do Movimento. Foi um grande contributo para o rejuvenescimento da ACR.

⁷⁹ Na entrevista de Maria Helena Inês, sobre o trabalho entre jovens e adultos é relatado o seguinte: «O trabalho conjunto de jovens e adultos, anteriormente não aconselhável e impossível pela estrutura orgânica da Acção Católica Portuguesa (Acção Católica Portuguesa) com Organismos separados por meio, sexo e idade mostrou-se positivo e mais eficaz na fidelização dos filiados, com uma transição natural. Foi a melhor solução encontrada para a renovação do Movimento e a sua continuidade».

Como já foi referido, o número de militantes estava a sofrer um decréscimo acentuado. A revolução que se seguiu ao 25 de abril de 1974 foi também uma das causas desse decréscimo, pois os militantes sentiam que a política era um campo de apostolado e, como não se queria confundir a ação política e a eclesial, o Episcopado não permitia que os dirigentes da Acção Católica fossem também líderes de partidos políticos, ou tivessem encargos políticos ou autárquicos, o que motivou o afastamento de muitos militantes, sobretudo alguns dos mais dinâmicos⁸⁰. Assim, em julho de 1976, deu-se a fusão entre a LAC e a LACF, efetuada no Conselho Nacional desse ano, e nasceu a ACR conjunta, constituída por mulheres e homens. Dizia-se que «se sacrificava a quantidade a favor da qualidade»⁸¹.

Depois daquela fusão, houve necessidade de se realizarem eleições para uma única Equipa Nacional, tendo sido eleitos, como Presidente, Maria Amélia Calheiros e, para Vice-Presidente, José de Bastos da Rocha⁸².

Saliente-se que, apesar de a fusão ter decorrido em 1976, só em outubro de 1978 se realizou o primeiro Conselho Nacional da ACR, em Fátima. Nesse mês, foram aprovados os Estatutos da ACR.

Devido ao decréscimo de filiados, já visível antes da década de 70, desapareceram muitas Secções – o que também se deveu a muitos párocos que, após a revolução de 25 de abril de 1974:

«sentindo que a Acção Católica não dependia deles como antes e com receio de desvios, começaram a não desejar a Acção Católica nas suas paróquias e, onde existia, davam-lhe pouca importância. A Acção Católica entrou em crise, assim como a Igreja, que teve dificuldade em pôr em prática o espírito do Concílio»⁸³.

⁸⁰ Cf. Entrevistas a Maria Helena Inês (ANEXO I), a Flausino Silva (ANEXO IV) e a Cândida Silva (ANEXO V).

⁸¹ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

⁸² Cf. Equipa Nacional da ACR 1976-1978 (ANEXO XII).

⁸³ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

As linhas orientadoras dos anos seguintes a 1974 visaram, por isso, a renovação, reorganização e reciclagem dos Dirigentes, com o objetivo de revitalizar o Movimento.

2. Marcos da Acção Católica Rural

Em 1979 celebrou-se o Ano Internacional da Criança. Para melhor aproveitar esse ano, a ACR reeditou, com a ajuda da Conferência Episcopal Portuguesa, o jornal para crianças «Girassol», dirigido por Maria Luísa Caldas de Almeida, que já tinha sido publicado para substituir as três revistas existentes nos setores pré-juvenis femininos, respetivamente «Semente» (Pré-JACF), «Alvorada» (Pré-JECF) e «P´rá Frente» (Pré-JOCF).

Reunidos em Fátima num encontro nacional em abril de 1980, a ACR congregou cerca de 60 responsáveis nacionais e diocesanos, com o intuito de tomar consciência da identidade do Movimento enquanto parte da Acção Católica nas novas realidades do mundo, bem como analisar o que pediam as realidades do meio rural – de modo a poder dar uma resposta à luz da Doutrina Social da Igreja. Tudo para que o meio rural se pudesse desenvolver de modo harmonioso. Daqui surgiu uma nova força para a ACR.

A década de 1980, como já foi referido, fica marcada pela forte presença do setor juvenil da ACR. Por essa razão, a partir de 1982 iniciaram-se, a nível diocesano, atividades para jovens como resposta aos pedidos dos mais novos.

Em 1983, teve início a celebração dos 50 anos da Acção Católica Portuguesa. Muitas das Dioceses realizaram esta comemoração, não só a nível diocesano, mas também local, tendo sido desenvolvidas várias atividades. As comemorações tiveram o seu término a 18 de novembro de 1984, em Fátima, com as Jornadas em que D. José Policarpo, Presidente da Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos, pronunciou uma

conferência intitulada «Missão da Acção Católica na Renovação da Igreja em Portugal neste final de século XX».

A campanha, designada «Mundo Rural – A Aldeia que Eu Quero no Portugal Europeu», realizada na década de oitenta, ainda hoje é falada no Movimento. A campanha tinha como principais objetivos o desenvolvimento do meio rural e a preparação das comunidades para o impacto que a adesão às comunidades europeias iria provocar. Aquela campanha foi dividida em quatro eixos, respetivamente Social, Religioso, Económico e Cultural, os quais constituem, ainda hoje, um guia para a ação do Movimento. Esta campanha foi iluminada pela encíclica «Solicitude Social da Igreja», do Papa João Paulo II (1987). A campanha teve a duração de quatro anos, destacando-se, no plano nacional, a realização de um Curso Nacional sobre aquela encíclica de João Paulo II (decorrido em 1988), bem como o Seminário «O Meio Rural no Portugal Europeu» (em 1989). O tempo da campanha fez com que se realizassem ações concretas que transformaram o meio. Por essa razão foram criados os GARA (Grupos de Análise, Reflexão e Ação), formados para dar resposta a problemas concretos do meio rural.

Em 1988, decorreu o Congresso Nacional dos Leigos, dedicado ao tema «A Missão dos Leigos na Igreja e no Mundo», que teve lugar em Fátima de 2 a 5 de junho. A ACR não só esteve presente no Congresso, como também disponibilizou alguns dos seus Dirigentes Nacionais e Diocesanos para que dirigissem sessões parciais, como foi o caso da sessão «Sinais dos Tempos no Meio Rural», orientada por Flausino Silva.

Olhando para um passado muito recente, houve em 2013 mais um grande marco da ACR que precisa de ser assinalado: as IV Jornadas Nacionais da ACR, decorridas na diocese de Braga a 13 e 14 de julho. No primeiro dia, teve lugar a VII Assembleia Nacional de Delegados, que conseguiu congregar, entre delegados e participantes, cerca de 210 pessoas – provenientes das 16 dioceses em que a ACR estava implantada. Nessa

Assembleia analisaram-se as ações realizadas no triénio 2010-2013, e foram delineadas as linhas orientadoras de força para o triénio 2013-2016, tendo ainda sido eleita a equipa nacional para este período. Pretendia-se que o triénio 2013-2016 fosse o pico de uma caminhada, elegendo-se como slogan «O Futuro é agora: semeia, cuida, partilha!»⁸⁴.

As IV Jornadas Nacionais da ACR foram fortemente marcadas pelo dia 14 de julho que, no Sameiro, congregou a grande família da ACR e reuniu mais de 2500 participantes. Cada grupo participante marcou a sua presença através de um símbolo cultural da sua terra, exposto numa barraquinha cultural, o que permitiu constatar que, apesar das diferenças de origem, é o mesmo entusiasmo que une todos os membros da ACR.

A Eucaristia daquelas Jornadas constituiu um momento alto, tendo sido presidida pelo Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga. Foi uma Eucaristia rica, pois congregou, tal como a Assembleia Nacional de Delegados, todas as dioceses em que a ACR está implementada, e nela todos assumiram os seus compromissos para o triénio. Durante a Eucaristia houve um momento para homenagem aos ardinas, que tanto se dedicam à expansão da revista, distribuindo-a e promovendo o que nela se encontra de melhor.

Estas Jornadas foram também marcadas pelo documentário a propósito das Bodas de Ouro da revista, no qual se revela a riqueza da revista ao longo dos anos, contada por vários militantes que distribuem e leem o «Mundo Rural». Este documentário comprova a veracidade do seu título: «Mundo Rural, 50 Anos a Formar e Informar».

As IV Jornadas terminaram marcando também o Ano da Fé, tendo cada diocese refletido e apresentado uma parte do Credo. Estas apresentações, típicas dos Encontros Nacionais de Adolescentes e Jovens decorridos nos últimos anos, mostram a capacidade de reflexão dos militantes do Movimento.

⁸⁴ Diz-se que o próximo triénio será o pico da caminhada que o Movimento tem vindo a fazer, devido aos slogans que adotou nos últimos triénios:

- 2004-2007: «Sonhar e Desenhar o Futuro»
- 2007-2010: «Sonhar, Desenhar e Construir o Futuro»
- 2010-2013: «Crescer e Recriar o Futuro na Esperança»

Conclui-se esta secção, referindo que as Jornadas foram muito intensas. Nelas se constatou que, ao fim de oitenta anos, a ACR continua viva e ativa. Foram também uma revelação em como na ACR não há novo nem velho, apenas o amor e a alegria típica de uma família.

3. Um olhar sobre a atualidade da Acção Católica Rural

Hoje, a ACR não tem tantos militantes como antes, não tem o mesmo impacto, mas visa realizar a mesma missão junto do meio rural.

A ACR compreendia, em 2013, cerca de 120 grupos ativos, divididos por 16 dioceses do país: Angra do Heroísmo, Aveiro, Braga, Bragança-Miranda, Coimbra, Funchal, Guarda, Lamego, Leiria-Fátima, Lisboa, Portalegre-Castelo Branco, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Ronda os 1500 o número de militantes e simpatizantes, congregando os elementos das Secções (crianças, adolescentes, jovens e adultos) e Equipas Diocesanas. A grande maioria são mulheres.

Embora congregue um número elevado de militantes, distribuídos por todas as faixas etárias, os inquéritos revelam um envelhecimento do Movimento⁸⁵. No entanto, é de salientar que entre os 16 e os 24 anos há um elevado número de jovens ativos e empenhados no Movimento.

Os inquéritos realizados, que visaram essencialmente preparar a VII Assembleia Nacional de Delegados, decorrida na Diocese de Braga, tiveram também o objetivo de saber como cada grupo realiza a ação no seu meio.

Relativamente aos inquéritos realizados em triénios anteriores, constatou-se que, de facto, não houve recentemente uma abundância de adesões. No entanto, a grande maioria dos grupos acolheu novos elementos, o que revela que, para além do crescimen-

⁸⁵ Os inquéritos a que se faz referência foram realizados no ano de 2013, aquando da preparação da VII Assembleia Nacional de Delegados.

to, existe também alguma renovação. Esta questão conduz-nos à expansão, sendo que os inquéritos revelam que se prevê no próximo triénio uma maior aposta nos grupos infantis e de adolescentes.

Mas a ACR não são só números. Deste modo, alguns dos militantes fizeram a sua reflexão sobre o hoje e o futuro da ACR, mostrando que atualmente, em relação ao passado, não há mais nem menos campo de ação em que a ACR possa intervir, embora existam novos contextos e novos desafios. Apresentam-se de seguida alguns excertos da reflexão dos entrevistados, ao serem questionados sobre o papel da ACR nos dias de hoje:

Maria Helena Inês pensa que:

«após o Concílio (já passaram 50 anos – 2 gerações) [a ACR] continua a ter o seu lugar na Igreja e um vasto campo de apostolado. [...] Mas é mais rica hoje do que nos tempos em que a Acção Católica era a organização oficial da Igreja, e quase a única organização laical. [...] A Acção Católica deve evangelizar, formando as pessoas para tornar cristãs as realidades temporais onde estão inseridas (família, escola, trabalho, tempos livres...). Por isso digo que o seu apostolado é muito vasto, exigente e necessário neste tempo em que o secularismo apaga Deus na vida social e na consciência de cada um. [...] O papel da Acção Católica é formar cristãos responsáveis que vivam a sua identidade com Cristo e a testemunhem no mundo em que vivem, com alegria, impulsionados pela Esperança e Caridade. Apesar do meio rural estar muito mudado, a realidade persiste, é um valor a preservar e é papel da ACR investir a sua ação na evangelização da vida rural, mesmo quando muito próxima da vida urbana. Há valores no meio rural que não podem desaparecer: o amor à terra, a solidariedade, as relações de vizinhança, as artes e ofícios tradicionais, a gastronomia, o artesanato, o ar puro e o sol, a agricultura sustentável»⁸⁶.

⁸⁶ Cf. Entrevista a Maria Helena Inês (ANEXO I).

Maria Clarisse Sousa refere que

«A Acção Católica Rural, se quer trabalhar para uma Nova Evangelização, tem de decidir ir até junto daqueles que não vêm à comunidade, à paróquia, aos Movimentos da Igreja. Tem de desafiar os batizados a uma pertença comunitária. [...] Se todo o evangelizado deve evangelizar, é maior a exigência para um membro da Acção Católica Rural. Não podemos privar ninguém do tesouro que representa Jesus Cristo e o Seu Evangelho. [...] Temos de saber ler os “sinais dos tempos”, em tudo o que vai acontecendo na nossa aldeia, no nosso País, no mundo, e entrar num compromisso cada vez mais construtivo, como nos aconselhava João XXIII. [...] Os “sinais dos tempos” deixam perceber a voz de Deus, mas temos de estar muito atentos para a ouvir»⁸⁷.

Dália Nunes refere que:

«A ACR é por natureza um Movimento vocacionado para a intervenção evangélica e tem de continuar a lutar por aquilo em que acredita. Continuo a pensar que a Acção Católica ainda não tem substituto, e tenho a percepção de que em alguns setores da Igreja se começa a reconhecer que o lugar da Acção Católica não está ocupado»⁸⁸.

Flausino Silva diz que:

«A ACR tem de se manter fiel à sua vocação e missão de Movimento de Leigos no mundo, porque essa é a sua essência. Mas o nosso mundo muda/mudou muito depressa, e as pessoas estão demasiado cheias de si, de coisas materiais e culturais, e de ideias que o mundo lhes incute e, por isso, menos disponíveis para Movimentos "difíceis" como o é a ACR. Adaptando a formação e a ação ao modo eclesial e social de hoje, o Movimento continua a ser e é, na atualidade, fundamental, como o foi no passado, para a Nova Evangelização das pessoas e dos ambientes»⁸⁹.

⁸⁷ Cf. Entrevista a Maria Clarisse Sousa (ANEXO II).

⁸⁸ Cf. Entrevista a Dália Nunes (ANEXO III).

⁸⁹ Cf. Entrevista a Flausino Silva (ANEXO IV).

Cândida Silva, militante há mais de 50 anos, julga que:

«os últimos Papas tiveram, e o atual [Bento XVI], ainda tem, consciência do valor do trabalho de leigos em Ação Católica. [...] A ACR em Portugal poderá continuar se houver uma extraordinária confiança no “Chefe”, muito amor, determinação, estudo do meio, dos ambientes e das sociedades, e se os elementos da hierarquia mais responsáveis nas dioceses lhe derem um grande apoio»⁹⁰.

Maria José Reis refere que a ACR pode:

«Continuar a ser “fermento na massa” vivendo a “Nova Evangelização”, ou seja, fazê-lo com grande convicção e maior ardor, sabendo que, seguindo Jesus, encontramos o Caminho, a Verdade e a Vida. [...] A Igreja e a Sociedade Civil continuam a precisar (e talvez mais que nunca) de uma Acção Católica bem organizada, para fazer apostolado»⁹¹.

Ana Irene Rocha, militante desde 1962, pensa que:

«se não existisse [a ACR], era preciso criá-la. [...] Com meios que cativem, uma nova Evangelização, dinâmicas e metodologias que ajudem a fé, numa “evangelização de amor”»⁹².

Maria de Lurdes Leal refere que a ACR:

«É um Movimento cada vez mais necessário na Igreja perante os novos problemas que nos rodeiam. Um necessário renascimento da Revisão de Vida para que haja uma atuação cada vez mais próxima do agir de Cristo, partindo da relação pessoal que cada militante tem com Ele, que leve à transformação das pessoas e meios»⁹³.

Isaura Branco diz que: «Para os dias de hoje, penso que a ACR tem que se sentir responsável pela Nova Evangelização na Europa»⁹⁴.

⁹⁰ Cf. Maria a Cândida Silva (ANEXO V).

⁹¹ Cf. Entrevista a Maria José Reis (ANEXO VI).

⁹² Cf. Entrevista a Ana Irene Rocha (ANEXO VII).

⁹³ Cf. Entrevista a Maria de Lurdes Leal (ANEXO VIII).

⁹⁴ Cf. Entrevista a Isaura Branco (ANEXO IX).

O Pe. Silvino Amaral considera que a ACR:

«Continua a ser o Movimento mais saudável do espírito de militância cristã em Igreja. Se muitas modas vão caducando, a ACR será sempre o verdadeiro filão de uma Igreja desperta para os problemas de hoje. Quanto mais visibilidade se der à ACR, mais iremos descobrindo os verdadeiros caminhos da Igreja laical nos tempos que trilhamos»⁹⁵.

Teresinha Santos, militante desde 1979, refere que:

«Hoje, a ACR, como já vem fazendo, tem um papel crucial, na escuta atenta dos problemas e aspirações do nosso tempo, de crise económica e de valores morais e espirituais. Vivemos uma situação de emergência social, familiar e religiosa. Com o Papa Francisco, temos de dar razões da nossa Fé e nos mobilizarmos, e anunciar ao mundo que Jesus Cristo, o Senhor, é CAMINHO, VERDADE E VIDA»⁹⁶.

Aquando da comemoração dos 75 anos da Acção Católica Portuguesa, D. Manuel Clemente definiu a Acção Católica como:

«Consciência e ciência, sensibilidade e competência. Assim quer a Acção Católica enfrentar o mundo e as variadas problemáticas que o compõem e nos interpelam. Creio firmemente que a Acção Católica Portuguesa tem na sua gloriosa experiência passada a melhor garantia da igual conveniência futura»⁹⁷.

Pode não ser uma multidão imensa como foi noutros tempos, mas a ACR tem pessoas valiosas, que continuam a mover montanhas nos seus meios, sendo elementos essenciais em quem muitos párocos e comunidades cristãs confiam. Hoje é preciso pensar na sua expansão, embora esta aconteça através da revista do Movimento, «Mundo Rural», que congrega não só militantes e simpatizantes, mas muitas outras pessoas que se interessam pelo conteúdo da revista e que recebem a mensagem do Movimento –

⁹⁵ Cf. Entrevista a Silvino Amaral (ANEXO X).

⁹⁶ Cf. Entrevista a Teresinha Santos (ANEXO XI).

⁹⁷ CLEMENTE, D. Manuel – *75 anos da Acção Católica. Missão Laical e Evangelizadora da Acção Católica*. Acção Católica Rural: outubro de 2010, p. 17.

existiam, em 2013, mais de seis mil assinantes daquele periódico. Refiro o «Mundo Rural» pela sua história, mas também pelas palavras de uma militante da Diocese de Angra do Heroísmo que, um dia, ao falar do oceano que nos separa, disse que «O Mundo Rural é o que nos une». Ou seja, o «Mundo Rural» ultrapassa todas as barreiras e congrega toda a ACR, como carta aberta nesta grande família.

Conclusão

A presente dissertação incide sobre a história do movimento da Acção Católica Rural. O trabalho aqui apresentado resulta da pesquisa e análise da informação proveniente de diversos meios, incluindo o testemunho de onze entrevistados.

No primeiro capítulo, abordou-se a história inicial da Acção Católica Portuguesa e como surgiram os organismos rurais nas dioceses. A terminar o primeiro capítulo, analisaram-se alguns números da encíclica «Mater et Magistra», do Papa João XXIII, onde se pôde constatar que a atividade agrícola não era entendida apenas como a execução de mais um trabalho, mas também uma vocação e uma forma de colaboração na obra do Criador. A agricultura, enquanto atividade essencial para toda a sociedade, deve garantir aos agricultores uma vida digna e acesso a um padrão de desenvolvimento semelhante aos trabalhadores de outros setores.

O segundo capítulo refere-se à receção do Concílio nos organismos rurais da Acção Católica Portuguesa. Constatou-se que, nos anos 60, havia a preocupação de expandir a área de atuação dos organismos rurais, para o que seria preciso formar os militantes. Para expandir os organismos, foi necessário criar os meios adequados. Por essa razão foi criada a revista «Mundo Rural», por forma a chegar a todos os militantes e simpatizantes, com os objetivos de formar e informar. Um outro fator que levou à expansão foi o Grande Encontro da Juventude, que reuniu milhares de jovens em Lisboa, provenientes dos vários organismos juvenis da Acção Católica Portuguesa. Também nesse capítulo se fez referência às transformações que ocorreram durante o Concílio, onde se salientou que os leigos têm responsabilidade na Igreja e no mundo. A Igreja, no Concílio Vaticano II, depositou confiança na Acção Católica, sendo, como é referida ao

longo da dissertação, uma extensão da missão da hierarquia. Com a noção de corresponsabilidade laical, iniciou-se a formação de novos grupos e movimentos, levando à dispersão de vários elementos dos organismos rurais da Acção Católica Portuguesa. O decréscimo do nível da militância registou-se sobretudo a partir de 1974, aquando da Revolução de Abril.

A finalizar a dissertação, apresentou-se o percurso da Acção Católica Rural, que surgiu da união dos organismos rurais. A necessidade da criação da ACR, para além da já referida redução no número de militantes, deveu-se ao facto da guerra ter retirado muitos rapazes à JAC e o conseqüente enfraquecimento do movimento do meio rural. Nos anos 70, acolhem-se vários adolescentes que queriam fazer parte do movimento. A partir de 1976, ano da criação da ACR, registou-se uma forte adesão juvenil ao movimento, o que se intensificou dos anos 80 em diante.

A ACR continuou o seu caminho até aos dias de hoje, justificando-se um olhar crítico sobre o seu estado atual. A ACR de hoje não é mais o Movimento do tempo dos organismos rurais, ou seja, não é mais um Movimento de massas. No entanto, continua a ser constituída por pessoas valiosas, que dão do seu tempo e das suas forças em prol do Movimento e da missão da Igreja no seu meio. Também nas paróquias em que existe ACR os sacerdotes continuam a confiar no trabalho dos seus militantes.

À semelhança dos anos 60, é tempo de pensar na expansão do Movimento. Isso mesmo acontece já no valioso meio de comunicação da ACR, a revista «Mundo Rural», que chega aos militantes e simpatizantes, bem como a muitas outras pessoas interessadas pelo conteúdo da revista e pelas atividades que o Movimento desenvolve.

A terminar agradeço o valioso contributo de muitas pessoas que se disponibilizaram para auxiliar na realização desta dissertação, através dos seus testemunhos pessoais

acerca da sua vivência na Acção Católica Rural. Sem esses contributos, não teria sido possível recolher e transmitir muita da informação aqui apresentada.

Bibliografia

- ACÇÃO CATÓLICA DE LISBOA, Junta Diocesana – *A Acção Católica do Presente e do Futuro*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1985.
- ACÇÃO CATÓLICA RURAL – *ACR Documentos*, 2000.
- ACÇÃO CATÓLICA RURAL – *Da Missão à Acção* – Acção Católica Rural, 2011-2012.
- ACTA APOSTOLICAE SEDIS 53 (1961), pp. 402, 431-434, 436-438. Trad. Portuguesa: JOÃO XXIII, Papa – *Mater et Magistra*. Lisboa: Edições Paulistas, 1990.
- ACTA APOSTOLICAE SEDIS 81 (1989), pp.448-451. Trad. Portuguesa: JOÃO PAULO II, Papa – *Exortação Apostólica Pós-Sinodal Christifideles Laici*. Roma: 30 de dezembro de 1988.
- ACTA APOSTOLICAE SEDIS 58 (1966), pp. 837-838, 854-855. Trad. Portuguesa: VATICANO II, Concílio – *Decreto Apostolicam Actuositatem*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, pp. 442-443, 467-469.
- ACTA APOSTOLICAE SEDIS 58 (1966), pp. 1025. Trad. Portuguesa: VATICANO II, Concílio – *Constituição Pastoral Gaudium et Spes*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2002, p. 184.
- CLEMENTE, D. Manuel – *75 anos da Acção Católica. Missão Laical e Evangelizadora da Acção Católica*. Acção Católica Rural: outubro de 2010.
- FONTES, Paulo – “A Acção Católica Portuguesa (1933-1974) e a Presença da Igreja na Sociedade”. In *Lusitania Sacra*, de Centro de Estudos de História Religiosa. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1994. Pp. 61-100.
- FONTES, Paulo – *Elites Católicas em Portugal. O Papel da Acção Católica (1940-1961)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, janeiro de 2011.
- LACF, Direção Geral da – *Expansão. Cursos Regionais e Inter-Regionais*. Fevereiro de 1966.
- LIMA, Maria Adriana – Problemas do Apostolado Rural. In *Semana de Estudos Rurais*. Fátima: Organismos Agrários da Acção Católica, 1957, p. 37.
- PAULO VI – *Missão e Atualidade da Acção Católica. Texto Integral da Alocução aos Delegados da Acção Católica Italiana, em 22 de setembro de 1973*. Edição: LAC/F, Viseu.

Entrevistas Escritas

Realizadas para esta investigação, constam em anexo à presente dissertação. Algumas foram, entretanto, sendo publicadas na revista *Mundo Rural*.

– Ana Irene Rocha

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «A Evangelização do Amor». Gouveia. Novembro de 2013. Nº 567.

– Dália Nunes

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «A Acção Católica ainda não tem substituto». Gouveia. Junho de 2013. Nº 563.

– Flausino Silva

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «Espírito e Doutrina do Vaticano II». Gouveia. Março de 2013. Nº 560.

– Isaura Branco

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «ACR: resposta à descristianização da Europa». Gouveia. Maio de 2013. Nº 562.

– Maria Cândida Silva

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «Uma nova sociedade precisa cada vez mais de verdadeiros militantes de Acção Católica». Gouveia. Janeiro de 2014. Nº 569.

– Maria Clarisse Sousa

Entrevista publicada parcialmente no MUNDO RURAL: «A ACR deve fazer-se mensagem». Gouveia. Fevereiro de 2013. Nº 559.

– Maria de Lurdes Leal

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «ACR: Movimento mais laical é democrático». Gouveia. Abril de 2013. Nº 561.

– Maria Helena Inês

Entrevista publicada parcialmente no MUNDO RURAL: «A ACR hoje é mais rica!». Gouveia. Janeiro de 2013. Nº 558.

– Maria José Reis

Entrevista publicada parcialmente no MUNDO RURAL. Gouveia. Fevereiro de 2014. Nº 570.

– Silvino Amaral, padre

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «A ACR será sempre o verdadeiro filão de uma Igreja desperta para os problemas de hoje». Gouveia. Outubro de 2013. Nº 566.

– Teresinha Santos

Entrevista publicada no MUNDO RURAL: «Para mim ser, é ser Acção Católica». Gouveia. Dezembro de 2013. Nº 568.

ANEXO I

Entrevista a Maria Helena Inês

Entrevista realizada a 10 de março de 2012

Nome: Maria Helena Esteves Loureiro Lopes Inês

Nascida a 10 de fevereiro de 1935

Diocese: Santarém (Paróquia de S. Pedro, Torres Novas)

Militante da LACF desde 1970 (após o casamento, em 1969). Ao todo, 41 anos de militância no movimento da ACR. Antes fui militante/dirigente nacional da JACF (1955-1968). Porém, desde 1951, fui militante da JECF e responsável da pré-JECF (organismo da Acção Católica para estudantes).

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JACF e LACF)?

Conheci a JACF um pouco por acaso. Eu era militante da JECF e terminava o curso do Magistério Primário em 1953. No secretariado da Avenida Sidónio Pais, encontrei-me ocasionalmente com a Presidente Geral da JACF, Maria Margarida Grilo, que me desafiou a trabalhar na JACF depois de terminar o curso. Como eu contava ir trabalhar para Samora Correia, que pertencia à Diocese de Évora, ela desafiou-me a trabalhar na Equipa Nacional, no setor da Pré-JACF (setor infantil), e pediu-me que escrevesse um conto para o jornal da Pré-JACF, “A Semente”. E foi esse conto, “O Sonho do Menino Jesus”, o primeiro de muitos que escrevi para “A Semente”, e mais tarde para o “Girassol”, jornal que substituiu e se dirigia às crianças da Pré-JACF, Pré-JECF e Pré-JOCF. Ainda não tinha 20 anos quando fui para a Equipa Geral da JACF.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Pelo percurso que referi, ser militante da ACR foi algo que já tinha assumido como essencial na minha vivência cristã. A ligação entre a fé e a vida que o método da ACR proporciona; a descoberta da presença de Deus na história dos homens; a reflexão dos grandes problemas humanos à luz do Evangelho com o apoio da Doutrina Social da Igreja; o papel responsável dos leigos na Igreja e a sua intervenção na construção do Reino de Deus nas realidades temporais; a riqueza do trabalho em equipa, em comunhão eclesial, são os aspetos mais notórios da motivação da minha militância em ACR.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

Ingressei na Equipa Geral (Nacional) da JACF como responsável do Setor Infantil, onde escrevia para o respetivo jornal mensal, “A Semente”; planificava as campanhas anuais, fazia os guiões para as reuniões de grupos paroquiais; animava cursos.

Em 1961 fui escolhida para Presidente Geral (Nacional) da JACF, substituindo uma militante do Oeste (Lisboa) – Odete Bento. Saí da Equipa Nacional da JACF em 1967, e ingressei na Junta Central da Acção Católica Portuguesa, o órgão que coordenava todos os Movimentos da Acção Católica e, nesse ano, pela primeira vez, presidida por um leigo, o Engenheiro Sidónio Pais, e tendo por Assistente o Pe. Dr. Orlando Leitão. Até aí a Junta Central da ACP fora presidida por um Bispo.

Na Junta Central participei na elaboração dos Princípios para a Renovação da Acção Católica Portuguesa, que procurava adaptar às novas realidades os antigos Estatutos da ACP de 1933. Não foi um tempo fácil para a ACP com os desafios que a situação nacional, agravada pela Guerra Colonial que começou nesta década, colocava a quem queria intervir na sociedade.

Em 1969 casei, e em 1970, eu e o meu marido, também ele militante da JAC, filiámo-nos na LAC e LACF (ainda Organismos separados), e fomos convidados para as Equipas Nacionais destes Movimentos, que só viriam a juntar-se em 1974/1975 (creio eu) com a denominação ACR.

Em 1975 é criada a Diocese de Santarém, que pertencia ao Patriarcado, e o novo primeiro Bispo, D. António Francisco, pediu-nos que animássemos a ACR na Diocese, onde havia alguns grupos, mas em decadência. Ficámos assim ligados à ACR a nível Diocesano e Nacional. Em 1982 participei na Assembleia Mundial da FIMARC (Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos, fundada em Fátima em 1964), que se realizou no Recife. A partir dessa Assembleia fiz parte do Comité Executivo da FIMARC que reunia todos os anos, durante duas semanas, em vários países e continentes. Foi uma experiência riquíssima que durou oito anos. Durante esse período várias atividades internacionais se realizaram em Portugal. A seguir fui eleita presidente nacional da ACR com o João Gamboa, da Diocese de Lisboa.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Pelo que já disse, estive nos Movimentos Rurais da Acção Católica a partir do ano 1954/1955 (Equipa Nacional da JACF). A minha ligação ao meio rural não era muito forte. Tinha feito os meus estudos em Lisboa, num colégio, interna. Quando comecei a lecionar em Samora Correia, uma zona com bastante proletariado rural, trabalhadores assalariados de alguns latifundiários, a relação com o meio rural tornou-se mais forte pelo contacto com os pais das crianças e pela pobreza que predominava na população escolar.

A pobreza do meio rural era generalizada: a escolaridade não ia além da quarta classe, prosseguir nos estudos era muito difícil, porque só havia liceus nas cidades, os salários

muito baixos e as consequências da Segunda Guerra Mundial que terminou em 1945 faziam-se ainda notar na escassez de alimentos e de outros produtos. Portugal era um país pobre e no meio rural alastrava a miséria.

Na primeira semana de Estudos Rurais, realizada pelos quatro Movimentos Rurais, em Fátima, no ano de 1957, D. António Ferreira Gomes proferiu uma conferência que fez história, sobre “A miséria imerecida do nosso mundo rural”. Os quatro Movimentos Agrários da Acção Católica tiveram um papel importante na promoção do meio rural e na luta contra a pobreza, a pouca instrução, as más condições habitacionais, o fraco rendimento da agricultura. Organizaram-se cursos de agricultores, campanhas para melhorar as habitações, um concurso de donas de casa para adolescentes da JACF, duas semanas de Estudos Rurais (em 1957 e 1962), cursos de cultura popular, reuniões para pais, cursos para noivos. Muitos militantes foram estimulados pelo Movimento a tirar cursos, a remodelar as empresas agrícolas, a participarem em associações, a fundarem cooperativas agrícolas.

A ruralidade era uma característica forte nos quatro Movimentos Agrários que atingiam as várias classes sociais do meio rural: agricultores, proprietários, professores, comerciantes, artesões, etc.

A Doutrina Social da Igreja sempre foi um marco importante dos Movimentos Rurais com o estudo das principais encíclicas papais. A encíclica “Mater et Magistra” de João XXIII, publicada a 15 de Maio de 1961 (fez 50 anos recentemente) foi especialmente aprofundada pelos Movimentos Agrários, talvez por ser a primeira encíclica que dedicou um capítulo à questão Rural e à necessidade de promoção das comunidades rurais, afirmando que «os protagonistas desse desenvolvimento devem ser os próprios agricultores».

No 25º aniversário desta encíclica, os quatro Movimentos Rurais realizaram uma atividade comum. Como se vê, apesar da autonomia de cada Organismo, havia várias atividades comuns que marcavam a vida dos Movimentos.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Tendo iniciado a militância na JACF, vou referir primeiro os “marcos” da história do Movimento juvenil que, nos anos 60, teve vários encontros e congressos que marcaram a sua vida e tiveram consequências no futuro.

De 27 a 29 de maio de 1960, decorreu o Congresso Mundial do MIJARC (Movimento Internacional da Juventude Agrária e Rural Católica), em Lourdes (França). O tema foi “A Fome no Mundo”. Estiveram presentes vinte e cinco mil jovens de todo o mundo. A JAC e JACF Portugal organizaram um comboio especial e um autocarro (Diocese de Lisboa) até Lourdes. Levaram também representantes de África (Moçambique, Cabo Verde, Angola)

Entre 20 e 21 de maio de 1963 decorre o Grande Encontro da Juventude, em Lisboa. O tema foi “Os Novos escolhem Deus”. Foi um grande encontro organizado pelos Movimentos Juvenis da Acção Católica Portuguesa (masculinos e femininos) de todos os meios. Milhares de jovens de todo o país, e também das Dioceses da África Portuguesa, juntaram-se em Lisboa animados por um programa que teve um Festival de Receção, uma Via-Sacra nas ruas de Lisboa, a Missa no Terreiro do Paço e um Jogo Cénico num estádio. Foi um marco importante da Acção Católica Portuguesa, o último realizado com esta dimensão. Estão ligados a este Encontro os nomes de João Salgueiro e Maria

Jesus Vassalo Santos, Presidentes Nacionais da J.C. e da J.C.F., e Amílcar Ambrósio, Presidente da Comissão Executiva.

Em maio de 1965 decorreu o Festival Europeu dos Jovens Rurais em Estugarda (Alemanha). Teve como tema “Unidos construamos a Europa para um Mundo Novo”. Estávamos no arranque da CEE (Comunidade Económica Europeia) com os seis países fundadores. O Festival aprofundou os princípios de solidariedade e desenvolvimento presentes na construção da CEE. A preparar este Festival houve uma outra atividade: a Taça da Alegria. Era uma atividade que procurou desenvolver nos jovens rurais talentos e competências ligados aos tempos livres, organizando festivais diocesanos que atribuíram uma taça às melhores atuações. Entre estas havia um concurso escolhido pelo MI-JARC para ser apresentada por todos os países na sessão de abertura do Festival Europeu. A final nacional da Taça da Alegria, que se realizou em S. João da Madeira, deveria escolher o grupo que iria representar a JARC/F portuguesa.

A JAC e a JACF de Portugal foram também responsáveis pela apresentação da Paraliturgia, com um jogo cénico em que intervieram como figurantes cerca de sessenta jovens portugueses (rapazes e raparigas).

A preparação desta atividade exigiu à JAC e JACF um grande esforço de preparação, o que revelou a capacidade que estes Movimentos tinham nessa altura. Creio poder dizer que foi uma prova de vitalidade que, infelizmente, começou a diminuir por vários motivos: a Guerra Colonial que levou para África muitos jovens (rapazes); a situação política do país, com uma ditadura que mantinha uma guerra sem fim à vista, que atrofiava as populações e gerava algumas manifestações de oposição ao regime, algumas estimuladas pela Acção Católica, sobretudo os Movimentos operários e universitários... A própria Igreja, no pós-Concílio (1963-1965), entrou em crise, arrastando consigo a Acção

Católica Portuguesa que, a partir de 1974 deixou de ter Junta Central. As ideias da revolta de maio de 1968 em França também cá chegaram e atingiram os jovens.

O trabalho em conjunto dos dois Movimentos juvenis acabou na sua fusão. Primeiro uniram os jornais “Fé e Trabalho” e “Arado” em um só jornal, com o nome “Diálogo”. Depois uniram-se em Equipas Nacionais e Diocesanas, e também as Equipas-Base. Isto também ajudou a manter por mais tempo o Movimento que foi perdendo muitos filiados e grupos.

Nos Movimentos Adultos houve uma maior resistência à crise, mas também fundiram os jornais, tendo nascido o “Mundo Rural”, em 1963 e mais tarde, já no início da década de 70, a união dos dois Movimentos, com a elaboração de novos Estatutos, que foram aprovados pelo Episcopado.

Em 1964 é criada, em Fátima, a FIMARC (Federação Internacional dos Movimentos de Adultos Rurais Católicos), tendo a ACR de Portugal sido um dos sócios fundadores, e a sua Presidente Nacional, Maria Adelaide Formigal, foi eleita Vice-Presidente da FIMARC.

A entrada na ACR de vários militantes vindos da JARC(F) deu uma nova vitalidade à ACR nos anos 70, 80 e 90, com a realização de vários Seminário, Semanas Sociais, a renovação do jornal “Mundo Rural”, a participação nas atividades da FIMARC, a campanha “A aldeia que eu quero no Portugal Europeu” –, um exemplo da vitalidade da ACR nessa época. A integração dos jovens na ACR começa nos finais dos anos 70 e início dos anos 80, com o interesse manifestado pelos jovens que não encontravam outro espaço para se integrarem na ACR. (A JARC/F atravessou uma grande crise nessa altura).

O trabalho conjunto de jovens e adultos, anteriormente não aconselhável e impossível pela estrutura orgânica da Acção Católica Portuguesa (Acção Católica Portuguesa) com

Organismos separados por meio, sexo e idade mostrou-se positivo e mais eficaz na fidelização dos filiados, com uma transição natural. Foi a melhor solução encontrada para a renovação do Movimento e a sua continuidade.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

A convocação do Concílio Vaticano II por João XXIII, no Natal de 1961 (fez agora 50 anos), foi recebido por toda a Igreja e também pela ACP com grande entusiasmo. Na década de 60 estava-se numa viragem histórica: a descolonização em África (Portugal ainda resistiu durante alguns anos, mas à custa de uma guerra que foi de 1961 a 1974, e que deixou o país em crise profunda); o maio de 1968 que de Paris irradiou para a Europa com os jovens a contestarem violentamente, o sistema económico, político cultural, e querendo eles próprios também o poder; a luta pela democracia que, nos países do sul demorou a ser implantada (em Portugal só chegou em 1974); o início da construção europeia com a CEE (Comunidade Económica Europeia) a que aderiram seis países: Alemanha, França, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo. Portugal, não sendo uma democracia, estava excluído – a CEE veio unir povos que até há poucas décadas se tinham guerreado, dando origem a duas guerras mundiais, e abriu as fronteiras ao comércio livre e à livre circulação de pessoas e capitais...

O Concílio Vaticano II abriu novas esperanças à Igreja e ao mundo, que viviam um pouco de costas viradas. Foi uma lufada de ar puro numa Igreja que não acompanhou as mudanças da História e estava mais virada para o passado.

As alterações na ACR não foram imediatas. No entanto refiro alguns aspetos que me parecem mais relevantes:

- O lugar dos leigos na Igreja que o Concílio veio valorizar como membros vivos do Povo de Deus, assinalando e afirmando «Aos leigos compete, por vocação própria, buscar o Reino de Deus ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus» (*Lumen Gentium*, nº31).

- A identificação da Igreja com as «alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens do nosso tempo, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem...» (*Gaudium et Spes*, nº1). Esta solidariedade com a Humanidade e a História, teve consequências na pastoral da Igreja que saiu dos templos e se pôs ao serviço das pessoas. Na ACR, deu novos fundamentos ao método «Ver, Julgar e Agir», dando origem à Revisão de Vida do Meio, pondo os militantes mais atentos aos problemas das pessoas e levando-as a um compromisso apostólico para lhes dar resposta.

- «O apostolado dos leigos que flui da própria vocação cristã e que faz parte integrante da estrutura da Igreja» (*Apostolicam Actuositatem*, nº1), deu uma certa autonomia ao apostolado da Acção Católica, que estava muito dependente da Hierarquia. O Presidente da Junta Central era um Bispo e a própria definição oficial da Acção Católica como «a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja» foi posta em causa, uma vez que o Concílio veio revelar que o apostolado dos leigos tinha a sua fonte no Batismo e não no mandato da Hierarquia.

- A Acção Católica é mencionada no Decreto sobre o Apostolado dos Leigos, nº20, e definidas as suas quatro características: a) o seu fim imediato é o fim apostólico da Igreja: evangelizar, santificar os homens e formar cristãmente a sua consciência para impregnar do espírito do Evangelho as várias comunidades e ambientes; b) os leigos cooperando o seu modo com a Hierarquia, assumem a responsabilidade da direcção destas organizações; c) os leigos trabalham unidos, à maneira de um corpo orgânico de modo a tornar mais eficaz o apostolado; d) os leigos trabalham sob a orientação superior da pró-

pria Hierarquia, que pode sancionar essa cooperação por um mandato expresso (*Apostolicam Actuositatem*, nº20).

Este documento veio clarificar os objetivos e limites dos Movimentos da Acção Católica, de que alguns se estavam a desviar, empenhando-se numa transformação social e até política dos meios.

Na ACR, por natureza um Movimento mais conservador, ligado ao meio rural, esses excessos não aconteceram, mas a sua presença no meio teve dificuldade em acompanhar as profundas mudanças do meio rural para as evangelizar.

Os novos Estatutos da ACR elaborados nos anos 70 tiveram como matriz este texto conciliar e mereceram da CEP (Conferência Episcopal Portuguesa) a aprovação.

- A Liturgia, mais simplificada e com o uso do português em vez do latim, foi outro dos aspetos inovadores do Concílio, muito bem recebidos pelos leigos que viviam melhor a Missa.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Sim, foi acompanhando à medida que os documentos iam sendo publicados. Alguns foram objeto de estudo detalhado, como a Constituição Dogmática sobre a Igreja, a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno e o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos.

Estes textos eram consultados com frequência nos cursos e nas revisões de vida. A sua linguagem atual, clara e aberta era compreendida pelas militantes que sentiam reconhecido o seu apostolado.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

O número de militantes e grupos foi reduzindo bastante. Dizia-se que se sacrificava a quantidade e favor da qualidade... De certo modo talvez sim, mas as causas deste declínio eram outras.

Com o 25 de abril de 1974, os partidos políticos organizaram-se e muitos militantes da Acção Católica filiaram-se neles, até porque esses militantes sentiam que agora era esse o seu campo de apostolado. Havia militantes da Acção Católica em todos os partidos, da extrema esquerda à direita.

Ao mesmo tempo, as equipas da Acção Católica iam perdendo muitos dos seus mais dinâmicos militantes, que optavam por outros compromissos.

A própria Hierarquia sentiu necessidade de clarificar a dinâmica dos Movimentos da Acção Católica e os seus objetivos, aprovando ou não os Estatutos de cada Movimento, que foram elaborados entretanto. Deu-se então a pulverização da estrutura da ACP. Cada Movimento tinha os seus Estatutos e a sua própria estrutura sem ligação a uma estrutura unitária coordenada pela Junta Central que, penso, terminou em 1974. (Por isso Paulo Fontes diz que terminou nessa data a Acção Católica Portuguesa)

Havia também uma norma do Episcopado: os dirigentes da Acção Católica que tivessem cargos políticos suspendiam o seu mandato na Acção Católica, para não haver conflitos de interesses.

Os conflitos entre “conservadores” e “progressistas” eram frequentes, mesmo dentro da Acção Católica que, no período da PREC (1975), teve problemas para afirmar e defender os princípios da Igreja (ocupação da Rádio Renascença, defesa da liberdade de ensino). Na ACR estes conflitos não foram fraturantes, mas não permitiram recrutamento de novos militantes, apesar dos Dias e Cursos de Expansão que se iam organizando para renovar o Movimento.

Muitos párocos, sentindo que a Acção Católica não dependia deles como antes e com receio de desvios, começaram a não desejar a Acção Católica nas suas paróquias e, onde existia, davam-lhe pouca importância. A Acção Católica entrou em crise, assim como a Igreja, que teve dificuldade em pôr em prática o espírito do Concílio.

Vários padres abandonaram o ministério sacerdotal, as vocações religiosas escasseiam, a Igreja tem cada vez menos padres.

Os leigos são chamados a tarefas litúrgicas e a ministérios não laicais... A Acção Católica, cujos militantes são, muitas vezes chamados a estas tarefas, ficam mais limitados para exercer a especificidade da sua missão nas realidades temporais e para se dedicarem à vida do Movimento.

E hoje, como vê a Acção Católica Rural enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Penso que a ACR, após o Concílio (já passaram 50 anos – 2 gerações) continua a ter o seu lugar na Igreja e um vasto campo de apostolado. É verdade que existe a par de uma multiplicidade de Movimentos eclesiais que nasceram após o Concílio e “concorrem” com ela no recrutamento de filiados e na oferta de atividades de formação.

Mas é mais rica hoje do que nos tempos em que a Acção Católica era a organização oficial da Igreja, e quase a única organização laical. Não há dúvida que há mais leigos comprometidos, desejosos de formação e ao serviço do Evangelho. Cada um com o seu carisma, os Movimentos eclesiais são hoje parte integrante da Igreja e há lugar para todos, se viverem em comunhão eclesial.

A Acção Católica deve evangelizar, formando as pessoas para tornar cristãs as realidades temporais onde estão inseridas (família, escola, trabalho, tempos livres...). Por isso

digo que o seu apostolado é muito vasto, exigente e necessário neste tempo em que o secularismo apaga Deus na vida social e na consciência de cada um.

As paróquias rurais tendem a despovoar-se, os párocos não podem dar-lhes a mesma assistência. A vida paroquial reduz-se ao mínimo (liturgia, sacramentos). Os leigos para poderem ser “fermento” têm de procurar o grupo de reflexão por vezes fora da paróquia. A ACR tende a ter cada vez mais grupos inter-paroquiais ou mesmo com militantes dispersos.

O aprofundamento da Doutrina Social da Igreja é cada vez mais importante para a ACR, para formar os seus militantes para responderem aos problemas sociais cada vez mais complexos.

A formação espiritual é também muito importante para que a identidade da ACR não se perca. Só o Espírito Santo transforma, nós somos seus instrumentos.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Creio que respondi anteriormente. O papel da Acção Católica é formar cristãos responsáveis que vivam a sua identidade com Cristo e a testemunhem no mundo em que vivem, com alegria, impulsionados pela Esperança e Caridade.

Apesar do meio rural estar muito mudado, a realidade persiste, é um valor a preservar e é papel da ACR investir a sua ação na evangelização da vida rural, mesmo quando muito próxima da vida urbana. Há valores no meio rural que não podem desaparecer: o amor à terra, a solidariedade, as relações de vizinhança, as artes e ofícios tradicionais, a gastronomia, o artesanato, o ar puro e o sol, a agricultura sustentável.

ANEXO II

Entrevista a Maria Clarisse Sousa

Entrevista realizada a 6 de janeiro de 2013

Nome: Maria Clarisse Ferreira de Sousa

Nascida a 17 de setembro de 1929

Diocese: Funchal

Militante da ACR desde que ela existe. Foi militante da JACF, desde os 21 anos, depois da LACF, tendo antes sido militante da JECF, como responsável de Pré-JECF, 14/15 anos, no Liceu Jaime Moniz que frequentava. Portanto, é militante da Acção Católica, no meio rural, há uns 62 anos.

Como conheceu a Acção católica Rural (antiga JACF e LACF)?

Conheci a JACF, porque já tinha pertencido à JECF. Quando acabei o curso do Magistério Primário não fui logo para a LECF, porque a direcção era formada só por pessoas idosas, e eu tinha 18 anos. Ainda fui a algumas reuniões da JICF. Depois mudou a direcção da LECF e passei a participar em algumas actividades, sempre que podia.

Para ser professora efetiva (ganhar nas férias e ter a contagem de tempo de serviço nesse período), depois de ter sido professora agregada durante dois anos, tive que concorrer para o meio rural. Fui colocada numa escola contígua à casa da minha avó, e lá fiquei durante cinco anos.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Penso que a principal motivação foi já ter sido militante da JECF, ter passado pela JICF e pertencer à LECF. Já possuía em mim o carisma da Acção Católica.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

Fui presidente paroquial da JACF. Entretanto a Lena Loureiro e a Milita vieram à Madeira e, a partir daí, fui também delegada regional da JACF, visitando as direcções das paróquias mais próximas (a pé, porque não havia transporte coletivo que se pudesse utilizar.) Também estiveram cá a Maria Adriana e a Odete Bento. Foram a todas a paróquias onde havia JACF, que nesse tempo eram muitas.

Quando fui colocada no concelho do Funchal, a presidente diocesana da JACF ia casar e eu substituí-a no cargo. Lembro-me que não sabia muito bem como se fazia uma ata, com os cabeçalhos e terminações exigidas, e a secretária escolhida também não sabia. De castigo, já fiz centenas de atas, não só na Acção Católica, mas também no Conselho Diocesano da Pastoral. Foi neste Conselho, com a opinião do D. Teodoro que, afinal, passei a dispensar esses cabeçalhos e terminações...Fui vários anos presidente diocesana. Conheci três vice-presidentes maravilhosas (uma delas está bastante doente). Passei por outros cargos até que aos 35 anos (como estava estabelecido para os solteiros) transeitei para a LACF.

Quando se formou a ACR, fui presidente diocesana por várias vezes, alternando com a Teresinha (que vinha da JACF), de três em três anos. Quando não era presidente era secretária, e agora já há alguns anos que tenho este trabalho de fazer atas. Fiz outras coisas como o “Evangelho na Vida” e esquemas de reuniões para o “Mundo Rural” (e também para a nossa diocese).

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento.

Vou falar mais da minha experiência como presidente diocesana. A Acção Católica desta época era uma Acção Católica de massas. Não havia outros Movimentos na Igreja,

pelo menos com tanta pujança como a Acção Católica (Não havia discotecas nem outros meios de diversão).

Muitas crianças pertenciam à Pré-JACF (a Teresinha também foi pré-jacista). As adolescentes tinham o seu setor e muitas delas aderiam. As jovens pertenciam à JACF em grande número. Quando se visitava qualquer paróquia, os salões paroquiais enchiam-se. Em geral, íamos ao domingo, e a maioria das jovens marcavam presença. Era um Movimento de massa, mas organizado à medida:

As simpatizantes, depois de preparadas durante algum tempo, eram convidadas a um teste, respondendo a perguntas sobre os deveres de uma cristã e o carisma da Acção Católica. Depois do teste, recebiam o emblema e passavam a efetivas, no Movimento.

Só eram consideradas militantes quando eram capazes de reunir frequentemente as jovens do seu sítio e orientar essas reuniões baseadas no Caderno do Militante (tinham formação específica). Entre os militantes mais competentes eram escolhidas as dirigentes.

Havia depois as reuniões gerais mensais, onde tinham lugar as simpatizantes, efetivas, militantes e dirigentes e outras jovens que quisessem aparecer pela primeira vez e, possivelmente, tornar-se simpatizantes.

A JACF estava implantada em quase todas as paróquias da Madeira, e também no Porto Santo. Muitas vezes eram as professoras que ocupavam o cargo de presidente paroquial. Quando D. David de Sousa dividiu as paróquias e se formaram, portanto, novas paróquias, tratámos de implantar nelas a JACF.

A JACF era uma autêntica escola de formação, num tempo em que as raparigas do meio rural frequentavam apenas os primeiros quatro anos de escolaridade e a catequese também era muito rudimentar.

Ao lado da JACF também havia a JAC, e com o Pe. Agostinho Jardim Gonçalves como Assistente Diocesano, começámos a reunir em conjunto, penso que muito antes de qualquer Diocese. Em 1960 já era assim. O mesmo se fez depois com a LACF e a LAC. Um militante da LAC dizia que a Acção Católica era a Universidade do Meio Rural. Quando encontramos pessoas que foram da Acção Católica e emigraram para a Venezuela e África do Sul, dizem-nos sempre: “Devo tudo à Acção Católica e isso ajudou-me muito a educar os meus filhos”.

Temos várias vocações vindas dessas terras. Não será que as mães de alguns foram da Acção Católica?

Muitas pessoas que não emigraram também sentem o mesmo e dizem-nos.

No 25 de abril de 1974 eu já estava na LACF. Com a confusão estabelecida pela mudança de regime político, as reuniões começaram a ser feitas todas no Funchal, e aproveitou-se essa época para um curso bíblico orientado pelo Assistente Diocesano Pe. Dr. Eleutério Ornelas, que tinha formação específica em Sagrada escritura. Aproveitei também essa época conturbada para tirar o Curso de História, e não tinha tanta disponibilidade, mas a Bernardete e outros dirigentes deram muito apoio. Quando se formou a ACR, para nós foi uma continuação, porque nunca deixou de haver LACF na nossa Ilha.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Os maiores marcos foram, sem dúvida, o Congresso Mundial dos Jovens Rurais Católicos, em Lourdes, em 1960, e o Congresso Europeu, em Stuttgart, na Alemanha, em 1965.

Tínhamos o nosso grupo de folclore bem ensaiado para atuar na altura própria, ao lado de outros grupos do País e de todo o mundo, no primeiro Congresso, e dos países da

Europa, no segundo. Quando fomos a Lourdes, atuámos na 1ª e 2ª classes do navio “Santa Maria”, que nos levou a Lisboa, e depois em Lourdes.

Do hotel ao Estádio onde se realizaram as atividades, íamos sempre a bailar, levando o nome da Acção Católica, de Portugal e da nossa Ilha, a todos os habitantes dessas avenidas.

Ficámos encantados com os jogos cénicos, mas mais ainda com uma peça de teatro representada por um grupo do Brasil, sobre as consequências da emigração...

Mais bonito e importante que tudo foram as Eucaristias. Numa delas, no Ofertório, cada terra levava as mais belas flores. Levámos também as nossas orquídeas, o melhor conservadas possível. Lembro-me das túlipas da Holanda, frescas como se tivessem sido colhidas nesse momento.

Em Stuttgart também atuámos. Choveu muito durante uma noite, mas as nossas dirigentes, a nível nacional (a minha irmã Merita era responsável nacional de adolescentes), foram incansáveis a secarem tendas de campanha para podermos mudar.

O contacto com jovens de toda a Europa também foi enriquecedor.

A comida é que era à base de salsichas e enlatados e, como não gostávamos nessa altura, de iogurtes, sofremos as consequências... Costumamos dizer que “a juventude pode com tudo”.

O Congresso em Stuttgart foi mais um momento de valorização para nós.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Segundo um teólogo norte-americano, ao fazer-se a história da receção do Concílio Vaticano II, temos de considerar a influência do pós-Concílio.

A receção é feita de uma diversidade de receções, segundo os inúmeros temas abordados pelos vários documentos conciliares.

Desde então para cá, o mundo também se transformou muito: no setor económico, temos a globalização; a nível ideológico, as teologias feministas, a teologia da libertação, etc. etc.

Não sabemos bem se estamos no fim ou no princípio da renovação da Igreja e do nosso Movimento. Penso que estamos ainda no princípio, porque, embora a caminhada feita seja grande, o caminho a percorrer é imenso.

Cada um é protagonista dessa receção, na medida em que assimilou e interiorizou as mensagens de, pelo menos, alguns documentos conciliares.

Um padre francês, idoso, que passou várias vezes na Madeira, dizia que o Concílio Vaticano II é um “gigante adormecido”.

Gigante, porque é um verdadeiro tesouro, mas adormecido, porque está muito longe de ser posto em prática, mesmo na sua mensagem mais generalizada.

Porém, ao fim de 50 anos, naturalmente que há pontos a rever. Um deles será: A Acção Católica deve ser descrita como «a cooperação dos leigos no apostolado da hierarquia», ou ela própria tem o direito e o dever de fazer esse apostolado, porque constituída por pessoas cristãs, batizadas, embora com mandato especial da hierarquia?

As alterações deram-se na medida em que recebemos formação, no estudo aprofundado dos documentos conciliares; talvez mais a nível de equipas diocesanas do que nos grupos de base. Mas um legado recebe-se e transmite-se, através das campanhas de cada ano.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

A Equipa Diocesana, aqui na Madeira, reuniu muitas vezes para estudar, profundamente, quase todos os documentos conciliares.

Conta-se que João XXIII, quando lhe perguntaram qual o seu objetivo ao anunciar a convocação do Concílio, se aproximou duma janela e abriu-a de par em par. O Papa não poderia ser mais expressivo. Queria que a Igreja se abrisse ao mundo através do diálogo. Esta palavra “diálogo” aparece muitas vezes, praticamente em todos os documentos conciliares: na “Gaudium et Spes”, trata-se do diálogo com o mundo contemporâneo; na Constituição sobre a Revelação, “Dei Verbum”, a Revelação é um acontecimento em diálogo; na Liturgia, finalmente, passou a haver diálogo com Deus e com o Presidente da Celebração; para o Ecumenismo, com as Igrejas Orientais, na Atividade Missionária da Igreja (em contacto com outros povos e culturas) nas relações da Igreja com as Religiões não Cristãs, na Liberdade Religiosa, enfim é uma das palavras-chave.

Este diálogo com o mundo foi, entretanto, incentivado por Paulo VI, arquiteto do Concílio iniciado por João XXIII, na encíclica “Ecclesiam Suam”, ponto de partida para a “Gaudium et Spes”. Podemos dizer que este documento conciliar foi o primeiro que se ocupou da relação entre a Igreja e a sociedade. A “Gaudium et Spes”, por sua vez, afirmou que, para haver o diálogo com o mundo, é suposto um diálogo entre todos os que formam o Povo de Deus.

Se o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos foi muito importante para nós, com um capítulo sobre a Acção Católica, não menos importante foi a Constituição Dogmática sobre a Igreja, “Lumen Gentium”, onde o Concílio desenvolveu a conceção da Igreja como comunidade do Povo de Deus, cujos membros estão ligados por uma comum vocação e missão. Neste, como em muitos outros aspetos, há já uma caminhada, mas ainda

um longo caminho a percorrer, para que haja reciprocidade, sem a qual não há verdadeiro Povo de Deus.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

A Acção Católica tem tido em conta a noção de Povo de Deus, onde se devem esbater as diferenças entre as hierarquias e se reforça o alcance da condição dos discípulos, já que todos fomos batizados em Cristo.

Devemos aproveitar esta celebração dos 50 anos do Concílio para rever valores essenciais como a dignidade da pessoa humana, a igualdade fundamental entre todos os homens, o valor do trabalho como realização pessoal, o valor do matrimónio, a economia ao serviço das pessoas, etc.

Bento XVI diz-nos na “Porta da Fé” que a fé, porque é um ato de liberdade, exige a responsabilidade social daquilo que se acredita.

Na “Gaudium et Spes” pode ler-se que aquilo que está em jogo não é uma nova maneira da Igreja fazer-se presente no mundo, mas a descoberta do que o mundo e a história significam para a fé cristã.

O Concílio, no dizer do Pe. Rego, trouxe a vida Cristocêntrica, em troca de tantos acessórios religiosos. Para este padre, o Concílio é um tesouro de 2000 anos que se degradou e restaurou.

A Acção Católica, através das suas campanhas, tem procurado, melhor ou pior, defender os valores acima citados e que se encontram consubstanciados no Concílio.

E hoje, como vê a Acção Católica Rural enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Se a Acção Católica Rural quer ser recetora da mensagem do Concílio, tem de saber qual é essa mensagem. Há uma diversidade múltipla de mensagens da Igreja conciliar “ad intra” e “ad extra”.

A Acção Católica Rural sempre foi convidada a voltar-se para o mundo e sempre encontrou dificuldades para o fazer.

Como dizia alguém, somos todos batizados numa grande escola de discipulado, na qual nunca nenhum de nós atingirá a formatura.

A Acção Católica Rural não é só recetora da mensagem do Concílio, mas ela própria deve fazer-se mensagem, palavra, diálogo. Porém, antes disso, há que conhecer, compreender e respeitar o outro. Era assim que Jesus procedia. A nossa atitude não pode ser diferente.

Há que acolher o que a história dá a viver, tentando descobrir, depois, como se pode intervir. É necessário ser recetor, antes de ser emissor. A receção do Concílio é, claramente, um trabalho inacabado.

Qual pensa ser o papel da Acção Católica Rural nos dias de hoje?

A Acção Católica Rural, se quer trabalhar para uma Nova Evangelização, tem de decidir ir até junto daqueles que não vêm à comunidade, à paróquia, aos Movimentos da Igreja. Tem de desafiar os batizados a uma pertença comunitária.

A tarefa evangelizadora engloba, depois, para os adultos, uma catequese própria e até uma promoção humana.

Se todo o evangelizado deve evangelizar, é maior a exigência para um membro Acção Católica Rural. Não podemos privar ninguém do tesouro que representa Jesus Cristo e o

Seu Evangelho. Há que levar alegria e esperança a um mundo cansado e deprimido que carece de libertação. A “Gaudium et Spes” diz-nos que a causa, a razão e o modelo de qualquer pessoa é a Pessoa de Jesus.

Nunca estamos suficientemente evangelizados. Há dimensões da vida profissional, da nossa família, do nosso caráter e pensamento que precisam de evangelização. Todos somos evangelizadores e evangelizados.

Temos de saber ler os “sinais dos tempos”, em tudo o que vai acontecendo na nossa aldeia, no nosso País, no mundo, e entrar num compromisso cada vez mais construtivo, como nos aconselhava João XXIII. Os sinais do Reino de Deus estão sempre presentes. Não podemos fechar os olhos aos sinais da graça. Deus escreve direito pelas linhas tortas que vamos traçando.

Não podemos ver só os sinais negativos da crise em que estamos envolvidos. Quem sabe se dela não sairá um mundo mais justo e mais fraterno, que começa já a desenhar-se? O ideal seria que nenhuma família precisasse de recorrer à solidariedade dos outros e pudesse ser autónoma, não só na sua subsistência, mas numa qualidade humana de vida.

Os “sinais dos tempos” deixam perceber a voz de Deus, mas temos de estar muito atentos para a ouvir. Deus não abandona os homens, como não abandonou Jesus na cruz. Quando Deus parece oculto, pode brilhar a sua ação transformadora.

O Espírito do Concílio é o Espírito Santo cuja presença sentimos na construção das nossas histórias pessoais, nas histórias dos Movimentos, na história da Igreja.

ANEXO III
Entrevista a Dália Nunes
Entrevista realizada a 17 de outubro de 2012

Nome: Dália Rosa Faria Nunes

Nascida a 17 de fevereiro de 1942

Diocese: Aveiro

Militante da ACR desde: Fui militante da JACF/JARC de 1961 a 1970. Interrompi até 1980, onde recomecei na ACR, até hoje.

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JAC e LAC)?

Fui convidada (1961) por militantes da Seção da minha paróquia, Branca, para frequentar as reuniões, e passado muito pouco tempo participei ativamente na encenação e dinamização de uma atividade do Movimento. Gostei e continuei.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Naquela altura, dizíamos que os militantes precisavam de ser “pescados à linha”, e foi isso que fizeram comigo.

Vi-me quase desde o início responsabilizada em atividades e em ações de formação, e penso que foi o sentir que acreditavam em mim, o que me motivou a continuar. A esta distância, penso que a maior motivação foi o dizerem-me «tu vais fazer porque és capaz».

Que percurso fez dentro da Ação Católica?

Nessa altura fazia-se um “aspirantado”, penso que dois anos. Eu saltei essa etapa (embora tenha feito “exame”), para passar a militante. Convidaram-me para a equipa dioce-

sana logo a seguir. Fui responsável das pré-jovens e do Ultramar, e passados dois ou três anos, fui presidente diocesana.

Na ACR, fui dirigente diocesana, com o cargo de tesoureira e presidente; no plano nacional assumi vários cargos: secretária, vogal de expansão, de formação, da FIMARC, presidente e vice-presidente. Pertenci também a Junta Diocesana da Acção Católica. Atualmente sou dirigente de base e diocesana

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

A Acção Católica era à época, o Movimento da Igreja por excelência, e quase todas as paróquias a tinham organizada.

Era disciplina ensinada nos Seminários e a Hierarquia tinha nela os seus braços para a acção, embora os leigos “tivessem” de dar contas à Hierarquia.

Contudo, a análise dos acontecimentos da sociedade civil permitiu aos militantes adquirir uma consciência nova da sua responsabilidade, quer como cidadãos, quer como cristãos. Era para os seus elementos, uma escola de formação integral e espaço de crescimento na fé. Muitos militantes da JAC/F devem a sua valorização pessoal ao Movimento.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Como jovem, vivi o Grande Encontro (“Os novos escolhem Deus”), que se realizou em Lisboa, em 1963; o encontro europeu de jovens rurais em Stuttgart, em 1965, e várias concentrações, todas precedidas de longa preparação de todos os participantes.

Como adulta, logo a seguir ao 25 de abril, envolvi-me com outros militantes no esclarecimento dos cristãos da diocese, acerca dos programas partidários vistos à luz da Doutrina da Igreja; no esclarecimento dos rurais sobre as consequências da nos-

sa entrada na Comunidade Europeia; a Assembleia Mundial da FIMARC realizada na casa diocesana de Albergaria (foi um trabalho exigentíssimo, pois recebemos participantes de todos os continentes, que estiveram cá 15 dias); as várias Jornadas Sociais, sendo 2 realizadas em Aveiro, mas que em todas tive participação ativa; as diversas campanhas, principalmente a “Aldeia que eu quero no Portugal Europeu”, que nos abriu para as realidades europeias e deu uma nova forma de abertura do Movimento ao meio, e “O homem primeiro”; e ainda “seminários”, que proporcionaram aos militantes da ACR a possibilidade de “ouvirem” pessoas das mais diferentes áreas da sociedade civil e religiosa.

Os cadernos de militantes e as revistas “Girassol”, “Fé e Trabalho”, “Diálogo” e “Mundo Rural”, embora não sendo marcos, foram meios usados para a formação continua dos seus elementos.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Uma das maiores virtudes da Acção Católica foi ajudar os militantes a intervirem, estarem atentos aos acontecimentos e consciencializarem-se dos seus deveres como cristãos e cidadãos.

Quer na JACF/JARC, quer na ACR, os documentos conciliares sobre a missão dos leigos no mundo, foram tema de reflexão e de muitas ações de formação. O início das reuniões, quer de base, quer diocesanas, quer nacionais, tinham sempre um largo tempo de discussão sobre estes temas. O mesmo no que se refere às diversas Encíclicas e Cartas Pastorais, que foram publicadas ao longo dos anos.

A minha consciência de leiga (penso que responsável) vem toda daí.

Espero que com as comemorações dos 50 anos do Concílio e com a celebração do Ano da Fé, muitos destes documentos voltem a ser objeto de estudo e reflexão

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Pelo que disse atrás confirmo que sim. O Movimento foi uma grande escola de formação eclesial e cívica.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

Apesar da Acção Católica ter vivido e concretizado no seu trabalho militante, a doutrina conciliar, as alterações políticas, o fim da sua estrutura organizativa e o aparecimento de novos movimentos e novas formas de apostolado, com um cariz menos interventivo e menos “exigente” e muitas vezes “mais macio”, não obrigando tanto a “pôr as mãos na massa” e ainda um novo posicionamento da Hierarquia, levou a um enfraquecimento progressivo da Acção Católica.

E hoje, como vê a Acção Católica Rural enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Tenho consciência clara que a ACR tem de estar no mundo, com outro tipo de abordagem, mas nunca com menos exigência e menos consciência do papel dos seus militantes dentro da Igreja e do meio. E esta consciência terá de ser de novo adquirida, estudando e debatendo a doutrina conciliar e aplicando-a à vida, utilizando o seu método de trabalho, que é a Revisão de Vida.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Olhando para as nossas paróquias, sinto uma certa frustração e um desencanto. Dá-me a sensação que regredimos, e que às vezes não somos capazes de arregaçar as mangas e nos sentirmos comprometidos e intervenientes na vida dos homens e mulheres que conosco partilham os acontecimentos.

O mundo está diferente e as solicitações são muitas, mas não nos podemos demitir da missão que nos foi confiada.

Vivemos a nível de país um momento doloroso, mas interpelante, e a Igreja (bispos, padres e leigos) tem de saber qual o seu papel no meio de tudo isto.

A ACR é por natureza um Movimento vocacionado para a intervenção evangélica e tem de continuar a lutar por aquilo em que acredita.

Continuo a pensar que a Acção Católica ainda não tem substituto, e tenho a perceção de que em alguns setores da Igreja se começa a reconhecer que o lugar da Acção Católica não está ocupado.

ANEXO IV

Entrevista a Flausino Silva

Entrevista realizada a 16 de outubro de 2012

Nome: Flausino Pereira da Silva

Nascido a 27 de agosto de 1938

Diocese: Aveiro

Militante da ACR desde: 1984 (64 anos de militante, contando o tempo de Pré-Jacista)

militante Pré-Jac desde 1948, depois da JAC e ACR, até hoje!

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JAC e LAC)?

Através da JAC da minha paróquia da Branca, diocese de Aveiro.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

A atração pela formação nas reuniões e a possibilidade de conhecer pessoas, conviver e assumir responsabilidades.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

Iniciei como Pré-Jacista em 1948, passei a militante de base da JAC, depois a dirigente e, em 1956, fui chamado a fazer parte da equipa diocesana. Em 1960 fui convidado para a equipa nacional, onde permaneci até este Movimento se incorporar na ACR. Depois interrompi, e regresssei como dirigente diocesano e nacional a seguir às primeiras jornadas sociais de 1984.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Nos anos quarenta e cinquenta, a Acção Católica tinha um enorme peso na Igreja, por ser praticamente o único Movimento Apostólico de intervenção social. A Hierarquia dava grande importância ao papel do Movimento e tinha muita consideração pelos seus membros.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Para mim os maiores marcos foram: o Congresso Mundial da JAC/JACF, em Lourdes, em 1960; o Grande Encontro da Juventude em 1963; a Comemoração dos 25, 50 e 75 anos da Acção Católica; as Jornadas Sociais da ACR; as Campanhas das quais destaco "A Aldeia que eu Quero no Portugal Europeu", com a constituição de cerca de mil Grupos de Análise Reflexão e Acção (GARA), que culminou na Festa das Jornadas e no desfile festivo, realizados em Aveiro; os Seminários Nacionais, iniciados em 1988, no seguimento desta campanha e que prosseguem anualmente até hoje!

Como vê a recepção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Se houve Movimento que acolheu e traduziu na sua acção apostólica as deliberações do Concílio Vaticano II, foi a Acção Católica, particularmente a ACR que, com as Jornadas Sociais assumiu corajosamente o seu papel de Sal da Terra e Luz do Mundo.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

A Acção Católica e a ACR, em particular, deram sempre muito relevo, na formação dos militantes, à Doutrina Social da Igreja e, quer as Constituições que saíram do Concílio,

quer a Exortação que se lhe seguiu, foram objeto de estudo, nos cadernos do militante e nas ações de formação desenvolvidas.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

O Concílio deu uma nova força à Acção Católica, que se libertou, progressivamente, da concepção de "manus longa" da Hierarquia, para assumir a sua identidade de Movimento Laical, evangelizando as pessoas e estando presente nas realidades temporais, para as transformar.

E hoje, como vê a Acção Católica Rural enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Mau grado a ACR ter recebido e traduzido na sua militância e ação a doutrina do Vaticano II, a própria Hierarquia e a Igreja não a traduziram na Ação Eclesial. Surgiram novas formas de apostolado e movimentos de cariz mais espiritualista e menos intervencionista.

Com a evolução social e política e o desenvolvimento associativo, de par com a democratização da vida social, cultural, económica e até eclesial, os Movimentos da Acção Católica perderam expressão e tornaram-se "difíceis" para os cristãos e para a própria Hierarquia.

É indiscutível, contudo, que a ação evangelizadora e a formação dos militantes da ACR, hoje em dia, traduzem, amplamente, o espírito e a doutrina do Concílio Vaticano II.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

A ACR tem de se manter fiel à sua vocação e missão de Movimento de Leigos no mundo, porque essa é a sua essência.

Mas o nosso mundo muda/mudou muito depressa, e as pessoas estão demasiado cheias de si, de coisas materiais e culturais, e de ideias que o mundo lhes incute e, por isso, menos disponíveis para Movimentos "difíceis" como o é a ACR.

Adaptando a formação e a ação ao modo eclesial e social de hoje, o Movimento continua a ser e é, na atualidade, fundamental, como o foi no passado, para a Nova Evangelização das pessoas e dos ambientes.

ANEXO V

Entrevista a Maria Cândida Silva

Entrevista realizada a 16 de outubro de 2012

Nome: Maria Cândida Abreu Freire Silva

Nascida a: 19 de dezembro de 1931

Diocese: Aveiro

Militante da ACR desde: 1946 (PRÉ- JACF e JECF), JACF a partir de 1953 e ACR desde 1982, ou seja, 56 anos de militância.

Como conheceu a Ação Católica Rural?

Comecei em 1939 por ser Benjamina na JACF, Movimento que nessa altura estava já a desenvolver-se, com grande entusiasmo, na minha paróquia – Bunheiro, Murtosa.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Aos 10 anos entrei num colégio onde já existia a JECF e, solicitada a minha entrada nesse Movimento, aderi, com entusiasmo, e foi aí que começou a minha militância.

Que percurso fez dentro da Ação Católica?

Pré-Jacista, Jacista e Jecista. Em 1953 acabei o curso e, como nas férias participava na paróquia (na JACF), fui convidada a entrar na equipa diocesana deste Movimento, em Aveiro.

Como caracteriza a Ação Católica da época em que ingressou no Movimento?

Julgo que foi um Movimento carismático para a época, e fez com que o “Vaticano II” começasse a dar ao leigo alguma participação e valor dentro da Igreja.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

As comemorações dos 25, 50 e 75 anos da Ação Católica. O Congresso de Lourdes em 1960, o Congresso de Leigos a nível nacional e as Jornadas (várias) da ACR e os Congressos Diocesanos.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Sim. Como disse alguém, até aí o leigo «ouvia, obedecia (?) e abria a bolsa na hora de ofertar». A Hierarquia piramidal concentrava tudo em si, e só ela era a Igreja.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Acompanhou e estudou alguns. O caderno do militante e os jornais dos organismos rurais, e mais tarde o da ACR, ajudaram muitos militantes a conhecerem e estudarem esses documentos.

Como caracteriza a Ação Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

Marcou bem os cristãos leigos militantes em qualquer organismo. A partir dos anos 70 declinou com a entrada de muitos dirigentes do plano nacional e diocesano nos partidos políticos. A participação de militantes na organização partidária, não devia fazer parte da ação de um leigo responsável na Igreja.

E hoje, como vê a Ação Católica enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Julgo que é um dos poucos movimentos em Acção Católica que se mantém. Continua a persistir, mesmo que com pequenos grupos nas dioceses. Tem trabalho e caminho duro a percorrer, mas que entusiasma. Uma nova sociedade precisa cada vez mais de verdadeiros militantes de Acção Católica.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Estamos numa sociedade nova e diferente, que se vai afastando dos verdadeiros valores e sobretudo dos valores cristãos. Numa palestra transmitida pela Rádio Renascença num encontro dos Movimentos Operários, há já alguns anos, ouvi uma alta personagem da hierarquia portuguesa dizer que o tempo da Ação católica tinha passado. A ajuda dos leigos neste campo parece-me que continua a ser diminuta. Surgiram outros movimentos novos na Igreja, não de Ação Católica e, como sempre, o que é novo atrai.

Mas eu julgo que os últimos Papas tiveram, e o atual, ainda tem consciência do valor do trabalho de leigos em Ação Católica.

Pelo menos manifestam-no quando falam aos leigos da Acção Católica Italiana, que vai dando alguns ecos, aos leigos militantes de outros países. A ACR em Portugal poderá continuar se houver uma extraordinária confiança no “Chefe”, muito amor, determinação, estudo do meio, dos ambientes e das sociedades e, se os elementos da hierarquia mais responsáveis nas dioceses, lhe derem um grande apoio.

ANEXO VI

Entrevista a Maria José Reis

Entrevista realizada a 30 de novembro de 2012

Nome: Maria José Couto Reis

Nascida a: 26 de setembro de 1938

Diocese: Porto

Militante desde: a minha adolescência.

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JAC e LAC)?

Conheci a JAC através da minha irmã mais velha, que era a presidente da secção. Também a minha mãe e a minha madrinha (esta última com quem eu vivia) eram respectivamente a secretária e a presidente da LAC, a nível paroquial.

Qual a motivação para se tornar militante da A.C.R.?

A maior motivação foi a educação recebida, de querer ser cristã convicta e ativa. A ACR ofereceu-me meios que vieram completar o que me deu a família.

Estar integrada num grupo, com elementos de idades aproximadas e com animadoras que nos cativavam, formavam e responsabilizavam, preenchia a minha ansiedade de ter pessoas amigas.

Estiveram também na origem de me tornar militante da ACR os Assistentes que tive a sorte de ter (paroquial e diocesano) durante a minha adolescência e juventude, eles foram para mim “verdadeiros pais”, vieram preencher o vazio de ter perdido o meu, aos sete anos.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

O percurso que fiz dentro da JAC foi:

- Simpatizante (sem ter preenchido ficha);
- Efetiva (com ficha preenchida, após ter feito um “exame” em que fui avaliada se tinha consciência do que era pertencer à A.C.);
- Animadora do grupo da Pré-JAC.

Esta última fase enriqueceu-me muito, pois recebi formação especial. Foi excelente para mim o “curso” de “Psicologia e Pedagogia Infantil”, orientado, a nível nacional, pela Helena Loureiro (hoje mais conhecida por Helena Inês). Mais tarde, no meu papel de mãe, foram-me muito úteis os conhecimentos adquiridos.

Continuando a descrever o meu percurso dentro da Acção Católica, posso dizer que, já em fase de namoro, fui convidada, pelo Assistente diocesano (que conhecia o meu noivo, que também era da JAC) a frequentar o curso de noivos – CPM. Foi muito bom para nós e despertou-nos o desejo de, um dia, ajudarmos outros noivos.

Um ano após o casamento e já com o primeiro filho nascido, o mesmo Assistente diocesano da JAC, Sr. Pe. Orlando Mota, convidou-nos a formar equipa de casais e a orientarmos um CPM nas vigararias de Lousada e Paços de Ferreira.

Estivemos empenhados e entusiasmados nessa pastoral durante 18 anos. Se não fosse a Acção Católica, nada deste percurso teria acontecido e posso dizer: fomos para dar ajuda, mas, os principais beneficiados fomos nós.

Embora o CPM seja um movimento distinto da Acção Católica, tem nela a sua origem e foi nela que encontramos colaboração. Através da LAC descobrimos casais para orientarem e na JAC noivos “especiais” para frequentarem esses cursos e convidarem outros.

Depois de viúva pensei em continuar a fazer apostolado desligada de qualquer Movimento, uma vez que a Acção Católica havia entrado em decadência.

No entanto, depressa descobri a diferença em fazer apostolado individualmente ou inserida num grupo. Graças a Deus que a Acção Católica ressurgiu na minha paróquia, e que encontrei oportunidade de a ela tornar a pertencer.

Na equipa de base nunca fui “presidente”, mas fui coordenadora diocesana durante algum tempo.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no movimento?

Em primeiro lugar saliento o “programa de vida espiritual do militante”, que era exigente e, por isso mesmo, eficaz.

Havia organismos só para “eles” e só para “elas” no meu tempo de adolescente e de jovem.

Se isso nos dava maior abertura, também nos impedia de conhecer a diferente maneira de ser e agir do outro sexo. A ACR, com grupos mistos, favorece essa aprendizagem. Além desta característica, a Acção Católica “movimentava-se” numa sociedade muito diferente da atual, como por exemplo:

- A reunião de “dirigentes” era às 6 horas, antes do sol nascer, para que as raparigas não faltassem aos seus afazeres domésticos. Deslocavam-se por caminhos maus e sem iluminação pública; íamos com um lampião de petróleo na mão...
- Conseguir autorização dos pais para as filhas irem a um retiro, ou campo de férias, era um problema. Não as queriam perder de vista...

A Acção Católica foi um marco forte na promoção da rapariga e da mulher, como por exemplo:

- Adquirir o “direito” de tomar decisões. Esta mentalidade levou-as a procurar formação em vários aspetos, tais como: conhecimento de enfermagem, puericul-

tura, culinária, frequentar a escola, etc. A educação escolar era quase um privilégio para alguns e, mesmo assim, muito rudimentar.

No meu caso posso dar estes testemunhos:

- Fui aluna única na terceira e quarta classes.
- Já depois de casada e graças a uma reunião em que se abordou o tema “A independência da mulher”, descobri que, o tirar carta de condução me tornaria mais independente, e... “mãos à obra”. Tive de enfrentar o argumento espontâneo de que “isso é para homens”. Felizmente houve compreensão mas, se não fosse a Acção Católica, certamente nunca teria “ousado” avançar em frente; com esse apoio fui a primeira mulher da minha zona a fazê-lo, e dou graças a Deus por isso.

Hoje a Acção Católica tem de enfrentar uma sociedade muito diferente daquela que vivi na minha juventude; atualmente, reina a libertinagem, a rebeldia, o relativismo, etc.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Vivido por mim, o maior marco da história do Movimento foi:

- O encontro Mundial em Lourdes, no ano de 1960, que nos fez sentir uma “multidão”, com ideais comuns e grande entusiasmo. Chegou a haver correspondência entre jovens de vários países e durante bastante tempo, mas, claro está, havia a dificuldade de línguas diferentes.

O tema que nos preparou para esse encontro e o qual trabalhámos durante um ano foi “A fome no mundo”, desdobrado em vários subtemas, tais como: “A fome de Deus”, “A fome de Justiça”, “A fome de Pão”, etc, etc.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Lembra-me que o tempo que antecedeu o Concílio Vaticano II, a Acção Católica levou-nos a rezar muito, para que o mesmo decorresse bem e que as suas decisões e orientações fossem bem acolhidas. A Acção Católica ensinou-nos a ser Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.

O movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Recordo que após o Concílio, a Acção Católica estudou os documentos conciliares mais diretamente dirigidos aos leigos, o que fez com que nos tornássemos cristãos mais conscientes e ativos na Igreja e no mundo.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

A Acção Católica procurou corresponder às orientações do Concílio. Uma das mudanças mais notadas foi a celebração da missa no próprio idioma, e o sacerdote celebrar voltado para a assembleia, o que favoreceu, extraordinariamente, a nossa participação. Antes de isso acontecer, geralmente só havia um (o ajudante) a responder e, mesmo esse sem saber ler, decorava as respostas em latim. Durante a Eucaristia a assembleia rezava o terço. A JAC havia já feito uma campanha para o uso do missal que tinha, de um lado o texto em latim e, do outro, em português; assim, respondíamos ao sacerdote em latim e acompanhávamos as orações e leituras lendo, para nós, em português.

Depois do Concílio começámos a responder ao sacerdote. Libertos do missal, ficámos com maior participação. Olhar e ouvir o sacerdote despertava mais concentração.

Os documentos que após o Concílio e nos tempos seguintes mais aprofundámos foram: “Lumen Gentium”; “Dei Verbum”; “Sacrosanctum Concilium”; “Gaudium et Spes”; “Apostolican Actuositatem”.

E hoje, como vê a Acção Católica Rural enquanto recetora da mensagem do Concílio?

A ACR é um Movimento que despertou e continua a despertar o laicado para o ser Igreja e não só pertencer à Igreja. Além de nos ajudar a viver a liturgia, leva-nos a interpretar com autenticidade a Tradição e a Sagrada Escritura, e a descobrir a importância que tem na vida atual da Igreja os diversos temas, tais como: “Matrimónio e Família”; “Progresso Cultural”; “Vida Económica, Social e Política”, etc.

A Acção Católica levou-nos e leva-nos especialmente, a viver o decreto do Concílio Vaticano II sobre o apostolado dos leigos. Partindo do princípio de que todo o cristão é apóstolo, a Acção Católica levou-nos a reconhecer que, como leigos, temos o direito e dever de fazermos apostolado, especialmente no meio do mundo. A Acção Católica, através do método de Revisão de Vida, ajuda-nos a descobrir campos específicos de ação, e dá-nos orientações e formação para fazermos apostolado.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Continuar a ser “fermento na massa” vivendo a “Nova Evangelização”, ou seja, fazê-lo com grande convicção e maior ardor, sabendo que, seguindo Jesus, encontramos o Caminho, a Verdade e a Vida.

É testemunhando isso mesmo (com audácia mas sem arrogância) que seremos verdadeiramente membros da Acção Católica nos dias de hoje.

A Igreja e a Sociedade Civil continuam a precisar (e talvez mais que nunca) de uma Acção Católica bem organizada, para fazer apostolado.

ANEXO VII

Entrevista a Ana Irene Rocha

Entrevista realizada a 17 de janeiro de 2013

Nome: Ana Irene Moreira da Rocha

Nascida a 17 de maio de 1934

Diocese: Porto

Militante desde: 1952, ou seja, 60 anos de militância

Como conheceu a ACR (antiga JAC e LAC)?

Conheci a A.C.R através de uma militante da JOCF, da paróquia de Carvalhido, cidade do Porto, onde estudava, em maio de 1950, ano em que regressei a Covelo, aldeia de Gondomar. Após fazer o 5º ano de então, permaneci em Covelo e preparei a oficialização da paróquia em JACF.

Em 1952, entrei para o Magistério Primário e já ia fazendo algumas tarefas no Secretariado Diocesano da JACF, na organização do ficheiro e, então, fui chamada a essa equipa, em 1953, tendo no dia de Cristo Rei feito o meu juramento na Sé.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Penso que o ser militante já está presente na pessoa. Assim, como num grupo de crianças que joga, se distingue quem é o chefe natural, acho que na vida já se “nasce militante”, dependendo, depois, do desenvolvimento e preparação dessa militância, neste caso da vida em Igreja.

Ao olhar o passado, vejo com grande motivação o facto de me terem dado certas responsabilidades, e vir ao encontro do meu desejo de ajudar os outros, de fazer algo.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

O percurso está na linha da caminhada. Fui simpatizante; aspirante; efetiva; militante de paróquia; responsável regional que, na época, se chamava de delegada regional; dirigente paroquial e dirigente diocesana. Em 1960, passei a fazer parte da equipa nacional, na época chamada “Geral”, onde permaneci até a LACF e JACF se fundirem, continuando na ACR nacional.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Uma Acção Católica de massas com elites.

As militantes tinham, no seu grupo, que mais tarde passou a ser chamado de GARA (Grupo de Análise, Reflexão e Ação), de se reunir com outros grupos na reunião geral, para além da reunião de direção e reunião de militantes, onde só eles/elas estavam presentes.

Fazia-se Revisão de Vida (uma espiritualidade de conversão, transformação pessoal e do meio). Como não havia outras obras ou Movimentos em Igreja, a JACF era tudo, mesmo aquilo que não era específico da Acção Católica.

Foi um tempo de crescimento em número de pessoas e de paróquias atingidas pelo Movimento. Havia muitos encontros, Campos de Férias de formação intensa, de muito estudo, de muita preocupação na valorização da pessoa, quer humana, cultural ou espiritual.

Foi tempo de muita ação pessoal, de vocações sacerdotais e religiosas, pelas exigências da santidade que cada um dava à sua vida.

Muito apoio espiritual dos sacerdotes, muita formação.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Encontro da Juventude; Encontro Mundial em Lourdes, sobre a fome em todos os sentidos; Encontro Europeu em Estugarda (Alemanha); Concílio – sua preparação no país com elementos pré-conciliares, em que nos era pedido a nossa preparação; Jornadas de Estudo “Miséria (imerecida) do Mundo Rural”; Campos de Férias intensivos de formação.

Como vê a recepção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Foi uma época excepcional pelo estudo dos documentos emanados do Concílio, de um modo especial o Decreto sobre o Apostolado dos Leigos (AA); Igreja no Mundo Contemporâneo; etc. O Concílio trabalhou com a metodologia da Acção Católica, a Revisão de Vida.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Foi nessa altura que se fizeram estudos profundos e divulgação da doutrina conciliar, semanas sociais de estudo. Havia avidez em «imbuir de espírito cristão comunidades e meios» (AA), a alimentar e aumentar a Palavra Iluminadora da Bíblia, para a transformação pessoal e acção no meio. Síntese Fé/Vida.

Na década de 60, começou a sentir-se a infiltração de comunistas nas Igrejas e nos Movimentos.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

Foi motivo de renovação e acção transformadora.

Não podemos esquecer as mudanças na Sociedade Portuguesa – o mundo agrário fechado, passa para um mundo rural aberto ao positivo e negativo que o rodeia.

A decadência chega com mais de 10 anos anteriores ao 25 de abril, e a toda a cisão entre jovens agrários e Igreja (no caso da JAC e operários) que interrompe o Apostolado das crianças e adolescentes nas mãos dos jovens que os abandonam.

E, hoje, como vê a ACR enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Hoje a crise de uma ACR de idosos, motivados por falta de adultos-jovens no Movimento e de Jovens que pouco se comprometem numa ação evangelizadora.

A dificuldade de encontros de pessoas para se reunirem e para contacto pessoal de passagem de valores universais, já que hoje, vale tudo (usa e deita fora).

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Penso que se não existisse, era preciso criá-la. Faz falta à Igreja para um Apostolado de Meio, transformador e de ação no tempo. É e continua a ser Movimento de formação cristã, a partir da vida para a fecundação pela Palavra de Deus e da Igreja, que se transforme através de uma atividade laica, numa sociedade onde os valores cristãos sejam vividos pelos nossos militantes e testemunhos dos que estão à nossa volta.

Com meios que cativem, uma nova Evangelização, dinâmicas e metodologias que ajudem a fé, numa «evangelização de amor».

ANEXO VIII

Entrevista a Maria de Lurdes Leal

Entrevista realizada a 10 de janeiro de 2013

Nome: Maria de Lurdes da Silva Pereira Leal

Nascida a: 11 de agosto de 1943

Militante desde 1961

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JACF e LACF)?

Em 1961 fui convidada pelo meu pároco, juntamente com mais três raparigas, para formar a Comissão Organizadora Paroquial da futura equipa da Juventude Católica Feminina, vindo a ser admitida, recebendo o meu bilhete de identidade da Acção Católica Portuguesa em novembro de 1963.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Foi o de me ter sentido chamada ao ideal apostólico da Acção Católica. Um apelo de Deus a dar-me aos outros.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

Iniciei em 1961, na paróquia, integrando a comissão organizadora e iniciando desde logo o trabalho de militante de base. Aí fui, primeiro, responsável de Pré-JACF, mais tarde Presidente Paroquial durante alguns anos. De 1967 a 1969 fiz parte da Equipa Diocesana da JACF do Porto, como Dirigente Livre, continuando como Dirigente Diocesana até 1976, altura em que passei à Equipa Diocesana de Adultos – ACR. Desde 1993 a 1999 fui Presidente Diocesana, cargo que atualmente exerço desde outubro de 2012.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Grande preocupação e atenção à formação apostólica e vida espiritual dos seus militantes e dirigentes; muito atenta ao Magistério da Igreja (Papa e Bispos); muito marcada pelos assistentes; muito hierárquica e centralizadora; bastante burocrática, mas com a força dinamizadora do tema e campanha do ano que envolvia todos os organismos e os reunia, em encontros diocesanos e até nacional, para partilha, debate, aprofundamento e denúncia das realidades de vida que a campanha a todos envolvia...

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

A nível diocesano, foram os objetivos e a dinâmica dos “Dias de Amizade” da JAC e da JACF; as concentrações diocesanas dos Organismos Agrários (JAC, JACF, LAC e LACF); o projeto de trabalho dos Dirigentes Livres da JAC e da JACF; os encontros dos Delegados Regionais da JAC e JACF para efeitos de coordenação de ações comuns. Também se destaca o trabalho do Assistente Diocesano com Assistentes Regionais e paroquiais e a sua assídua presença nas reuniões vicariais dos párocos.

A nível nacional foram os Conselhos Gerais da JAC/JACF e os da LAC e LACF que passaram a ser comuns, a fusão dos seus jornais (“Diálogo”, JAC/JACF, “Mundo Rural”, LAC/LACF) e a edição da revista “Girassol”, destinada à Pré-JAC, Pré-JEC e Pré-JOC. O Grande Encontro da Juventude, realizado em abril de 1963, em Lisboa, sob o lema “Os novos escolhem Deus”, organizado pelos dez organismos da Acção Católica Portuguesa. A primeira campanha comum de todos os organismos da Acção Católica Portuguesa, sob o lema “Com Deus um Mundo Novo”. As semanas de Formação que anualmente os 20 Movimentos da ACP faziam.

O processo de atualização em 1965, com a revisão das suas Bases, Estatuto e Regulamento, que terminou com a aprovação e entrada em vigor dos Princípios Básicos da

Acção Católica Portuguesa. Em 1971, os Bispos decidem extinguir o carácter unitário e de corpo orgânico da Acção Católica Portuguesa (extinção do Conselho Nacional da Acção Católica Portuguesa, da Equipa Executiva e dos Conselhos Diocesanos da Acção Católica Portuguesa e das suas Equipas Executivas) – estruturas de coordenação que, nos Princípios Básicos da Acção Católica Portuguesa tinham substituído o Conselho Plenário e a Junta Central, os Conselhos Diocesanos da Acção Católica Portuguesa e das Juntas Diocesanas – com a conseqüente exigência de cada Movimento apresentar os seus Estatutos à Conferência Episcopal e de ficar sujeito ao reconhecimento de Movimento de Acção Católica.

A nível internacional, a parte ativa da JAC e JACF portuguesa na fundação do MI-JARC, bem como o papel ativo da LAC e LACF portuguesa, também na fundação da FIMARC.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

A receção do Concílio ocorreu aquando da fase de revisão e actualização da ACP, o que a obrigou a estudar os principais documentos (o próprio boletim da Acção Católica Portuguesa publicou e comentou os principais documentos) e os Princípios Básicos da Acção Católica Portuguesa dele são reflexo.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Não só os preparou como os estudou, partilhou e refletiu nas Equipas de Base e viu com grande alegria as grandes reformas, especialmente na Liturgia, o papel dos leigos na Igreja e no mundo, bem como os documentos na linha social.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

Movimento mais laical e democrático: a Junta Central da Acção Católica Portuguesa deixou de ser presidida por um Bispo. Em 1966 passou a ter um leigo como Secretário-geral (o primeiro foi o Eng.º Sidónio Pais, e o último foi o Doutor Sousa Franco); os Presidentes das Equipas Nacionais e Diocesanas passaram a ser eleitos pelos respetivos Conselhos; os planos de acção passaram a ser decididos pelos Conselhos de cada Movimento (quando antes eram decididos pelo Conselho Plenário da Junta Central da Acção Católica Portuguesa); houve dificuldade em assimilar a definição que dela fez o Concílio e de concretizar o seu carisma de corresponsabilidade com a Hierarquia; a perda da ideia-força de outros tempos em que a Acção Católica pretendia ser um «Movimento de massas por elites». Passou a parecer mais um agrupamento de grupos informais que um verdadeiro corpo orgânico conforme a caracterizou o Concílio (cf.n.º.20 do AA). Foram-se esvaziando os conteúdos de formação, perdeu-se a exigência da Revisão de Vida e poucas pessoas (especialmente as novas gerações) desejavam essa formação e vivência. Hoje, para mim é «um resto de Israel».

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

O mesmo de sempre, mas com novas formas de atuação ou melhor, “Nova Evangelização”. É um Movimento cada vez mais necessário na Igreja perante os novos problemas que nos rodeiam. Um necessário renascimento da Revisão de Vida para que haja uma atuação cada vez mais próxima do agir de Cristo, partindo da relação pessoal que cada militante tem com Ele, que leve à transformação das pessoas e meios.

ANEXO IX
Entrevista a Isaura Branco
Entrevista realizada a 5 de janeiro de 2013

Nome: Isaura Carvalho Saavedra Branco

Nascida a 9 de agosto de 1942

Diocese: Viana do Castelo

Militante desde 1975

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JAC e LAC)?

Conheci a Acção Católica Rural quando vim do Porto para Viana do Castelo, em 1974.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Tornei-me militante da ACR porque sempre estive inserida na dinâmica dos Movimentos da Acção Católica. Para mim, a Acção Católica Rural é um dos melhores Movimentos.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

O meu percurso dentro da Acção Católica iniciou na paróquia da Sé do Porto. Desde 1964 que fui militante da JOC (Juventude Operária Católica), onde fui tesoureira e responsável dos jovens. Quando vim morar para Viana tornei-me militante da ACR. Em 1976 fui eleita presidente diocesana, tendo exercido esta função durante vários anos. Hoje sou vogal da equipa diocesana.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Antigamente, na época em que ingressei no Movimento, era notável que havia mais militantes e simpatizantes. A ACR tem feito uma grande caminhada ao longo dos anos, suportando e adaptando-se aos diferentes tempos.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Da história do Movimento, os maiores marcos a destacar são a Semana Social em Aveiro e os 75 anos da Acção Católica. Houve outros, mas estes são os mais marcantes.

Como vê a recepção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

A realização do Concílio foi um ótimo acontecimento, tendo sido bem acolhido no país e no Movimento. As alterações que decorreram, sobretudo na Eucaristia, foram uma mais-valia. O Movimento acolheu as diretivas do Concílio e teve a preocupação de as aprofundar.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Sempre foi preocupação do Movimento apresentar e estudar os Documentos Conciliares, para que os seus membros tivessem conhecimento e consciência deste grande acontecimento.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o concílio)?

Vejo a Acção Católica dos anos pós-conciliares com o sentimento de maior responsabilidade, incentivando a que cada membro, cada leigo, participasse de modo mais ativo e

responsável na Igreja. A Acção Católica sente também a responsabilidade de dar uma resposta à descristianização da Europa.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Para os dias de hoje, penso que a ACR tem que se sentir responsável pela Nova Evangelização na Europa.

ANEXO X

Entrevista a Silvino Amaral

Entrevista realizada a 3 de novembro de 2012

Nome: Silvino Amaral (presbítero)

Nascido a 5 de fevereiro de 1934

Diocese: Angra do Heroísmo

Militante da ACR desde: 1959 (54 anos de Militante)

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JAC e LAC)?

Através da paróquia de Ribeira Quente, onde já existia um pequeno núcleo da JACF.

Qual a motivação para se tornar militante da ACR?

Exatamente por ser pároco a partir de 1959 e por acreditar na eficácia do Movimento, que educava para uma verdadeira militância.

Que percurso fez dentro da Acção Católica?

Sempre o de Assistente do núcleo de Ribeira Quente, e nos últimos como Assistente da ilha de S. Miguel, Açores.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Era um núcleo muito fiel aos esquemas de trabalho da Acção Católica (Ver, Julgar, Agir) e preocupado por ler às “pré” e adolescentes o mesmo espírito. Davam mutuamente contas dos compromissos do seu agir. A preocupação base era de intervenção local de forma discreta e construtiva.

Quais os maiores marcos da história do Movimento?

Foi força organizada de ação local, para libertar a freguesia do seu atraso também manifesto na falta de saneamento básico, de existência única de caminhos de terra batida, de falta de proteção da orla marítima, de maior higienização das casas, seus quartos de banho, criar o hábito de se tomar leite – que não havia na freguesia –, criando esquemas de abastecimento. Era habitual, e ainda continua, a colaboração com a Junta de Freguesia, que aceita a ACR como voz do povo. Até hoje a ACR é a grande coordenadora da catequese da paróquia, mantém a reflexão bíblica e variadas ações pastorais indicadas pelo pároco.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento? Deram-se grandes alterações?

Foi sempre embalada no espírito base da Acção Católica e fortalecida pelo Vaticano II. As alterações deram-se no fortalecimento do Movimento, como o que mais corresponde no espírito da Igreja. Acentuou-se a convicção de que a Igreja abençoa os Movimentos e sobremaneira este, como fermento que tempera a vitalidade da Igreja no local.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Era, e julgo que continua a ser preocupação base, a reflexão dos documentos conciliares que a Igreja vai apresentando ao seu povo. Faz parte do espírito de tonificação da militância apostólica no leigo, em fidelidade à nossa evangelização.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

Como Igreja em marcha e desperta para os nossos problemas que vão agudizando desvios que minimizam os verdadeiros valores. A acção torna-se cada vez mais pertinente.

E hoje, como vê a Acção Católica Rural enquanto recetora da mensagem do Concílio?

Cada vez mais como veículo de aplicação prática da mensagem complexa do Concílio. A ACR não entrou no núcleo dos muitos que não se aperceberam da eficácia do Concílio.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Continua a ser o Movimento mais saudável do espírito de militância cristã em Igreja. Se muitas modas vão caducando, a ACR será sempre o verdadeiro filão de uma Igreja desperta para os problemas de hoje. Quanto mais visibilidade se der à ACR, mais iremos descobrindo os verdadeiros caminhos da Igreja laical nos tempos que trilhamos. Reporto-me ao nº20 do Decreto do Apostolado dos Leigos, como possível expressão em Acção Católica: «[...] os leigos trabalham unidos à maneira de um corpo orgânico de modo a tornar-se **mais evidente** a comunidade da Igreja e a tornar-se **mais eficaz** o apostolado».

ANEXO XI

Entrevista a Teresinha Santos

Entrevista realizada a 7 de agosto de 2013

Nome: Teresinha da Silva dos Santos

Nascida a 6 de julho de 1944

Diocese: Funchal

Militante da ACR desde 1979

Como conheceu a Acção Católica Rural (antiga JAC e LACF)?

Para mim ser, é ser Acção Católica. Não concebo outro modo de vida. Fiz a Primeira Comunhão aos seis anos e, em novembro desse mesmo ano, 1951, recebi o sacramento da Confirmação, convidando para minha madrinha a responsável da Pré-JACF, na paróquia e freguesia da Ponta do Sol. Passei a frequentar as reuniões, cantar, passear e fazer récitas. Na preparação para receber emblema, como militante pré-jacista retive duas ideias: o objetivo da Acção Católica, levar Jesus ao mundo e trazer o mundo a Jesus. Aqui, ganhei o amor à Eucaristia, nesta dialética de trazer à Igreja e levar ao mundo. Também fui tocada pelo método da Acção Católica: VER, JULGAR e AGIR.

Qual a motivação para se tornar militante e que percurso fez dentro da Acção Católica?

Aos catorze anos entrei no grupo de Adolescentes. Aos dezasseis passei para o grupo de jovens e comecei a ser responsável das adolescentes. Entretanto dá-se a divisão de paróquias, a Ponta do Sol passou a três e nós ficamos a pertencer à Paróquia de Cristo Rei, continuando com o mesmo entusiasmo e alegria. Por esta ocasião deu-se, a nível Nacional, Diocesano e de Base a junção da JAC/JACF. Para uma certa mentalidade da época

foi difícil aceitar esta mudança, mas para nós jovens e para o Movimento foi gratificante e enriquecedor. A Revista Diálogo, que tinha como diretor o Estanqueiro, trouxe uma entrevista com a Diretora da Escola de Agentes de Educação Familiar de Roriz. Li e reli, concluindo que era aquilo que precisava, para contribuir para o desenvolvimento do Meio Rural, pois o Movimento estava empenhado nesta ação, fazendo um trabalho de mentalização de que eram os rurais, os agentes do seu próprio desenvolvimento. Em 1963, interrompi o trabalho na minha paróquia e rumei até Roriz, para fazer o Curso de Agente de Educação Familiar Rural, continuando ali, com a Glória do Porto e as outras colegas jacistas, as nossas reuniões, em ligação com as nossas bases e equipas diocesanas, numa tentativa de conciliação da aprendizagem e o mundo que nos esperava. Decorrido o tempo do Curso e Estágio, regresssei à Madeira em 1966 para implantar cá, o Serviço de Extensão Agrícola Familiar Rural, da Direção Geral de Extensão Agrícola Familiar Rural. Fiz do trabalho o meu campo de militância em Acção Católica. Continuei a apoiar a base e, neste mesmo ano, fui convidada a integrar a Equipa Diocesana, como responsável de jovens. Assim, trabalhei ora como responsável de jovens, ora como presidente. Em 1980 ingressei na Equipa Diocesana da ACR, para dar início ao trabalho com jovens, dos quais destaco o José Manuel, atual Presidente da Equipa. Desempenhei funções de presidente, tesoureira, responsável do Mundo Rural e neste momento sou vogal.

Como caracteriza a Acção Católica da época em que ingressou no Movimento?

Era um Movimento de formação religiosa, cultural e social, atento os pobres, doentes e marginalizados da sociedade.

Quais as maiores marcas da história do Movimento?

Uma das marcas que privilegio no Movimento foi um retiro de dois a seis de junho de 1963, em silêncio absoluto, no Convento de Santa Clara, coincidindo com a realização do Concílio Vaticano II e a morte do Papa João XXIII. Tive sempre muito apreço pelas atividades a nível Nacional, destacando Jornadas, Conselhos, Seminários e Retiros. Recordo com emoção a Semana de Estudos Rurais em Coimbra, na qual participaram cerca de vinte jovens da nossa diocese e serviu de motor de arranque para o trabalho juvenil em ACR. Também, a Semana de Estudos Sociais, aquando da Assembleia da FI-MARC, em Albergaria-a-Velha, permitiu-me alargar horizontes sobre o trabalho que militantes de quarenta e cinco países diferentes tinham em comum o objetivo da evangelização e desenvolvimento dos rurais. Ainda o Congresso de Leigos e os 75 anos da Acção Católica.

O Movimento teve a preocupação de acompanhar o que ia acontecendo aquando da saída dos documentos conciliares?

Parece-me que a Acção Católica era um Movimento cujos Organismos estavam atentos aos “Sinais dos Tempos”, programando e levando à prática ações que respondessem aos problemas e ansiedades das comunidades do respetivo tempo e Meio, tendo como pilares a Bíblia, Doutrina Social da Igreja e, como tal, os documentos conciliares.

Como vê a receção do Concílio Vaticano II dentro do Movimento?

O Movimento teve em atenção o Concílio Vaticano II desde a sua convocação. Após a conclusão e saída dos Documentos, estes foram estudados em reuniões da Equipa Diocesana, em fins de semana e feriados, em conjunto com a LAC, visto termos o mesmo Assistente – grande impulsionador da Doutrina Conciliar –, dum modo especial as

Constituições «Gaudium et Spes» e «Lumen Gentium» e o «Decreto Apostolicam Actuositatem». E, entretanto íamos fazendo assembleias Diocesanas para militantes e um calendário rigoroso de reuniões em cada base, muitas destas, abertas ao meio.

Como caracteriza a Acção Católica dos anos seguintes (após o Concílio)?

Os anos que se seguiram ao Concílio foram de muita esperança e dinamismo apostólico, de modo a divulgar o novo modelo de Igreja, voltada para o mundo. Assim, como o papel dos leigos, como sacerdotes, profetas e reis, traduzidos em gestos de solidariedade para com os mais desfavorecidos cultural e economicamente.

Qual pensa ser o papel da ACR nos dias de hoje?

Hoje, a ACR, como já vem fazendo, tem um papel crucial, na escuta atenta dos problemas e aspirações do nosso tempo, de crise económica e de valores morais e espirituais. Vivemos uma situação de emergência social, familiar e religiosa. Com o Papa Francisco, temos de dar razões da nossa Fé e nos mobilizarmos, e anunciar ao mundo que Jesus Cristo, o Senhor, é CAMINHO, VERDADE E VIDA.

ANEXO XII

Equipas Nacionais da Acção Católica Rural

Quadragésima Oitava (2013-2016)⁹⁸

Presidente – Pedro Miguel Ribeiro Lavrador

Vice-Presidente – Isabel Maria Barros Rodrigues Almeida

Secretária – Fátima Maria Ferreira de Sá

Tesoureiro – José da Costa Vieira

Jovens, Adolescentes e Crianças

– Luís Miguel Novais Gomes,

– José António Rocha Silva

– Marta Alexandra Silva Rodrigues

– Maria Cristina Pinheiro Carvalho

Desenvolvimento Atividades, Formação e Expansão

– Ângela Maria Barros Almeida

– Pedro António Vaz Cardoso

– Maria Helena Loureiro Inês

Publicações – Roger dos Santos Madureira

– Joana Rita Ferreira Veigas

– Raquel Sofia Bernardino Tavares

Ligação FIMARC – Dália Rosa Faria Nunes

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

⁹⁸ Tomou posse a 5 de outubro de 2013, no Seminário Diocesano de Leiria.

Quadragésima Sétima (2010-2013)⁹⁹

Presidente – Raquel Sofia Bernardino Tavares

Vice-Presidente – José António Rocha Silva

Secretária – Fátima Maria Ferreira de Sá

Tesoureiro – José Costa Vieira

Jovens, Adolescentes e Crianças – Luís Miguel Novais Gomes,
– Marco André Ribeiro Pinho
– Sofia Isabel Martins Teixeira

Formação – Isabel Maria Barros Almeida
– Pedro Miguel Ribeiro Lavrador
– Vítor Juvenal Lopes Martins

Desenvolvimento Atividades – Ângela Maria Barros Almeida
– Pedro António Vaz Cardoso
– Maria Helena Lopes Inês

Publicações – Roger dos Santos Madureira
– Joana Rita Ferreira Veigas

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragésima Sexta (2007-2010)¹⁰⁰

Presidente – Ângela Maria Barros Almeida

Vice-Presidente – Vítor Juvenal Lopes Martins

Secretária – Raquel Sofia Bernardino Tavares

⁹⁹ Tomou posse a 10 de outubro de 2010, na Casa do Oeste, Fundação João XXI, em Ribamar da Lourinhã, (Diocese de Lisboa). No entanto, a equipa não manteve esta estrutura, devido à resignação da presidente. Deste modo, a 21 de fevereiro de 2011, reuniu a Equipa Nacional para «apreciar o pedido de resignação apresentado pela presidente, Raquel Bernardino», tendo sido aceite. Após a análise de soluções, tomou a presidência Ângela Almeida, membro da Equipa Nacional eleita no Conselho de 2010.

¹⁰⁰ Tomou posse a 6 de outubro de 2007, no Centro Apostólico D. João Oliveira Matos, na Guarda.

Tesoureiro – José da Costa Vieira

Desenvolvimento de Atividades – Flausino José Pereira da Silva

– Dália Rosa Faria Nunes

Jovens, Adolescentes e Crianças – Isabel Maria Barros Almeida

– José António Rocha Silva

– Luís Miguel Novais Gomes

Formação – Pedro António Vaz Cardoso

– Pedro Miguel Lavrador

– Maria Helena Loureiro Inês

Secretariado – Fátima Maria Ferreira de Sá

Publicações – Roger dos Santos Madureira

– Raquel Sofia Bernardino Tavares

– Pedro Jorge Tavares Pereira

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragesima Quinta (2004-2007)¹⁰¹

Presidente – Ângela Maria Barros Almeida

Vice-Presidente – Luís Manuel Pereira da Silva

Secretária – Raquel Sofia Bernardino Tavares

Tesoureiro – Vítor Juvenal Lopes Martins

Desenvolvimento de Atividades – Flausino José Pereira da Silva

Jovens e Pré-Jovens – Isabel Maria Barros Almeida

Formação – Pedro António Vaz Cardoso

Vogal Secretariado – Fátima Maria Ferreira de Sá

¹⁰¹ Tomou posse a 10 de outubro de 2004, na Igreja do Colégio de S. José de Cluny, em Torres Novas (Diocese de Santarém).

Vogal Formação – Maria da Graça Filipe Guarda

Vogal Desenvolvimento Atividades – Dália Rosa Faria Nunes

Vogal Tesouraria – Maria Luísa Matos Ferreira

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragésima Quarta (2001-2004)¹⁰²

Presidente – Pedro António Vaz Cardoso

Vice-Presidente – Dália Rosa Faria Nunes

Secretária – Raquel Sofia Bernardino Tavares

Tesoureira – Maria Luísa Matos Ferreira

Responsável pelo Jornal – João Carlos Medroa

Vogais – Pedro Jorge Fernandes Pereira

– Flausino José Pereira da Silva

– António Francisco Caseiro Marques

– Maria Luísa Matias

– Luís Manuel Pereira da Silva

– Ângela Maria Almeida

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragésima Terceira (1999 a 2001)¹⁰³

Presidente – Pedro António Vaz Cardoso

Vice-Presidente – Dália Rosa Faria Nunes

Secretária – Raquel Sofia Bernardino Tavares

¹⁰² Tomou posse a sete de julho de 2001, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

¹⁰³ Tomou posse a 17 de outubro de 1999, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

Tesoureira – Maria Luísa Matos Ferreira

Responsável pelo Jornal – João Carlos Medroa

Vogais – Pedro Jorge Fernandes Pereira

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragésima Segunda (1997-1999)¹⁰⁴

Presidente – Dália Rosa Faria Nunes

Vice-Presidente – Pedro António Vaz Cardoso

Secretário – Pedro Jorge Fernandes Pereira

Tesoureira – Maria Luísa Matos Ferreira

Responsável de Jovens – Carlos Manuel Figueiredo Neves

Responsável de Pré-Jovens – Ana Irene Moreira da Rocha

Responsável de Publicações – João Carlos Medroa

Vogais – Ângela Maria Barros Almeida

– António Francisco Caseiro Marques

– Carlota Maria Lopes Miranda Urbano

– Flausino José Pereira da Silva

– Raquel Sofia Bernardino Tavares

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragésima Primeira (1995-1997)¹⁰⁵

Presidente – António Francisco Caseiro Marques

Vice-Presidente – Dália Rosa Faria Nunes

¹⁰⁴ Tomou posse a 28 de setembro de 1997, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

¹⁰⁵ Tomou posse a 12 de novembro de 1997, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

Secretário – Pedro Jorge Fernandes Pereira

Tesoureira – Maria Luísa Matos Ferreira

Vogais – Flausino José Pereira da Silva

– Ana Irene Moreira da Rocha

– Manuel Lopes Aquino

– Carlota Maria Lopes de Miranda

– João Carlos Medroa

– José de Bastos Rocha

– Manuel Linhares de Campos

– Carlos Manuel Figueiredo Neves

– Pedro António Vaz Cardoso

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Quadragésima (1994-1995)¹⁰⁶

Presidente – António Francisco Caseiro Marques

Vice-Presidente – Dália Rosa Faria Nunes

Secretária – Isilda Santos Medroa

Tesoureira – Maria Luísa Ferreira

Responsável pelas Publicações – João Carlos Medroa

Responsável pelos Pré-Jovens – Ana Irene Moreira da Rocha

Vogais – Flausino José Pereira da Silva

– Ana Irene Moreira da Rocha

– Carlota Maria Lopes de Miranda

– Manuel Lopes Aquino

¹⁰⁶ Tomou posse a 16 de janeiro de 1994, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

- Jorge Frois Colaço
- Maria Margarida Inácio António
- José de Bastos Rocha
- Manuel Linhares de Campos
- Pedro Pereira

Assistente – Pe. Querubim José Pereira da Silva

Trigésima Nona (1992-1993)¹⁰⁷

Presidente – Flausino José Pereira da Silva

Vice-Presidente – Carlota Maria Lopes de Miranda

Secretário – José de Bastos Rocha

Tesouraria – Maria Luísa Ferreira

Publicações – Manuel Lopes Aquino

Pré-Jovens – Ana Irene Moreira da Rocha

Vogais – António Francisco Caseiro Marques

- Dália Rosa Faria Nunes
- Artur Júlio Oliveira Valente da Cruz
- Maria Irene Rafael Corregedor Abegão
- Jorge Frois Colaço
- Maria Margarida Inácio António
- João Carlos Medroa
- Manuel Linhares Campos

Assistente - Pe. Belinquete

¹⁰⁷ Tomou posse a 31 de outubro de 1992, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

Trigésima Oitava (1991-1992)¹⁰⁸

Presidente – Flausino José Pereira da Silva

Vice-Presidente – Carlota Maria Lopes de Miranda

Secretário – José de Bastos Rocha

Tesouraria – Maria Luísa Ferreira

Publicações – Manuel Lopes Aquino

Pré-Jovens – Ana Irene Moreira da Rocha

Vogais – António Francisco Caseiro Marques

– Dália Rosa Faria Nunes

– Artur Júlio Oliveira Valente da Cruz

– Maria Irene Rafael Corregedor Abegão

– Jorge Frois Colaço

– Maria Margarida Inácio António

– João Carlos Medroa

– Manuel Linhares Campos

Assistente - Pe. Belinquete

Trigésima Sétima (1989-1991)¹⁰⁹

Presidente – José Bastos Rocha

Vice-Presidente – Maria Lúcia da Conceição Antunes Lopes Aquino

Secretária – Dália Rosa Nunes

Tesoureira – Maria Luísa Ferreira

Vogais – Ana Irene Moreira da Rocha

¹⁰⁸ Tomou posse a 23 de novembro de 1991, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

¹⁰⁹ Tomou posse a 4 de setembro de 1989, na Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro, em Albergaria-a-Velha (Diocese de Aveiro).

- Maria Albertina Beato
- Maria Carlota Miranda
- Flausino José Pereira da Silva
- João Carlos Medroa
- António Francisco Caseiro Marques
- Manuel Lopes Aquino
- Maria Irene Abegão

Trigésima Sexta (1987-1989)¹¹⁰

Presidente – Maria Helena Loureiro Lopes Inês

Vice-Presidente – João José Gamboa

Secretária – Odete Gonçalves Bento

Tesoureira – Maria Luísa Ferreira

Responsável do Mundo Rural – Maria Lúcia Aquino

Responsável de Pré-Jovens – João José Gamboa

Responsável de Jovens – Maria Graça Filipe

– João Carlos Medroa

Responsável do Setor da Agricultura – João Martins de Almeida

Vogais – Manuel Lopes Aquino

- Maria Irene Abegão
- Flausino Pereira da Silva
- Dália Rosa Faria Nunes
- Ana Irene Moreira da Rocha
- Irene de Almeida Carmo

¹¹⁰ Tomou posse a 21 de novembro de 1987, na Casa dos Missionários Combonianos, em Coimbra.

– Maria Adriana de Lima

– Maria Albertina Beato

Trigésima Quinta (1985-1987)¹¹¹

Presidente – Manuel Lopes Aquino

Vice-Presidente – Maria Irene Abegão

Secretária – Odete Gonçalves Bento

Tesoureira – Maria Luísa Ferreira

Vogais – Ana Irene Moreira da Rocha

– Maria da Graça Filipe

– João Carlos Medroa

– Maria Lúcia Aquino

– Maria Helena Inês

– Maria Adriana Lima

– Rosa Branca Torrão

– Irene do Carmo

– Flausino José Pereira da Silva

– João Martins de Almeida

– César Santos Alfredo

– António da Cruz

– Maria Albertina Beato

Assistente – Monsenhor Joaquim Quinteiro

¹¹¹ Tomada de posse a 2 de novembro de 1985, no Centro Paulo VI, em Fátima.

Trigésima Quarta (1983-1985)¹¹²

Presidente – Manuel Lopes Aquino

Vice-Presidente – Maria Irene Rafael Corregedor Abegão

Secretária – Irene de Almeida Carmo

Tesoureira – Maria Luísa Ferreira

Vogais – Joaquim Pereira Reimão

– João Martins Rodrigues de Almeida

– João José Gamboa

– Maria Lúcia da Conceição Antunes Lopes Aquino

– Maria Helena Loureiro Lopes Inês

– Ana Irene Moreira da Rocha

Assistente – Monsenhor Joaquim Quinteiro

Trigésima Terceira (1981-1983)¹¹³

Presidente – Joaquim Pereira Reimão

Vice-Presidente – Maria Amélia Calheiros

Secretária – Irene Almeida Carmo

Tesoureiro – António Fernandes Sousa

Vice-Tesoureiro – Maria Luísa Ferreira

Vogal Publicações – Maria Adriana Lima

Vogal Pré-Jovens – Ana Irene Moreira Rocha

Vogal Jovens – Maria Helena Loureiro Lopes Inês

Vogais – João Martins Almeida

– Maria Irene Abegão

¹¹² Tomada de posse a 15 de outubro de 1983, no Seminário dos Olivais, em Lisboa.

¹¹³ Tomada de posse a 18 de outubro de 1981, na Casa de Retiros do Bom Pastor.

- Maria Lúcia Aquino
- Manuel Lopes Aquino
- João Gamboa

Assistente – Pe. Domingos Rebelo

Trigésima Segunda (1979-1981)¹¹⁴

Presidente – Maria Amélia Calheiros

Vice-Presidente – Rogério Silva

Secretária – Irene Almeida Carmo

Tesoureiro – José Bastos Rocha

Vogal Expansão – Maria Irene Abegão

Vogal “Mundo Rural” – Maria José Mexia

Vogal – Maria Adriana Lima

- Maria Helena Loureiro Lopes Inês

Assistente – Pe. José Barbosa Granja

Trigésima Primeira (1976-1978)¹¹⁵

Presidente – Maria Amélia Calheiros

Vice-Presidente – José de Bastos da Rocha

Secretária – Maria José Cabral Mexia

¹¹⁴ Tomada de posse a 25 de novembro de 1979, na Casa de Retiros do Bom Pastor.

¹¹⁵ «Há um espaço de onze anos entre o último auto de tomada de posse da vigésima sétima direção e o que vai ser lavrado na página seguinte. Este espaço de tempo não foi porém de paragem nas atividades das Ligas Agrárias Católicas, que nunca estiveram sem direção e procuraram realizar na medida do possível os seus planos de trabalho, mantendo-se sempre estreitamente unidas à Hierarquia da Igreja. É certo que viram seis milhares de filiados e desapareceram centenas de secções, mas os motivos desta derrocada foram devidos a causas alheias aos Organismos das Ligas Agrárias Católicas. Estes Organismos que há anos procuravam unir-se, realizando as suas reuniões em conjunto, fundiram-se num só Movimento em mil novecentos e setenta e seis. Esta decisão foi tomada pelas duas direções em Conselho Nacional, realizado em Fátima de nove a onze de Julho de mil novecentos e setenta e seis, tendo sido eleitos: Presidente Maria Amélia Calheiros e Vice-Presidente José de Bastos da Rocha» (Nota retirada do Livro de Autos de Tomada de Posse da ACR).

Vogal – António Sousa Alvim

– Maria Irene Abegão

– Maria Helena Loureiro Lopes Inês

ANEXO XIII

Equipas Nacionais da JACF

Trigésima (1974-1976)

Presidente – Maria Amélia Calheiros

Vigésima Nona (1972-1974)

Presidente – Odete Gonçalves Bento

Vigésima Oitava (1970-1972)¹¹⁶

Presidente – Odete Gonçalves Bento

Secretária – Maria Cândida Sousa Baldaia

Tesoureira – Maria Amélia Calheiros

Vogal – Maria Arminda Vasconcelos

- Maria Lurdes Martins
- Maria Rita L. Inês
- Noémia Leandro Gomes Ramos
- Maria José Cabral Mexia
- Maria Cristina Almeida Rocha
- Maria Helena Loureiro Lopes Inês
- Maria Conceição Gomes Leal
- Maria Lúcia A. Aquino
- Maria Jesuína M. Gomes Brás
- Irene Verdade Couto
- Arlete Várzea Cardoso Costa

¹¹⁶ Foi possível completar esta listagem de elementos com outros documentos que constam no Secretariado Nacional da ACR.

Assistente – Pe. Manuel Fernandes Vieira

Vigésima Sétima (1968-1970)¹¹⁷

Presidente – Maria Cristina Rocha

Vice-Presidente – Maria Graciete Caeiro Palhavã

Secretária – Maria Eugénia Brito Menezes

Tesoureira – Maria Alexandrina Meirelles Souto

Vogal – Maria Conceição Gomes Leal

– Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

– Odete Gonçalves Bento

– Maria Alcina Vasques Pereira

– Arlete Várzea Santos Costa

– Maria da Luz Duarte Carvalho

– Irene Parreira Verdade Couto

Vigésima Sexta (1967-1968)¹¹⁸

Maria Cristina Mendes Almeida Rocha

Maria Cerqueira Brito Menezes

Maria Conceição Gomes Leal

Maria Alexandrina Meirelles Souto

Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Odete Gonçalves Bento

Maria Alcina Vasques Pereira

Arlete Várzea Santos C. Costa

¹¹⁷ A tomada de posse decorreu a 11 de novembro de 1968. Foi possível completar esta listagem de elementos com outros documentos que constam no Secretariado Nacional da ACR.

¹¹⁸ A tomada de posse decorreu a 7 de novembro de 1967.

Maria Luz Duarte Carvalho

Maria Graciete Caeiro Palhavã

Vigésima Quinta (1966-1967)¹¹⁹

Maria Cristina Mendes Almeida Rocha

Maria Eugénia Brito Menezes

Maria Alexandrina Meirelles Souto

Maria Conceição Gomes Leal

Odete Gonçalves Bento

Arlete Várzea Santos C. Costa

Maria Lourdes Martins

Maria da Luz Duarte Carvalho

Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Maria Alcina Vasques Pereira

Vigésima Quarta (1965-1966)¹²⁰

Maria Cristina Mendes Almeida Rocha

Maria Eugénia Menezes

Maria Alexandrina Meirelles Souto

Maria Conceição Gomes Leal

Maria da Luz Duarte Carvalho

Maria Lourdes Martins

Maria José Cabral Nunes Mexia

Maria Lourdes Matos P. Rocha

¹¹⁹ A tomada de posse decorreu a 2 de novembro de 1966.

¹²⁰ A tomada de posse decorreu a 2 de novembro de 1965.

Maria A. Ribeiro Vieira Carvalho

Odete Gonçalves Bento

Vigésima Terceira (1964-1965)¹²¹

Presidente – Maria Cristina M. Almeida Rocha

Secretária – Maria Augusta Freitas Costa

Tesoureira – Maria Alexandrina Meirelles Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Maria Conceição Gomes Leal

– Odete Gonçalves Bento

– Maria Carmo C. Leme França Dória

– Maria A. Ribeiro Vieira Carvalho

– Maria Patrocínio Frazão

– Arlete Várzea Santos Costa

– Maria Lourdes Martins

– Maria Eugénia Brito Menezes

– Miquelina Magalhães Mota

– Maria Lourdes M. Pereira Rocha

– Maria Conceição Parreira

Vigésima Segunda (1963-1964)¹²²

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Miquelina Magalhães Mota

– Maria Cristina M. Almeida Rocha

¹²¹ A tomada de posse decorreu a 26 de outubro de 1964.

¹²² A tomada de posse decorreu a 27 de outubro de 1963.

Secretária – Maria Augusta Freitas Costa

Vice-Secretária – Maria Carmo C. Leme França Dória

– Inês Macedo Rabaça Carvalho

Tesoureira – Maria Alexandrina Meirelles Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Maria Eugénia Menezes

– Maria Conceição Gomes Leal

– Maria A. Ribeiro Vieira Carvalho

– Odete Gonçalves Bento

– Ana Amaral Preto Rebelo

– Maria Patrocínio Frazão

– Arlete Várzeas S. Cardoso Costa

– Maria Lourdes M. Pereira Rocha

– Maria Helena Vieira Campos

– Carolina Maria Galvão

– Maria Teresa Lage Raposo

Vigésima Primeira (1962-1963)¹²³

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Miquelina Magalhães Mota

– Maria Cristina M. Almeida Rocha

Secretária – Maria Augusta Freitas Costa

Vice-Secretária – Maria A. Ribeiro Vieira Carvalho

– Ana Amaral Preto Rebelo

¹²³ A tomada de posse decorreu a 28 de outubro de 1962.

Tesoureira – Maria Alexandrina Meirelles Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Maria Conceição Gomes Leal

– Elisa Alvarenga

– Maria Carmo C. Leme França Dória

– Maria Patrocínio Frazão

– Carolina Maria Rebelo Cardoso Galvão

– Odete Gonçalves Bento

– Maria Lourdes M. Pereira Rocha

– Maria Helena Vieira Campos

– Maria Eugénia Brito Menezes

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

Vigésima (1961-1962)¹²⁴

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Maria Eugénia Brito Menezes

– Miquelina Magalhães Mota

Secretária – Maria Augusta Freitas Costa

Vice-Secretária – Maria A. Ribeiro Vieira Carvalho

– Ana Amaral Preto Rebelo

Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Maria Conceição Gomes Leal

– Elisa Alvarenga

– Maria Carmo C. Leme França Dória

¹²⁴ A tomada de posse decorreu a 30 de outubro de 1961.

- Maria Cristina Mendes Almeida Rocha
- Maria Lourdes F. Corrêa Sá
- Maria Carmo Colares Pereira
- Maria Patrocínio Frazão
- Maria Lourdes Matos Rocha

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

Décima Nona (1960-1961)¹²⁵

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Maria Eugénia Menezes

- Maria Augusta Freitas Costa

Secretária – Miquelina Magalhães Mota

Vice-Secretária – Maria A. Carvalho

- Ana Amaral Preto Rebelo

Tesoureira – Maria Alexandrina M. Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Maria Helena Vieira Campos

- Maria Conceição Gomes Leal
- Elisa Alvarenga
- Maria Lurdes M. Pereira Rocha
- Maria Carmo C. Leme França Dória
- Maria Isabel Amaral F. Castro
- Maria Carmo Formigal Arriaga

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

¹²⁵ A tomada de posse decorreu a 30 de outubro de 1960.

Décima Oitava (1959-1960)¹²⁶

Presidente – Maria Adelaide Rosado F. Formigal

Vice-Presidente – Maria Eugénia Menezes

– Maria Augusta Freitas Costa

Secretária – Maria A. Ribeiro Vieira Carvalho

Vice-Secretária – Ana Amaral Preto Rebelo

Tesoureira – Maria Alexandrina Meirelles Souto

Vogal – Maria Conceição Gomes Leal

– Maria Helena Costa Trigo

– Elisa Alvarenga

– Maria Carmo C. Leme França Dória

– Helena Nogueira Vaz

– Miquelina Magalhães Mota

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

Décima Sétima (1958-1959)¹²⁷

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Maria Helena Costa Trigo

Secretária – Maria Eugénia Menezes

Vice-Secretária – Ana Amaral Preto Rebelo

Tesoureira – Maria Alexandrina Meirelles Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Condessa Almoester

– Elisa Alvarenga

¹²⁶ A tomada de posse decorreu a 26 de outubro de 1959.

¹²⁷ A tomada de posse decorreu a 26 de outubro de 1958.

– Maria Luísa Saldanha

– Maria Augusta Freitas Costa

Assistente – José Mendes Serrazina

Décima Sexta (1957-1958)¹²⁸

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Maria Helena Costa Trigo

Secretária – Maria Eugénia Menezes

Vice-Secretária – Ana Amaral Preto Rebelo

Tesoureira – Maria Alexandrina M. Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

Vogal – Condessa Almoester

– Maria Augusta Freitas Costa

– Ana Fernanda F. Ferreira Almeida

– Elisa Alvarenga

– Maria Isabel Peixoto

Décima Quinta (1956-1957)¹²⁹

Presidente – Maria Adelaide R. Fernandes Formigal

Vice-Presidente – Maria Helena Costa Trigo

Secretária – Maria Cerqueira Menezes

Vice-Secretária – Ana Amaral Preto Rebelo

Tesoureira – Maria Alexandrina M. Souto

Vice-Tesoureira – Helena Nogueira Vaz

¹²⁸ A tomada de posse decorreu a 28 de outubro de 1957.

¹²⁹ A tomada de posse decorreu a 30 de outubro de 1956.

Vogal – Maria Conceição Gomes Leal

– Ema Nascimento Nunes

– Maria Lourdes Lourenço Mendonça

– Silvina Nascimento Coimbra

– Maria Isabel Peixoto

Assistente – Cónego António Franco Infante

Décima Quarta (1955-1956)¹³⁰

Maria Helena da Costa Trigo

Maria Eugénia de Menezes

Maria Adelaide Formigal

Maria do Souto

Helena Nogueira Vaz

Maria de Lurdes Lourenço de Mendonça

Cónego António Infante

P. Manuel

Décima Terceira (1954-1955)¹³¹

Cónego António Freire

Maria Helena da Costa Trigo

Maria Adelaide Formigal

Maria do Souto

Helena Nogueira Vaz

Maria Luísa Raposo do Amaral

¹³⁰ A tomada de posse decorreu a 3 de novembro de 1955.

¹³¹ A tomada de posse decorreu a 1 de novembro de 1954. Devido à dificuldade de interpretação das assinaturas, estão em falta o nome 4 elemento desta equipa.

Maria de Lurdes Dias Coelho

Maria de Lurdes Mendonça

Décima Segunda (1953-1954)¹³²

Cónego António Freire

Maria Isabel

Maria Helena da Costa Trigo

Maria Eugénia de Menezes

Maria do Souto

Helena Nogueira Vaz

Décima Primeira (1952-1953)¹³³

Cónego António Freire

Maria Isabel

Maria Helena Costa Trigo

Maria do Carmo de França Doria

Maria do Souto

Helena Nogueira Vaz

[...] da Silveira Botelho

Maria de Lurdes Dias Silva

¹³² A tomada de posse decorreu a 26 de outubro de 1953. Devido à dificuldade de interpretação das assinaturas, estão em falta o nome 4 elemento desta equipa, e um incompleto.

¹³³ A tomada de posse decorreu a 3 de novembro de 1952. Devido à dificuldade de interpretação das assinaturas, estão em falta o nome 2 elemento desta equipa, e um incompleto.

Décima (1951-1952)¹³⁴

Cónego António Freire

Presidente – Maria Adelaide

Secretária – Maria Isabel

Tesoureira – Maria do Souto

Vogal – Helena Nogueira Vaz

– Maria Helena da Costa Trigo

Nona (1950-1951)¹³⁵

Cónego António Freire

Presidente – Maria Adelaide Fontes Pereira de Melo

Secretária – Maria Isabel d’Almeida Ferreira

Tesoureira – Maria do Souto

Vogais – Maria Helena do Cabêdo Garcia

– Maria Helena da Costa Trigo

– Helena Nogueira Vaz

Oitava (1949-1950)¹³⁶

Cónego António Freire

Maria Adelaide de Fontes Pereira Leite

Presidente – Viscondessa de Merceana

Secretária – Maria Isabel d’Almeida Ferreira

Tesoureira – Maria do Souto

¹³⁴ A tomada de posse decorreu a 31 de outubro de 1951. Devido à dificuldade de interpretação da assinatura, está em falta o nome um elemento desta equipa, bem como dois nomes incompletos.

¹³⁵ A tomada de posse decorreu a 31 de outubro de 1950.

¹³⁶ A tomada de posse decorreu a 14 de novembro de 1949.

Vogais – Maria Joana Furtado

– Maria Helena de Cabêdo Garcia

Sétima (1948-1949)¹³⁷

Presidente – Carolina Menezes Correia de Sá (Viscondessa de Merceana)

Secretária – Maria Isabel d’Almeida Ferreira

Segunda Secretária – Maria Adelaide de Faria

Tesoureira – Maria do Souto

Cónego António Freire

Sexta (1947-1948)¹³⁸

Presidente – Carolina Menezes Correia de Sá (Viscondessa de Merceana)

Secretária – Maria Isabel d’Almeida Ferreira

Tesoureira – Maria do Souto

Vogal – Maria Adelaide de Faria

Quinta (1946-1947)¹³⁹

Presidente – Maria Street Braamcamp Sobral

Vice-Presidente – Maria Luísa de Carvalho Magalhães Leão

Tesoureira – Maria Alexandrina Meireles do Souto

Secretária – Maria Adelaide Faria

Vogal – Alina Anjos Pinto Leite

¹³⁷ A tomada de posse decorreu a 3 de novembro de 1948.

¹³⁸ A tomada de posse teve lugar a 27 de outubro de 1947.

¹³⁹ A tomada de posse teve lugar no dia 4 de novembro de 1946, na Sé Patriarcal de Lisboa.

Quarta (1945-1946)¹⁴⁰

Pe. Domingos d'Apresentação Fernandes

Maria do Souto

Maria Adelaide Faria

Alice Anjos Pinto Leite

Terceira (1942-1945)¹⁴¹

Assistente – Pe. Domingos d'Apresentação Fernandes

Maria do Carmo Ferreira de Mesquita

Maria Street Braamcamp Sobral

Maria Adelaide Faria

Carolina Menezes Correia de Sá (Viscondessa de Merceana)

Nota:

Não foram encontrados dados sobre a primeira e segunda tomada de posse da JACF.

¹⁴⁰ A tomada de posse teve lugar na Sé Patriarcal, a 8 de novembro de 1945.

¹⁴¹ A tomada de posse teve lugar em Lisboa, a 20 de outubro de 1942. Devido à dificuldade de interpretação da letra, estão em falta dois nomes desta equipa.

ANEXO XIV

Equipas Nacionais da JAC

1967¹⁴²

Presidente – Luís da Conceição Rocha

Tesoureiro – António Sousa Alvim

Vogais – Francisco Morgado Palhavã

– Acácio Catarino

– Rodrigo Lemos

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

1966-1967¹⁴³

Presidente – Luís da Conceição Rocha

Secretário – Paulo Couto

Tesoureiro – António Sousa Alvim

Vogal – Francisco Palhavã

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

1964-1966¹⁴⁴

Presidente – António Carlos da Gama Dias Coelho

Vice-Presidente – José Eduardo Mendes Ferrão

Secretário – Luís da Conceição Rocha

Vogais – Carlos Cardoso Costa

– Francisco Palhavã

¹⁴² A tomada de posse decorreu a 30 de novembro de 1967. Não havendo registo de mais atas, não é possível indicar até que ano assumiu a direção nacional a equipa indicada.

¹⁴³ A tomada de posse decorreu a 7 de novembro de 1966.

¹⁴⁴ A tomada de posse decorreu a 25 de outubro de 1964.

– Manuel Marques

– José Filipe Santos Oliveira

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

1963-1964¹⁴⁵

Presidente – António Carlos da Gama Dias Coelho

Vice-Presidente – José Eduardo Mendes Ferrão

Secretário – Luís da Conceição Rocha

Tesoureiro – António Sousa Alvim

Vogais – Rodrigo Lemos

– Caetano Vieira Campos

– Francisco Palhavã

– Carlos Cardoso Costa

– António Raposo

– Augusto Galvão

– Jorge Araújo

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

1962-1963¹⁴⁶

Presidente – Vasco Canhoto Vidal

Secretário – António Carlos da Gama Dias Coelho

Tesoureiro – António Sampaio Sousa Alvim

Vogais – Rodrigo Lemos

– António Júlio d’Eça de Agorreta e Alfuim

¹⁴⁵ A tomada de posse decorreu a 30 de outubro de 1963.

¹⁴⁶ A tomada de posse decorreu a 29 de outubro de 1962.

- António Raposo
- Luís Conceição Rocha
- Augusto Galvão

Assistente – Pe. José Mendes Serrazina

1961-1962¹⁴⁷

Presidente – Vasco Canhoto Vidal

Vice-Presidente – José Eduardo Mendes Ferrão

Secretário – António Carlos da Gama Dias Coelho

Tesoureiro – António Sampaio Sousa Alvim

Vogais – António Alfuim

- Rodrigo Lemos

- António Raposo

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1960-1961¹⁴⁸

Presidente – D. Miguel Pereira Coutinho

Vice-Presidente – Vasco Canhoto Vidal

Secretário – António Carlos da Gama Dias Coelho

Tesoureiro – Rodrigo Lemos

Vogais – Matos Silva

- António Viana Barreto

- Edgar Sampaio Fontes

- António Alfuim

¹⁴⁷ A tomada de posse decorreu a 30 de outubro de 1961.

¹⁴⁸ A tomada de posse decorreu a 9 de novembro de 1960.

– José Eduardo Mendes Ferrão

– João Pereira dos Ramos

– Marques Antunes

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1959-1960¹⁴⁹

Presidente – D. Miguel Pereira Coutinho

Vice-Presidente – Vasco Canhoto Vidal

Secretário – António Dias Coelho

Tesoureiro – Manuel da Silva Vasco da Gama

Vogais – Caetano Vieira Campos

– José de Almeida Figueiredo

– Rodrigo Lemos

– Edgar Fontes

– António Marques Antunes

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1958-1959¹⁵⁰

Presidente – D. Miguel Pereira Coutinho

Vice-Presidente – Vasco Canhoto Vidal

Secretário – António Dias Coelho

Tesoureiro – Manuel da Silva Vasco da Gama

Vogais – Caetano Vieira Campos

– José de Almeida Figueiredo

¹⁴⁹ A tomada de posse decorreu a 4 de novembro de 1959.

¹⁵⁰ A tomada de posse decorreu a 30 de novembro de 1958.

– Rodrigo Lemos

– Luís Maria Lopes da Fonseca

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1957-1958¹⁵¹

Presidente – D. Miguel Carlos Pereira Coutinho

Vice-Presidente – Vasco Canhoto Vidal

Secretário – António Carlos da Gama Dias Coelho

Tesoureiro – José de Almeida Figueiredo

Vogais – António Herculano de Miranda Dias

– Caetano Vieira de Campos

– Manuel da Silva Vasco da Gama

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1956-1957¹⁵²

Presidente – José Tomar Bom

Secretário – Manuel Ribeiro Marques Gomes

Tesoureiro – José de Almeida Figueiredo

Vogais – Vasco Canhoto Vidal

– João Jardim Soares Henriques

– Caetano Vieira de Campos

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

¹⁵¹ A tomada de posse decorreu a 29 de outubro de 1957.

¹⁵² A tomada de posse decorreu a 13 de novembro de 1956.

1954-1956¹⁵³

Presidente – Luís de Sousa da Costa e Oliveira

Secretário – António da Cruz

Tesoureiro – João Jardim Soares Henriques

Vogal – António Azevedo Coutinho

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1953-1954¹⁵⁴

Presidente – Luís de Sousa da Costa e Oliveira

Secretário – António da Cruz

Tesoureiro – João Jardim Soares Henriques

Vogais – António da Cunha Parro

– António Azevedo Coutinho

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

1953¹⁵⁵

Presidente – Luís de Sousa da Costa e Oliveira

Secretário – António da Cruz

Tesoureiro – Gonçalo da Costa Vaz Pinto

Assistente – Pe. Aurélio Granada Escudeiro

¹⁵³ A tomada de posse decorreu a 11 de novembro de 1954.

¹⁵⁴ A tomada de posse decorreu a 30 de outubro de 1953.

¹⁵⁵ A tomada de posse decorreu a 2 de março de 1953.

ANEXO XV

Hino da Acção Católica

Abram alas, terra em fora,

Por entre frémitos de luz.

Deus nos chama. É nossa a hora.

Alerta pela cruz!

Almas bravas de soldados,

Senhor, já surgem de além.

E há caminhos não andados

Que esperam por alguém.

Em nós, acendei em nós, ó Deus,

Flamas de um nobre ideal.

Clarins! Vibrem clarins nos Céus,

Por amor de Portugal

Quem avança a conquistar trofeus

Luta por bem da grei.

Lutai a cantar, de olhar em Deus,

Batalhões de Cristo-Rei.

Brade ao vento a voz da terra,

Ó Pátria, voz do mar em dor:

– Contra o ódio, contra a guerra

Só vence a voz do Amor.

Portugal rezando cante,

Senhor, no rumo triunfal:

Arraial, avante, avante!

– Vitória! Portugal!

ANEXO XVI

Hino da Acção Católica Rural

1. O mistério de Deus se fez Palavra

E em Jesus Cristo mostra-se Verdade!

Onde estivermos somos a notícia

Da Palavra de Deus à Humanidade!

Somos um Povo

Testemunha de Deus!

Anunciamos a Paz

Construímos a Justiça

Somos operários Seus!

Somos quem faz

Do Amor uma Cidade

Para toda

Para toda a Humanidade!

2. Irmãos de Jesus Cristo, também somos

Irmãos de todo o homem sobre a terra:

E, se em Jesus Deus ama todo o homem,

Não estará com Deus quem faz a guerra!

3. Construtores da Paz e da Justiça,

Vivemos como Cristo a Seu exemplo:

No coração humano assim erguendo

Ao nosso Deus o verdadeiro Templo!

4. Unidos em Igreja, nós não somos

Como Israel um Povo no deserto:

Caminhamos com toda a humanidade

Mostrando-lhe que Deus está bem perto!

ANEXO XVII

Oração da Acção Católica Rural

Reconheço, Senhor, e agradeço o Vosso Amor,

Que, pelo Batismo, me chama

A tomar parte da Vossa Graça,

Na comunhão da Igreja;

E, pela Confirmação me envia,

Com a força do Espírito Santo,

A participar da missão da mesma Igreja.

Tenho consciência de que sou chamado(a) à santidade,

Vivendo o meu estado de vida com empenho e alegria,

Louvando-Vos com a minha vida quotidiana.

Tenho consciência também

De que sou chamado(a) a impregnar e aperfeiçoar

As realidades da vida – a educação, o trabalho, o lazer,

A política, as relações sociais, a vida económica,

Tudo o que diz respeito à pessoa humana em sociedade,

Com os princípios do Evangelho.

Por isso, quero e prometo, com a Vossa Graça,

Viver o meu empenho apostólico,

Na comunhão da Igreja,

Pelo Movimento da Acção Católica Rural,

Participando na definição dos seus projetos,
Acolhendo as suas orientações e propostas
E esforçando-me por pô-las em prática

Prometo alimentar o meu entusiasmo apostólico
Com a meditação da Vossa Palavra
E com a força da Vossa Eucaristia.
E conto com a bênção e carinho de Maria,
A serva fiel do plano de Deus. Ámen!